

*Projeto Pedagógico do Curso
de Especialização em*
***GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA***
na modalidade a distância
(Pós-Graduação Lato Sensu)

www.ifrn.edu.br

Projeto Pedagógico do Curso
de Especialização em
GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

a distância

(Pós-Graduação Lato Sensu)

Área (CAPES): Educação

Subárea: Ensino Profissionalizante

Projeto aprovado pela Deliberação nº 3/2025-Consepex/IFRN, de 21/01/2025.

José Arnóbio de Araújo Filho
REITOR

Anna Catharina da Costa Dantas
PRÓ-REITOR DE ENSINO

Samira Fernandes Delgado
PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Avelino Aldo de Lima Neto
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO/SISTEMATIZAÇÃO
PORTARIA Nº 110/2024 - DG/ZL/RE/IFRN

Emiliana Souza Soares
Claudia Pereira de Lima Parente
Edneide da Conceição Bezerra
Thalita Cunha Motta

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA
Maria Adilina Freire Jeronimo de Andrade

REVISÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA
Breno Trajano de Almeida
Francinaide de Lima Silva Nascimento
Tito Matias Ferreira Júnior

COLABORAÇÃO
**Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em
Docência na Educação Profissional e Tecnológica oferta nacional em rede**

Clarice Monteiro Escott
Reginaldo Plácido
Wanderley Brito

REVISÃO LINGUÍSTICO-TEXTUAL
Emiliana Souza Soares

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	7
2. JUSTIFICATIVA	7
3. OBJETIVOS	12
4. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO	14
5. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO	15
6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO	17
6.1. ESTRUTURA CURRICULAR	17
6.2. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	20
6.2.1 O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO E O PLANO DE FORMAÇÃO	22
6.2.2 SOBRE O PLANO DE FORMAÇÃO E O RELATÓRIO DE FORMAÇÃO	23
6.2.3 ORIENTAÇÕES PROCEDIMENTAIS	24
6.3. DIRETRIZES CURRICULARES E PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS	26
<input type="checkbox"/> PRÁTICA SOCIAL COMO PRODUTORA DE CONHECIMENTOS	31
<input type="checkbox"/> INDISSOCIABILIDADE NO PROCESSO EDUCATIVO	33
<input type="checkbox"/> EDUCANDO/A COMO PRODUTOR/A DO CONHECIMENTO	35
6.4. INDICADORES METODOLÓGICOS	37
6.4.1 ORIENTAÇÕES PRÁTICAS AOS DOCENTES	41
6.4.2 ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES E ORIENTAÇÃO	42
6.4.3 MATERIAIS DIDÁTICOS	42
7. INDICADORES DE DESEMPENHO	43
8. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	43
9. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E DE CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS	46
10. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	47
10. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIA	48
10.1. BIBLIOTECA	51
11. PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	52
12. CERTIFICADOS	54
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICE I – EMENTAS E PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS	57
APÊNDICE II – BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR:	86

APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui-se do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), na modalidade de educação a distância, incluído na área de Educação, código 70800006, e na subárea Ensino Profissionalizante, código 70807078, na modalidade de educação *a distância*, referente à tabela de áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica integra a Política Nacional de Formação de Profissionais para a EPT (Brasil, 2024), em consonância com o Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica, e em atendimento à meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024).

Este Projeto Pedagógico de Curso-PPC se propõe a definir as diretrizes pedagógicas para a organização e o funcionamento do respectivo curso de especialização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), tendo como marco orientador os objetivos, os princípios pedagógicos, filosóficos e legais e a compreensão de educação explicitados no Projeto-Político-Pedagógico Institucional.

Estão presentes, como marco orientador dessa proposta, as decisões institucionais explicitadas no Projeto Político-Pedagógico-PPP, traduzidas nos objetivos, na função social desta Instituição e na compreensão da educação como uma prática social. Em consonância com a função social do IFRN, esse curso se compromete a promover formação continuada de profissionais comprometida com os valores fundantes da sociedade democrática, na compreensão da educação como uma prática social, com o domínio dos conhecimentos específicos, em diferentes contextos e a necessária articulação interdisciplinar.

Concebe-se a pós-graduação como um campo de produção e de socialização de conhecimentos, fortalecido pelo protagonismo dos sujeitos envolvidos e pelo desenvolvimento da cultura da pesquisa na dinâmica das atuações docente e discente. É um espaço fortalecido também pela responsabilidade social inerente ao processo de produção socioeconômico e de formação profissional. Sob a égide desse entendimento, o avanço científico e tecnológico, a socialização do conhecimento e o compromisso de promover o diálogo entre os diversos tipos de saberes são elementos que permeiam e integram as ofertas educativas do IFRN, incluindo a pós-graduação.

Este documento alinha-se aos direcionamentos para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e também do Sistema Universidade Aberta do

Brasil (UAB/CAPES) na elaboração de seus Projetos Pedagógicos de Curso, de acordo com o que prevê o Edital CAPES nº 25, de 20/09/2023.

Este documento apresenta os pressupostos teóricos, metodológicos e didático-pedagógicos estruturantes da formação continuada em pós-graduação, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Em todos os elementos estarão explicitados princípios, categorias e conceitos que materializarão o processo de ensino e de aprendizagem destinados a todos os envolvidos nesta práxis pedagógica.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

NOME DO CURSO: Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, em nível de Especialização. Atende à Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional-LDB, Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (com suas alterações), bem como à Resolução CNE/CES nº. 1, de 06 de abril de 2018 (com suas alterações)¹.

ÁREA DE CONHECIMENTO: 7.08.00.00-6 - Educação e 7.08.07.07-8 - Ensino Profissionalizante, definida de acordo com a tabela de áreas e subáreas da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

FORMA DE OFERTA: Educação a distância

Modalidade a distância (EAD) - de acordo com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 (com suas alterações); no § 2º da Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018 (com suas alterações), ao definir que os cursos de especialização poderão ser oferecidos presencialmente ou a distância (EAD); e nas Portarias/MEC - nº 1050/2008 e nº 1369/2010, que credenciam o IFRN a ofertar cursos na modalidade da educação a distância².

2. JUSTIFICATIVA

Tanto a reestruturação no setor produtivo, a partir dos anos de 1990, quanto o crescente desenvolvimento científico e tecnológico decorrente da economia global e informacional, imprimiram, mundialmente, uma série de mudanças de ordem política, socioeconômica e cultural, inclusive com reflexos na educação. Essa realidade provocou uma série de reformas no âmbito dos países em desenvolvimento, como o Brasil. Em decorrência, as políticas neoliberais acentuaram

¹ Esta Resolução estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996. Foi alterada pela Resolução CNE/CES nº 4, de 11 de dezembro de 2018; e pela Resolução CNE/CES nº 4, de 16 de julho de 2021.

² Com respaldo legal no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 (com suas alterações), que estabelece, em seu artigo 2º, que a educação básica e a educação superior poderão ser ofertadas na modalidade a distância - EAD, observadas as condições de acessibilidade que devem ser asseguradas nos espaços e meios utilizados; no § 2º da Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018 (com suas alterações), ao definir que os cursos de especialização poderão ser oferecidos presencialmente ou a distância (EAD); e nas Portarias/MEC - nº 1050/2008 e nº 1369/2010 -, que credenciam o IFRN a ofertar cursos na modalidade da educação a distância.

as desigualdades entre aqueles/as que têm acesso aos serviços de qualidade e aqueles/as que ficam às margens dos direitos. Por outro lado, a partir dos anos 2000, algumas iniciativas, se materializaram no sentido de ampliar e de interiorizar as instituições públicas, como os institutos federais, os quais contribuíram para que o acesso à educação, à ciência e à tecnologia pudesse beneficiar uma parcela mais ampla da sociedade por meio da educação pública e gratuita.

Por sua vez, a construção de uma postura crítica leva à necessidade de se superar a lógica produtivista, inserindo-se, no escopo das produções acadêmico-científicas e pedagógicas, as demandas que atendam à função social da Instituição. Essa postura faz com que os processos e os produtos da sociedade global e informacional possam ser referenciados na sociedade e apropriados de modo sustentável. Atende-se, dessa forma, às necessidades da sociedade na qual o IFRN atua, primando pelo respeito à diversidade e à inclusão social.

No âmbito do Estado de Rio Grande do Norte, a oferta do Curso de Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade a distância, coaduna-se aos objetivos do fortalecimento das políticas de educação profissional e tecnológica nos municípios das diversas regiões potiguaras, sobretudo, da rede pública federal como os *campi* do IFRN e da rede estadual, como por exemplo a implantação de sedes do Instituto Estadual de Educação Profissional, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte (IERN), assim como os Centros Estaduais de Educação Profissional. Além disso, a expansão das redes privadas de ensino, das parcerias público-privadas, juntamente com o fortalecimento do Sistema "S". No cenário da Educação profissional no Rio Grande do Norte, notamos a carência de cursos que promovem a capacitação para gestores.

Nesse contexto, urge a necessidade de realizar formações para os que já atuam ou que pretendem atuar em espaços e funções de gestão na Educação Profissional e Tecnológica pública, em especial na direção e na vice-direção de escola, coordenação pedagógica, orientação educacional e supervisão de ensino, dentre outros.

Nessa direção, a presente especialização alinha-se também às ações da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), no âmbito da Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica, destinada a estabelecer princípios e objetivos para programas e ações de profissionais para atuação na EPT, a serem implementados em regime de colaboração entre os sistemas de ensino em consonância com o Plano Nacional de Educação.

A oferta do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica segue a legislação em vigor. Para a oferta do curso, são utilizados os polos de apoio presencial vinculados também a UAB, cujas equipes são constituídas de acordo com a Portaria nº 102/2019, que regulamentou a Portaria nº 183/2016; a Instrução Normativa nº 2/2017; dentre outras.

Além disso, a presente proposta de Curso está em conformidade com as orientações políticas e com a legislação que regulamenta a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* no Brasil, em particular as citadas a seguir:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.
- Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância, de agosto de 2007, que define princípios, diretrizes e critérios para as instituições que oferecem cursos na modalidade de educação a distância;
- Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.
- Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.
- Resolução CNE/CES nº 4, de 11 de dezembro de 2018, que altera o inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- Resolução nº 4, de 16 de julho de 2021, que altera o artigo 11 da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.

Nesse sentido, a implantação do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica atende, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, às demandas geradas por esse contexto social e político, aos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao Plano de Nacional da Educação e Plano de Desenvolvimento Educacional, assim como à função social e às finalidades do IFRN.

Ademais, o mundo atual caracteriza-se pela fragmentação e pela dispersão da produção econômica, pela hegemonia do capital financeiro, pela rotatividade de mão de obra, pela obsolescência vertiginosa das qualificações para o trabalho em decorrência do surgimento

incessante de novas tecnologias, pelo desemprego estrutural, pelas desigualdades, causando exclusão social, econômica e política.

Para além desses aspectos, a sociedade contemporânea é marcada por uma descentralização do poder, com ênfase na multiplicidade e na diversidade de perspectivas e de identidades (Veiga-Neto, 2007). Esse entendimento abre a discussão sobre a identidade das instituições de Educação Profissional e Tecnológica como lugares de construção de diálogos e compromissos com a educação pública, gratuita e de qualidade, compreendida como recurso necessário para a transformação dessa realidade.

Nessa direção, espera-se que uma instituição de EPT, além de oportunizar o acesso a todos/as, seja também aquela de cuja construção todos/as possam participar, de modo que sua atuação social corresponda aos interesses mais amplos da sociedade. É preciso considerar, todavia, que a gestão das instituições de ensino de EPT se contextualiza em um cenário sócio-histórico complexo, marcado por rupturas, contradições e desafios em relação às políticas públicas específicas para esse campo.

Assim, o exercício da gestão implica, além da inerente dimensão técnica, a necessidade de postura reflexiva e crítica por parte de quem a exerce, em relação às questões políticas que desenham as relações de poder, com as diferentes instâncias da esfera pública, as instituições de EPT e a sociedade. Fazer gestão na EPT implica enfrentar as contradições históricas que a constituem, fruto da divisão social de classes e da hegemonia do capital, e a consequente exclusão social, econômica e política, fundamentada na divisão social do trabalho.

Esse movimento impõe o enfrentamento da tensão entre o senso comum educacional, que defende a aplicação de métodos e de princípios da administração empresarial capitalista alinhada aos desígnios do mercado, em contraposição a uma concepção de cunho crítico-emancipatório, que considera a condição cultural e histórica do trabalho pedagógico e do papel social da escola, o processo pedagógico como sua especificidade e sua dimensão democrática como práxis social e política (Paro, 2010; 2020).

Dessa forma, ressignificar o papel e a práxis do/a gestor/a na EPT implica entender a sua condição política, redimensionando as relações sociais de poder no interior da escola e dela com a sociedade, construindo um processo de caráter eminentemente democrático. Nessa perspectiva, é fundamental a compreensão de que a gestão educacional e escolar na EPT carrega em si o compromisso de promover a participação ativa de estudantes, educadores/as e membros da sociedade no processo de tomada de decisões e na organização das instituições de ensino.

Considerando a gestão de uma instituição como mediação para a realização de determinados fins, não há como ensinar valores democráticos sem que as práticas institucionais

estejam imbuídas nesses mesmos princípios e significados. Essa abordagem, comprometida com a transparência, com a inclusão, com a responsabilidade compartilhada e com o fortalecimento da comunidade educacional, visa a possibilitar uma educação de qualidade e a formação cidadã dos/as estudantes.

Trata-se, portanto, do exercício da cidadania que possibilita a apropriação e a construção da instituição escolar como um território verdadeiramente público. A gestão na EPT deve estar voltada a possibilitar o engajamento de diferentes sujeitos na realização dos objetivos institucionais. Para Souza (2009, p. 125), trata-se de

[...] um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas.

Nesse sentido, oferta do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica com tais concepções se justifica, tendo em vista a necessidade de formação nessa área como uma oportunidade aos educadores e às educadoras que atuam ou que desejam atuar em espaços e em funções de gestão na EPT, para conhecimento, planejamento, implementação e acompanhamento de políticas e de processos da Educação Profissional e Tecnológica em instituições públicas.

No processo de formação para a gestão na EPT, o que se coloca é a necessidade de compreensão do referencial que sustenta a práxis crítica, reflexiva, democrática e emancipatória, tanto dos membros da comunidade escolar quanto da própria instituição, procurando superar a contradição que existe entre uma educação democrática e uma gestão puramente gerencial (Paro, 2010). É de fundamental importância que o/a gestor/a se apoie nos pressupostos da teoria crítico-dialética, relacionando-a com a prática social, e que esteja comprometido/a em resolver problemas da educação no contexto da escola, além de buscar atender aos interesses da classe trabalhadora e da transformação social (Veiga, 2018).

Considerando o caráter público da educação, a gestão democrática, portanto, demanda relações fundadas em regras de colaboração, corresponsabilidade e solidariedade entre os diferentes segmentos que constituem cada instituição. Trata-se, portanto, da gestão social que se contrapõe ao modelo de gestão estratégica das instituições mercantilistas, por meio da qual o processo decisório é exercido pela participação ativa e solidária dos diferentes sujeitos sociais, fundamentado na ação dialógica a fim de alcançar a integralidade da dimensão humana (Tenório, 1998, 2006). Esse diálogo coletivo, constituinte do modelo de gestão social das instituições,

vai significar que a legitimidade das decisões deve ter origem em espaços de discussão orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum. Espaços onde se articulam diferentes atores que vocalizam as suas pretensões com o propósito de planejar, executar e avaliar políticas públicas ou decisões de produção (Tenório, 2006, p. 1147).

Isso representa um grande desafio, na medida em que implica a mudança de lógica dos processos autoritários para um processo educativo de comprometimento e de construção da autonomia baseada no compromisso com os objetivos maiores da instituição. Como afirma Leite (2005), a participação permite que os atores institucionais criem e recriem os processos constituintes de organização e de funcionamento em cada instituição.

Considerando os aspectos apontados, o que se propõe como percurso formativo é o aprofundamento da formação crítico-dialética em relação às dimensões científicas, sociais e políticas da EPT. Com isso, espera-se que os/as profissionais da educação possam ter acesso aos subsídios teóricos para planejar e desenvolver formas e estratégias de gestão das instituições de educação, de modo a constituir espaços educacionais que possibilitem a criação de condições para a formação integral do ser humano (Paro, 2010; Ramos, 2008).

Desse modo, o percurso formativo do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na EPT estrutura-se a partir de uma concepção de gestão social participativa e dialógica, como possibilidade para a prática educativa emancipatória e autônoma, tanto dos membros da comunidade escolar quanto da própria instituição.

Nessa perspectiva, o IFRN propõe-se a oferecer o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica na modalidade a distância, por entender que estará contribuindo para a elevação da qualidade da educação básica, em especial a pública, formando o/a Especialista em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, através de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, capaz de contribuir com a formação humana integral e com o desenvolvimento socioeconômico da região articulado aos processos de democratização e justiça social.

3. OBJETIVOS

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica tem como objetivo geral promover o aprimoramento dos conhecimentos em Gestão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) por meio de reflexões teórico-críticas e contextualizações práticas, considerando as especificidades dessa modalidade educacional e os compromissos com a educação pública emancipatória, na perspectiva da gestão democrática e participativa.

Os objetivos específicos do curso são:

- Compreender os fundamentos de uma gestão escolar participativa e democrática;
- Examinar as políticas públicas e a legislação educacional em uma perspectiva histórica e crítica e suas implicações para a oferta e para as condições de desenvolvimento da EPT;
- Analisar as relações entre gestão pedagógica, administrativa e de pessoal, considerando os objetivos da escola e as práticas de organização e gestão com foco na melhoria da aprendizagem;
- Conhecer ferramentas de gestão e formas de organização do trabalho escolar considerando preceitos democráticos, participativos e dialógicos em vista do planejamento acadêmico, da (re)elaboração de projetos pedagógicos e de planos de ensino e da avaliação institucional;
- Discutir os aspectos dos ambientes social, cultural, econômico e político a serem considerados na configuração situacional de escolas que ofertam a EPT;
- Refletir sobre a relação trabalho, sociedade e educação e suas implicações para a formação humana omnilateral, politécnica e emancipatória;
- Estabelecer as relações entre teorias e práticas de gestão na EPT à luz da necessidade da formação humana integral e da relação com o mundo do trabalho;
- Conhecer o teor das propostas de gestão pública educacional dos organismos multilaterais internacionais e suas implicações para a EPT brasileira;
- Refletir sobre as relações de poder no cotidiano escolar considerando a perspectiva da gestão democrática e os compromissos da formação humana integral e emancipatória na EPT;
- Analisar formas mediante as quais os gestores podem atuar na mobilização para o diálogo entre coletivos escolares na EPT, sobretudo para a elaboração compartilhada de propostas e estratégias orientadas por valores éticos de emancipação social;
- Discutir formas de condução ao diálogo da escola com a comunidade externa, com as entidades de representação, com os sistemas de ensino e com o poder público;
- Explicitar valores e normas do serviço público e a importância do controle social, das relações com os sistemas de ensino, comunidades e movimentos sociais para a efetivação da gestão democrática e participativa;
- Compreender estratégias de inclusão social e educacional na EPT baseadas nos preceitos da igualdade, equidade e valorização das diversidades (culturais, étnicas, raciais, de gênero, orientação sexual, etárias, das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, regionais, territoriais, políticas e religiosas);
- Verificar formas de fomento à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, inclusive por meio de políticas institucionais;

- Discutir as conexões entre o planejamento acadêmico e a avaliação institucional como meio de efetivar a gestão democrática e participativa e
- Averiguar formas pelas quais a gestão na EPT pode contribuir para atenuar os riscos da evasão e do abandono discentes e encorajar a permanência e o êxito escolares.

4. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica destina-se a portadores/as de diploma de graduação.

Poderão participar do curso profissionais portadores/as de diploma de graduação em qualquer área do conhecimento, obtido em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), preferencialmente atuantes ou que pretendem atuar em espaços e funções de gestão na Educação Profissional e Tecnológica pública, em especial na direção e vice-direção de escola, coordenação pedagógica, orientação educacional e supervisão de ensino, dentre outros.

O acesso ao Curso será realizado por meio de processo seletivo, conveniado e/ou aberto ao público, podendo ser realizado através de programas de acesso, análise curricular, entrevista ou provas (exames). O processo de seleção será regido por edital próprio.

Além dos requisitos descritos, o acesso ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade a distância deverá contemplar as seguintes políticas afirmativas:

- a) No mínimo 20% (vinte por cento) das vagas disponibilizadas são destinadas aos/às autodeclarados/as pretos/as, pardos/as ou indígenas de acordo com a Resolução nº 03/2017-CONSUP/IFRN.
- b) Considerando a Lei 13.146/2015, que trata sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, e visando democratizar o acesso ao ensino superior por este público, em consonância com o PDI do IFRN e com que está previsto na Resolução nº 5/2017-CONSUP/IFRN, será reservada, em cada processo seletivo para ingresso por curso e turno, 5% (cinco por cento) das vagas, de ampla concorrência, para Pessoas com Deficiência.
- c) No tocante aos aspectos de convênios e parcerias com fomento externo, o processo seletivo deve ser público, em consonância com a legislação em vigor no âmbito do que determina a Universidade Aberta do Brasil (UAB/CAPES), e deve considerar o quantitativo de vagas acordado com a Setec/MEC e UAB/CAPES, no contexto do Edital CAPES nº 25/2023.

5. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade a distância, está fundamentado, dentre outros também vigentes e aplicáveis, nos dispositivos legais que tratam dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, denominados cursos de especialização, a saber:

- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº. 9.394/96** (com suas atualizações);
- **Resolução nº 38/2012-CONSUP/IFRN, de 26 de março de 2012**, que institui o Projeto Político-Pedagógico-PPP do IFRN;
- **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, que permite a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu;
- **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017** (com suas alterações), que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino;
- **Parecer CNE/CES nº 146/2018**, de 6 de abril de 2018, que trata de reexame do Parecer CNE/CES nº 245/2016 e propõe novas Diretrizes Nacionais dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*;
- **Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018**, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências;
- **Parecer CNE/CES nº 476 de 08 de agosto de 2018**, que propõe alteração do inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018;
- **Resolução CNE/CES nº 4, de 11 de dezembro de 2018**, que altera o inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018; e
- **Resolução CNE/CES nº 4, de 16 de julho de 2021**, que altera o artigo 11 da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018.
- Portarias MEC nº 1.050/2008 e nº 1.369/2010, que credenciam o IFRN a ofertar cursos na modalidade da educação a distância;
- Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro 2019 (ficando revogadas portarias anteriores - MEC/nº 1.134/2016 e MEC/nº 1.428/2018), que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais, considerando a decisão institucional de aplicar o mesmo formato aos cursos lato sensu – especialização (permitida a previsão de até 40%, no máximo, da CH total do curso).

Nessa perspectiva, considerando a necessidade de promover formação continuada de profissionais da área de delimitação deste Curso e que sejam sintonizados/as com as necessidades

da sociedade e, em particular, da educação, o perfil profissional desejado para os/as egressos/as deste Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica está centrado no entendimento crítico de como agir, em face das complexas situações do mundo do trabalho, na gestão de instituições, coletivos de trabalho pedagógico e na implementação de políticas públicas concernentes a essa modalidade educacional. Isso pressupõe ter em vista:

- o conhecimento sobre como investigar o ambiente social, cultural, econômico e político em que se situa a escola;
- a compreensão das relações de poder, da importância da comunicação interna e externa à escola e do trabalho em equipe;
- o planejamento dialógico, a (re)elaboração de projetos pedagógicos e de planos de ensino, a avaliação institucional e a implementação de ferramentas de gestão e de novos processos de organização do trabalho escolar e pedagógico de forma democrática e participativa;
- a mobilização da capacidade de diálogo dos coletivos escolares para a elaboração compartilhada de propostas e estratégias destinadas a enfrentar os desafios sociais, educacionais, econômicos e ambientais que surgem, pautadas pelos valores da ética e da emancipação social;
- a implementação de processos que visem à inclusão social e educacional, à igualdade e ao respeito às diversidades culturais (culturais, étnicas, raciais, geracionais, de gênero, orientação sexual, territoriais, políticas e religiosas e de pessoas com deficiência);
- a transparência na gestão dos recursos, privilegiando ampla discussão e decisão em relação à sua aplicação;
- a valorização dos membros da comunidade escolar, dando voz e escuta ativa aos/às estudantes e às suas representações, aos/às docentes, pais, mães ou responsáveis, funcionários/as técnico-administrativos e conselho escolar ou órgãos colegiados;
- o amplo diálogo com a comunidade, com as entidades de representação, com os sistemas de ensino e com o poder público;
- o comprometimento com os valores e as normas do serviço público, a cultura do controle social, a valorização das relações com os sistemas de ensino, as comunidades e os movimentos sociais, na perspectiva da gestão democrática e participativa;
- a participação da escola em redes de cooperação comprometidas com a expansão da EPT pública, democrática, inclusiva e emancipatória;

- a divulgação dos sucessos obtidos pelo coletivo da escola, seus/suas professores/as, estudantes e técnico-administrativos;
- as formas pelas quais a gestão na EPT pode contribuir para atenuar os riscos da evasão e do abandono discentes e encorajar a permanência e o êxito escolares.

6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

6.1. ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do Curso de Pós-Graduação *Lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade a distância, observa as determinações legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº. 9.394/96), na Resolução CNE/CES nº. 01/2018 (com suas alterações), no Projeto Político-Pedagógico do IFRN e nos demais documentos legais pertinentes.

Dentre os princípios e as diretrizes que fundamentam o curso, destacam-se: estética da sensibilidade; política da igualdade; ética da identidade; inter e transdisciplinaridade; contextualização; flexibilidade e intersubjetividade.

O curso está organizado em 3 (três) módulos, com duração mínima de três semestres compostos por um núcleo comum e dois núcleos específicos articulados as temáticas dos componentes curriculares, a saber: Gestão: planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação e Diversidades na EPT integral e integrada, com uma carga horária total de 360 horas destinadas aos componentes curriculares e 60 horas a um Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico institucional.

Dessa forma, organização curricular do referido curso é compartilhada e se compõe de 02 (dois) núcleos, denominados comum e específico. Quanto ao núcleo comum trata-se de abrangência formativa com foco nos aspectos de Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica e Trabalho-Educação: fundamentos teóricos e didáticos. No tocante ao núcleo específico é destinado a abordar as particularidades de cada curso.

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de educação a distância, se organiza em 02 (dois) núcleos (comum e específico), divididos em 03 (três) módulos, totalizando 13 (treze) disciplinas, no âmbito de unidades temáticas, assim como 03 (três) momentos de orientação de TCC.

O TCC deverá ter preferencialmente o formato de Relatório de Formação a ser construído ao longo do curso, resultante de um Plano de Formação, proposto pelo/a discente, ao término das

unidades temáticas do Núcleo Comum (TCC I), em diálogo com o/a seu/sua professor/a formador/a e com a tutoria, de forma que articule o seu percurso formativo a uma situação real e socialmente relevante da gestão na EPT. A execução desse componente curricular (TCC) ocorrerá ao longo de todo o percurso formativo do/a discente, em três momentos, com finalidades específicas:

- **Primeiro momento - OTCC I (15h):** acontecerá após a conclusão das unidades temáticas do núcleo comum com o objetivo de elaborar o Plano de Formação, a partir da definição de um tema de interesse.

- **Segundo momento - OTCC II (15h):** acontecerá após a conclusão das unidades temáticas do núcleo específico com o propósito de elaborar um breve inventário dos estudos já realizados sobre o tema, privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído e, se necessário, revisar o Plano de Formação considerando o inventário construído e as sistematizações realizadas.

- **Terceiro momento - OTCC III (30h):** elaboração final do Relatório de Formação (TCC).

Em momento prévio ao início do estudo das unidades temáticas do núcleo comum, o instituto deverá apresentar ao/à estudante as principais funcionalidades do Ambiente Virtual do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, com foco nas múltiplas possibilidades interativas que serão disponibilizadas ao longo do processo formativo do/a educando/a, com ênfase nas características e especificidades da educação a distância.

O *Quadro 1* descreve a listagem dos componentes curriculares que compõem o todo do curso e os programas/ementas encontram-se no *Apêndice I*.

Quadro 1 – Matriz Curricular: Disciplinas/Componentes Curriculares do Curso de Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica

COMPONENTES CURRICULARES	NÚMERO DE CRÉDITOS	SOMATÓRIO DE CH ³	
		h/a	hora
MÓDULO I - NÚCLEO COMUM (90h) + OTCC (15h) 1º Semestre			
Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica	2	40	30
Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I	2	40	30
Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos II	2	40	30
Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso I (Momento I)	1	20	15
Subtotal da CH do Módulo I		140	105
MÓDULO II – NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 1 (120h + 15h OTCC) 2º Semestre Gestão: planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação			
Gestão Educacional	2	40	30
Políticas Públicas e Legislação para a EPT	2	40	30
Democracia e Gestão Democrática na Educação Profissional e Tecnológica	2	40	30
Planejamento Educacional e Avaliação Institucional na Educação Profissional e Tecnológica	2	40	30
Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso II (Momento II)	1	20	15
Subtotal da CH do Módulo II		140	135
MÓDULO III – NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 2 (90h + 30h OTCC) 3º Semestre Diversidades na EPT integral e integrada			
Gestão da Escola de Educação Profissional e Tecnológica Integral e Integrada	2	40	30
Gestão para a Inclusão e Diversidades	2	40	30
Gestão para a Permanência e o Êxito	2	40	30
Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso III (Momento 3)	2	40	30
Subtotal da CH do Módulo III		160	120
Somatório da CH Total dos Módulos		440	360
ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - OTCC			
Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I, II, III		80	60
TOTAL DE CARGA HORÁRIA DO CURSO		440	360

³ A hora-aula considerada possui 45 minutos.

6.2. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) é componente curricular obrigatório para a obtenção do título de Especialista. Corresponde a uma produção acadêmica que expressa as competências e as habilidades desenvolvidas (ou os conhecimentos adquiridos) pelos/as estudantes durante o período de formação. Desse modo, o TCC será desenvolvido nos momentos de orientação de cada módulo delineados em cada período a partir da verticalização dos conhecimentos construídos nos projetos realizados ao longo do curso ou do aprofundamento em pesquisas acadêmico-científicas.

O/a estudante terá momentos de orientação e tempo destinado à elaboração da produção acadêmica correspondente.

São consideradas produções acadêmicas de TCC para o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica:

- Preferencialmente, gênero Memorial com Plano de Formação e Relatório;
- monografia;
- artigo científico, com ISSN;
- capítulo de livro publicado, com ISBN;
- outra forma definida pelo Colegiado do Curso.

O TCC será acompanhado por um/a professor/a orientador/a e o mecanismo de planejamento, acompanhamento e avaliação é composto pelos seguintes itens:

- elaboração de um plano de atividades aprovado pelo/a professor/a orientador/a;
- reuniões periódicas do/a estudante com o/a professor/a orientador/a;
- elaboração da produção monográfica pelo/a estudante;
- entrega do trabalho para a Coordenação do Curso, deferido pelo/a orientador/a; e
- avaliação e defesa pública do trabalho pelo/a estudante perante uma banca

examinadora.

A banca examinadora será composta pelo/a professor/a orientador/a e dois/duas profissionais pós-graduados/as com mestrado ou doutorado, podendo ser convidado/a para compor essa banca um/a profissional externo/a de reconhecida experiência profissional na área de desenvolvimento do objeto de estudo.

A avaliação do TCC terá em vista os critérios de: domínio do conteúdo; linguagem (adequação, clareza); postura; interação; nível de participação e envolvimento; e material didático (recursos utilizados e roteiro de apresentação).

Será atribuída ao TCC uma pontuação entre 0 (zero) e 100 (cem) e o/a estudante será aprovado/a com, no mínimo, 60 (sessenta) pontos.

Caso o/a estudante não alcance a nota mínima para a aprovação no TCC, deverá ser reorientado/a com o fim de realizar as necessárias adequações/correções e submeter novamente o trabalho à aprovação dentro do prazo estabelecido pelo curso, conforme definido na Organização Didática do IFRN, isto é, até 6 (seis) meses a mais que a duração prevista.

O TCC tem carga horária de 60h, dividida em três momentos (conforme exposto adiante), com a seguinte proposição, considerando o TCC em formato de Plano de Formação com relatório.

Em consonância com os aspectos modulares do curso e unidades temáticas, o TCC poderá ter também o formato de Relatório de Formação a ser construído ao longo do curso, resultante de um Plano de Formação, proposto pelo/a discente, ao término das unidades temáticas do Núcleo Comum (OTCC I), em diálogo com o/a seu/sua professor/a formador/a e com a tutoria, de forma que articule o seu percurso formativo a uma situação real e socialmente relevante da gestão na EPT. A execução desse componente curricular (OTCC) ocorrerá ao longo de todo o percurso formativo do/a discente, em três momentos, com finalidades específicas:

- **Primeiro momento - Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso I (OTCC I) (15h):** acontecerá após a conclusão das unidades temáticas do núcleo comum com o objetivo de elaborar o Plano de Formação, a partir da definição de um tema de interesse.
- **Segundo momento - Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso II (OTCC II) (15h):** acontecerá após a conclusão das unidades temáticas do núcleo específico com o propósito de elaborar um breve inventário dos estudos já realizados sobre o tema, privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído e, se necessário, revisar o Plano de Formação considerando o inventário construído e as sistematizações realizadas.
- **Terceiro momento - Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso III (OTCC III) (30h):** elaboração final do Relatório de Formação (TCC).

O TCC será acompanhado por um/a professor/a orientador/a e o mecanismo de planejamento, acompanhamento e avaliação é composto pelos seguintes itens:

- elaboração de um plano de atividades aprovado pelo/a professor/a orientador/a;
- reuniões periódicas do/a estudante com o/a professor/a orientador/a;
- elaboração da produção monográfica pelo/a estudante;
- entrega do trabalho para a Coordenação do Curso, deferido pelo/a orientador/a; e
- avaliação e defesa pública do trabalho pelo/a estudante perante uma banca examinadora.

6.2.1 O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO E O PLANO DE FORMAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso tem carga horária de 60h, sendo preferencialmente, o formato de plano de formação e relatório, dividida em três momentos (conforme exposto adiante), com a seguinte ementa:

Ementa: Com base nas indicações do Plano de Formação elaborado no primeiro momento do curso (TCC1), espera-se que, ao final do curso (TCC3), o/a cursista apresente o seu Relatório de Formação, fruto de um processo iniciado no começo do curso a partir de uma questão problematizadora. Ao final do TCC III, o/a discente deverá concluir o seu TCC, entendido neste curso como Relatório de Formação.

Para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tomam-se como premissas a mudança social como objetivo fundamental da educação e a não equivalência da formação do/a educador/a a “fornecer-lhe um conjunto de indicações práticas, mas armá-lo de modo que ele próprio seja capaz de criar um bom método, baseando-se numa teoria sólida de pedagogia social; o objetivo é empurrá-lo no caminho desta criação” (Pistrak, 2000, p. 25).

Para estimular essa autonomia, tornam-se necessárias estratégias didáticas capazes de promover a auto-organização dos/as profissionais que irão atuar na EPT frente aos problemas da realidade, desenvolvendo a sua criatividade e as suas capacidades de trabalhar organizadamente as suas tarefas, seja na docência, na gestão ou no apoio e acompanhamento pedagógico.

Por isso, definiu-se o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com o formato de **Relatório de Formação** a ser construído ao longo do curso, individualmente, resultante de um **Plano de Formação** proposto pelo/a discente, em diálogo com o/a seu/sua professor/a formador/a e tutor/a, nas Unidades Temáticas (OTCC I, OTCC II e OTCC III), que articule o seu percurso formativo a uma situação real e socialmente relevante da EPT. No início do Módulo 3, etapa de finalização do curso, os cursistas terão à sua disposição o acompanhamento individualizado de um orientador de TCC, considerando os termos da legislação em vigor. Essa designação será feita adicionalmente à referente ao provimento para cada turma de um professor formador e tutores para o trabalho de apoio à elaboração do Relatório de Formação (TCC) pelo cursista.

6.2.2 SOBRE O PLANO DE FORMAÇÃO E O RELATÓRIO DE FORMAÇÃO

Um plano reflete uma atitude prévia de planejamento para onde se quer ir e nele se define uma direção que se quer tomar. Nesse caso, pretende-se que o/a discente deste curso, ainda durante o período de execução do núcleo comum e com o apoio de um/a professor/a formador/a e da tutoria, defina um fio condutor para a sua formação. Nesse sentido, na primeira etapa do ato de planejar, à qual foram atribuídas 15h de trabalho acadêmico, caberá ao/à discente identificar qual é esse elemento central para a sua formação sobre o qual deseja aprofundar ou fazer descobertas e, com o auxílio do/a seu/sua professor/a formador/a e da tutoria, traçar um programa com objetivos e estratégias.

O desenvolvimento de um Plano de Formação, além de promover a capacidade reflexiva e a auto-organização profissional do/a discente, possibilita o enfrentamento teórico-prático de questões que requerem melhor compreensão, considerando a temática de seu curso de especialização, neste caso, a gestão na EPT.

Por meio do Plano de Formação, propõe-se que os/as estudantes articulem, de forma congruente, as diferentes unidades temáticas cursadas em torno de uma situação real e que exercitem a atitude de estudar as relações existentes entre os vários aspectos que condicionam o problema levantado, cultivando, assim, o exercício da interpretação dialética da realidade.

Esse Plano de Formação visa a integrar os saberes teóricos e práticos, articulados em torno de um objetivo individual-coletivo de formação. O Plano de Formação pode ser definido como um roteiro, um eixo norteador, cujo objetivo é articular os conteúdos das atividades executadas no processo de formação com intervenções na prática profissional. Ele serve como um guia, sendo flexível e adaptável, permitindo ajustes conforme as necessidades dos/as estudantes e as demandas do contexto educacional específico.

Esse Plano deve permitir aos/às discentes fazer indagações sobre a sua prática assim como a avaliação desta a partir do estabelecimento da interlocução com as teorias discutidas no processo de formação e/ou indicadas pelo/a professor/a formador/a e pelo/a tutor/a da Unidade Temática (TCC1). Assim, espera-se que os/as discentes exercitem as suas capacidades de problematização, de análise, de síntese e de proposição. Deve-se evitar, contudo, a percepção do Plano de Formação como ferramenta de instrumentalização dos conteúdos trabalhados na formação, o que limitaria o seu potencial de gerar reflexões relevantes.

Propõe-se como fio condutor deste Plano uma questão que pode ser definida a partir da seguinte indagação: qual aspecto da realidade da gestão na EPT eu pretendo enfrentar durante a minha formação e na minha prática como profissional da Educação Profissional e Tecnológica?

Indica-se que o critério para a seleção dos temas deva ser a sua relevância social, isto é, que sejam temas socialmente significativos e que favoreçam uma abordagem teórico-prática nessa modalidade educacional.

Recomenda-se, ainda, que a questão orientadora do Plano de Formação esteja vinculada, preferencialmente, às atividades profissionais do/a discente, de modo a permitir ações de reflexão sobre o real vivido como gestor/a ou educador/a e, possivelmente, experimentações de possíveis soluções e/ou indicações de possibilidades de enfrentamento daquela realidade.

A questão orientadora do Plano de Formação deve apresentar algumas características assim resumidas: trata-se de uma questão (social e cientificamente relevante) que necessita ser investigada e que possa ser respondida tendo em vista a experiência do/a discente, as condições para a construção da resposta e o tempo disponível.

6.2.3 ORIENTAÇÕES PROCEDIMENTAIS

O tempo dedicado à construção do TCC corresponderá a todo o percurso formativo do/a discente, com três momentos especiais e com finalidades específicas:

Primeiro Momento (OTCC I - 15h): após a realização das unidades temáticas do núcleo comum do curso, durante o qual se deve problematizar a EPT brasileira, em seus aspectos epistêmicos, políticos, históricos, pedagógicos e didáticos, propõe-se a elaboração do **Plano de Formação**, a partir da **definição de um tema social e cientificamente relevante e de interesse do/a discente**. Esse Plano de Formação será composto pelas seguintes seções:

- a. Identificação do/a discente.
- b. Breve descrição do tema a ser tratado.
- c. Descrição dos diferentes aspectos que podem ser investigados, de maneira a atribuir uma estrutura que oriente as observações e a tradução do conteúdo do tema em um questionamento instigante, socialmente relevante e cientificamente produtivo.
- d. Elaboração de questões problematizadoras que deverão ser respondidas e/ou pesquisadas durante o período em que os/as formandos/as irão permanecer em sua instituição de atuação ou durante o período de realização deste curso. Sugere-se a definição de uma “questão central e orientadora do percurso” e outras questões que permitam responder a diferentes aspectos dessa questão maior. Todo o Plano de Formação, inclusive suas questões orientadoras, deve ter a flexibilidade necessária ao exercício de construção e de reconstrução das hipóteses levantadas, refutadas e/ou confirmadas durante o processo. Para a definição dessa questão, deve-se considerar

a sua relevância social, o interesse do/a discente, a disponibilidade do/a orientador/a e as condições materiais/temporais disponíveis.

- e. Definição de objetivos.
- f. Estratégias, hipóteses e possibilidades de atuação a serem confrontadas com as teorias ou com a realidade estudada.

Segundo Momento (OTCC II - 15h): após a conclusão das unidades temáticas do núcleo específico do curso, deve-se:

- a. Elaborar um breve inventário dos estudos já realizados sobre o tema, privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído.
- b. Revisar o Plano de Formação considerando o inventário construído e as sistematizações a serem realizadas.

Terceiro Momento (OTCC III - 30h): concomitante às demais unidades temáticas do 3º módulo, está prevista a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (Relatório de Formação).

A estrutura desse relatório pode ser a seguinte:

- a. Título;
- b. Resumo;
- c. Sumário;
- d. Introdução;
- e. Desenvolvimento (explicitação da metodologia, das teorias levantadas e dos dados coletados e análise);
- f. Conclusão;
- g. Plano de Ação ou Indicações práticas;
- h. Referências em conformidade com as regras da ABNT vigentes.

Considerando o tempo disponível para a escrita do TCC, sugere-se um relatório contendo de 20 a 30 laudas de elementos textuais.

Em cada unidade temática, o/a discente deverá aprofundar as questões colocadas no seu Plano de Formação, a partir das discussões e das situações levantadas ou da observação de situações concretas, e exercitar a escrita. Recomenda-se que os trabalhos avaliativos da aprendizagem em cada unidade temática estejam articulados com a trajetória de produção do relatório de formação. Deve-se considerar que a solução de pequenos problemas favorece a auto-organização discente.

O registro de todo esse percurso será feito em um **Memorial**, espécie de “diário de bordo”, caracterizado como uma atividade de aprendizagem a ser elaborada na articulação com as Unidades Temáticas.

O Memorial é uma atividade em que o/a cursista registrará o seu percurso formativo, reflexões, problematizações, achados, experiências vivenciadas etc. Trata-se também de uma estratégia de comunicação necessária entre a tutoria e os/as cursistas. É um meio para o/a estudante expressar sua história durante o seu processo formativo. Nele o/a cursista deve resgatar a relação com aprendizagens anteriores, valores, cultura e, sobretudo, conduzir uma reflexão sobre os aprendizados nas Unidades Temáticas e suas experiências vivenciadas, sobretudo, nas relações com a sua prática em sala de aula.

O Memorial deve ser uma importante referência, portanto, deve estabelecer relações e interfaces com o Relatório de Formação, o TCC. Para a sua operacionalização, recomenda-se o uso de um caderno físico ou digital no qual o/a discente irá registrar as discussões, as teorias e as situações tratadas no curso que possam auxiliar no esclarecimento da questão levantada por ele/a. Deverá registrar, também, os experimentos e as atividades realizadas na sua instituição, se assim for o caso.

A ideia fundamental que deve orientar esse processo do Plano de Formação e a construção do Relatório é que o/a próprio/a discente desenvolva a sua capacidade de enfrentar, teórica e praticamente, os desafios de gestão que a realidade da EPT coloca, levantando hipóteses sobre eles, observando-os, fazendo uso dos conhecimentos já existentes sobre o assunto, experimentando soluções, comunicando e compartilhando os resultados desses enfrentamentos.

6.3. DIRETRIZES CURRICULARES E PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS

Este projeto pedagógico de curso é norteador do currículo no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade a distância. Caracteriza-se, portanto, como expressão coletiva, devendo ser avaliado periódica e sistematicamente pela comunidade escolar, apoiados por uma comissão avaliadora com competência para a referida prática pedagógica. Qualquer alteração deve ser vista sempre que se verificar, mediante avaliações sistemáticas anuais, defasagem entre perfil de conclusão do curso, objetivos e organização curricular frente às exigências decorrentes das transformações científicas, tecnológicas, sociais e culturais. Entretanto, as possíveis alterações poderão ser efetivadas mediante solicitação aos conselhos competentes.

Os princípios pedagógicos, filosóficos e legais que subsidiam a organização, definidos neste projeto pedagógico de curso, nos quais a relação teoria-prática é o princípio fundamental

associado à estrutura curricular do curso, conduzem a um fazer pedagógico, em que atividades como práticas interdisciplinares, seminários, oficinas, visitas técnicas e desenvolvimento de projetos, entre outros, estão presentes durante os períodos letivos.

O trabalho coletivo entre os grupos de professores/as da mesma base de conhecimento e entre os/as professores/as de base científica, base específica e base didático-pedagógica é imprescindível à construção de práticas integradas, resultando na construção e apreensão dos conhecimentos pelos/as estudantes numa perspectiva do pensamento relacional. Para tanto, os/as professores/as poderão desenvolver aulas de campo, atividades laboratoriais, projetos integradores e práticas coletivas juntamente com os/as estudantes. Para essas atividades, os/as professores/as têm, à disposição, horários para encontros ou reuniões de grupo, destinados a um planejamento antecipado e acompanhamento sistemático.

Considera-se a aprendizagem como processo de construção de conhecimento, em que partindo dos conhecimentos prévios dos/as estudantes, os/as professores/as assumem um fundamental papel de mediação, idealizando estratégias de ensino de maneira que a partir da articulação entre o conhecimento do senso comum e o conhecimento escolar, o/a estudante possa desenvolver suas percepções e convicções acerca dos processos sociais e de trabalho, construindo-se como pessoas e profissionais com responsabilidade ética, técnica e política em todos os contextos de atuação.

Neste sentido, a avaliação da aprendizagem assume dimensões mais amplas, ultrapassando a perspectiva de simplesmente aferir uma nota, para assumir uma prática diagnóstica e processual com ênfase nos aspectos qualitativos.

Além da referência legal, é preciso destacar que a Educação Profissional e Tecnológica faz parte de uma proposta de política pública de educação sintonizada com um projeto social emancipatório. Esta proposta, ao articular a oferta educacional (ampliada e interiorizada) com uma concepção histórico-crítica do processo educativo, busca a formação omnilateral dos sujeitos. A intencionalidade de tais políticas é a de que estas estejam vinculadas ao contexto social em que são implantadas e a de que a educação seja considerada

[...] não apenas como elemento contribuinte para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, mas também como fator para fortalecimento do processo de inserção cidadã de milhões de brasileiros. Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social (Pacheco, 2011, p. 17).

Dessa maneira, as referências tecnicistas das diferentes versões históricas da Educação Profissional e Tecnológica à sua gestão, bem como seu objetivo limitado à formação/qualificação de mão de obra, são substituídas por uma visão humanista e vinculada aos problemas do mundo do trabalho contemporâneo. Nesse sentido, a proposta curricular do curso assume a concepção da EPT em uma perspectiva crítico-dialética e emancipatória. Para tanto, orienta-se pelos princípios que regem a Política Nacional de Formação de Profissionais para a EPT definida pela Setec/MEC: a formação humana integral; o trabalho como princípio educativo; a prática social como produtora de conhecimentos; a indissociabilidade das dimensões do processo educativo; e os educandos como produtores de conhecimento (Brasil, no prelo, p. 22-28).

6.3.1 Formação humana integral

Em termos da formação humana integral, a gestão educacional e escolar da EPT pode contribuir para superar a divisão dos seres humanos entre os que pensam e os que executam e a hierarquia de conhecimentos subordinada à diferenciação das classes sociais.

A perspectiva de formação humana integral, no âmbito da EPT, requer que o trabalho de gestão educacional planeje e desenvolva, em conjunto com os profissionais da EPT, estratégias para superar os entraves relacionados aos investimentos financeiros, à estrutura física necessária para o funcionamento das atividades educacionais, ao desenvolvimento dos recursos tecnológicos e às políticas de valorização dos profissionais da educação, com vistas à promoção da autonomia das unidades educacionais. Nessa perspectiva, a gestão precisa mobilizar a comunidade escolar para a definição de um projeto político-pedagógico cujo princípio central encaminhe o planejamento e a práxis educativa visando à formação profissional de cunho emancipatório.

Nesse sentido, faz-se necessário suprimir a hierarquia de conhecimentos de origem classista; entender a educação profissional e tecnológica como um bem público e um instrumento de valorização do trabalho e dos trabalhadores; compreender as bases materiais da formação de sujeitos históricos e da consciência de classe social; valorizar a história do trabalho e do conhecimento na constituição da humanidade e entender a realidade concreta como síntese dialética.

A perspectiva de educação integral consiste na formação omnilateral do ser humano, com desenvolvimento pleno de suas potencialidades e consciente de suas capacidades para libertar-se da alienação. A formação humana integral é, segundo Marise Ramos (2005), um dos princípios da EPT, cujas dimensões são trabalho, ciência e cultura.

A concepção de educação omnilateral, além da formação politécnica, também engloba os conhecimentos teóricos e práticos do desenvolvimento intelectual humano, como constituintes de sua dimensão social. Para Gaudêncio Frigotto (2012, p. 267), a educação omnilateral significa

[uma] concepção de educação ou formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza.

Tal concepção crítica de educação busca considerar as relações históricas, sociais e culturais como dimensões integradas ao contexto social da vida humana (Saviani, 2008).

No movimento de constituir-se histórica e culturalmente sobre processos produtivos e, por consequência, nos processos socioculturais, o trabalho humano é concebido como práxis mediadora e transformadora da natureza pelos indivíduos, na produção de sua sobrevivência.

Portanto, para superar a formação do ser humano alienado pela divisão social do trabalho, a formação humana integrada não somente possibilita uma articulação entre educação básica e formação para o trabalho, como também oportuniza uma formação politécnica e integradora dos conhecimentos científico-tecnológicos (Ciavatta, 2014).

Nessa direção, a educação integral busca superar a formação escolar subalterna e voltada para o mercado de trabalho. Ela visa, sobretudo, a uma educação para o mundo do trabalho, cujo processo formativo objetiva a construção de conhecimentos que possibilitam o desenvolvimento da consciência crítica acerca da natureza e das contradições da sociedade capitalista, do seu domínio técnico, tecnológico e econômico sobre os seus processos produtivos. Ao estimular o aproveitamento do potencial da prática educativa em todas as suas dimensões, a formação humana integral permite transcender a visão utilitarista do ensino e libertar o ser humano da alienação, a partir do desenvolvimento das suas capacidades de pensar, sentir e agir nas relações sociais e com o mundo do trabalho.

6.3.2 Trabalho como princípio educativo

A reflexão sobre a formação humana integral nos leva à questão do trabalho como princípio educativo. Esse princípio sugere que uma das atribuições dos/as educadores/as em EPT é possibilitar que o/a educando/a consiga identificar a historicidade do trabalho humano e o papel

das classes sociais no desenvolvimento dos processos produtivos; entender o trabalho como elemento essencial na transformação da natureza, da sociedade e do próprio ser humano; e compreender que a ciência resulta da transformação teorizada do trabalho.

O trabalho é uma dimensão fundante na produção da vida social para a concretização de uma proposta educacional cujo objetivo é a formação humana integral. Lucília Machado (2023, p. 5) considera que “a riqueza humana criada pelos trabalhadores, inclusive em termos de novos saberes, valores e normas, teria o potencial de ser também formativa”.

No contexto da produção social capitalista, todavia, a atividade de formar plenamente o ser humano constitui-se em uma atividade desafiadora no sistema educacional. Para Frigotto (2012, p. 272-273),

o desafio é, pois, a partir das desigualdades que são dadas pela realidade social, desenvolver processos pedagógicos que garantam, ao final do processo educativo, o acesso efetivamente democrático ao conhecimento na sua mais elevada universalidade. Não se trata de tarefa fácil e nem que se realize plenamente no interior das relações sociais capitalistas.

Assumir uma perspectiva educacional que possibilite a formação humana integral exige reconhecer o trabalho como princípio educativo, cuja contribuição visa à apropriação de conceitos e de métodos científicos a partir da integração das dimensões teórica e prática na produção da vida social. Tal concepção de formação pode possibilitar que o ser humano compreenda e supere as condições históricas de exploração e de alienação do trabalho às quais ele é submetido enquanto constituinte da classe trabalhadora, que, além de tudo, hoje, se defronta com avanço da automatização, dos algoritmos e da inteligência artificial (Machado, 2023).

Tomar o trabalho como princípio educativo na perspectiva da formação humana integral estabelece que a educação para o trabalho se torne formação humana na amplitude do seu potencial físico e intelectual e na perspectiva emancipadora do ser social. Ademais, o trabalho como princípio educativo possui significado quando, no processo formativo, são consideradas a historicidade das ações humanas, a realidade socioeconômica em suas contradições, as condições tecnológicas concretas e a totalidade da vida social. Nessa perspectiva, os processos educacionais são tomados como práticas sociais intencionais de construção e de apropriação de conhecimentos, de desenvolvimento de técnicas e de tecnologias no âmbito do desenvolvimento da ciência e da cultura.

A partir da concepção do trabalho como princípio educativo *na e para* a perspectiva de educação integral e emancipatória, é fundamental refletir sobre o papel e a contribuição da gestão escolar e educacional nesse processo.

Inicialmente, considera-se que o planejamento, a organização e o acompanhamento das atividades das instituições escolares devem possibilitar a compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente. Nesse processo, entende-se que tais ações devem possibilitar a discentes, docentes e demais profissionais da educação a organização e o desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem em condições para ampliar e aprofundar a relação teórico-prática na produção do conhecimento para a formação integral do ser humano, particularmente daqueles que vivem do trabalho. Nessa direção, Kuenzer, Abreu e Gomes (2007, p. 472) assinalam que

ensinar a conhecer, enquanto capacidade de agir teoricamente e pensar praticamente é a função da escola; esse aprendizado não se dá espontaneamente pelo contato com a realidade, mas demanda o domínio das categorias teóricas e metodológicas pelo aprendizado do trabalho intelectual. As novas demandas de articulação entre conhecimento científico e conhecimento tácito reforçam a necessidade de ampliação crescente das oportunidades de acesso ao conhecimento com qualidade como condição necessária à inserção e à permanência nas relações sociais e produtivas para os que vivem do trabalho.

Assim, o trabalho é considerado princípio educativo na medida em que a escola desenvolve as condições concretas para a construção de uma práxis educativa ancorada na perspectiva da pedagogia histórico-crítica.

A partir dessa práxis, é importante refletir como a gestão escolar e educacional pode contribuir para a superação das formas de organização escolar ancoradas em tendências pedagógicas e práticas de ensino fragmentadas e utilitaristas. Para isso, as práticas de gestão escolar e educacional devem possibilitar a articulação entre ciência, cultura, tecnologia e sociedade, tomando o trabalho como princípio educativo.

6.3.3 Prática social como produtora de conhecimentos

A luta diária da humanidade se constitui como um laboratório de vivências e de produção de saberes fundamentais para a sobrevivência individual e coletiva. Assim, a prática social é que possibilita a elaboração de teorias explicativas e de soluções no plano material e imaterial para os desafios da coletividade. Nessa perspectiva, o conhecimento é entendido como produção social coletiva; é necessária a valorização da sabedoria popular vinda da prática diária; a relação prática-teoria-prática informa dialeticamente a ação educativa.

Um dos desafios da gestão na EPT consiste em organizar a instituição e mobilizar as pessoas para que uma educação capaz de tornar perceptíveis as múltiplas interações do sujeito com o mundo do trabalho seja ofertada. Isso exige do/a gestor/a um olhar cuidadoso e atento para a

escola, no entendimento desta como um espaço de construção de saberes, como um caminho para a compreensão das interações do sujeito com o mundo do trabalho, assim como das suas inter-relações com o mundo da vida social e do conhecimento. Ou seja, o/a gestor/a precisa reconhecer e tratar a escola como espaço público onde ocorre ensino, extensão e pesquisa como "prática social de conhecimento" (Santos, 1989).

Na mesma direção, Cipriano Luckesi (1985, p. 49) coloca como pressuposto básico "que o conhecimento só nasce da prática com o mundo, enfrentando os seus desafios e resistências, e que o conhecimento só tem seu sentido pleno na relação com a realidade". Para esse autor, o conhecimento compreende três dimensões: inicialmente, como compreensão e transformação do mundo; em segundo lugar, como subsídio para a ação; e, em um terceiro momento, como condição para a libertação. A ação sobre o mundo com vistas à sua transformação exige que o sujeito o compreenda e o interprete.

Os conhecimentos historicamente produzidos para compreensão do mundo foram e são desenvolvidos por um conjunto de sujeitos sociais e são, portanto, históricos e sociais. "Histórico, porque cada conhecimento novo é um aprofundamento de conhecimentos anteriores; e social, porque nenhum sujeito constrói um conhecimento totalmente novo" (Tozoni-Reis, s/d, p. 3).

Nesse sentido, entende-se, a partir desse princípio pedagógico, que cabe ao/a gestor/a criar condições e mobilizar as pessoas para pensar a escola como lugar de busca, de estudo, de conhecimento, de explicação e de compreensão do mundo de forma crítica e reflexiva. Isso implica o permanente diálogo entre a teoria e a prática, motivados por ações do sujeito, inclusive no cotidiano, e demonstra que não basta preencher os requisitos do sistema, sendo necessário, igualmente, diminuir o abismo entre áreas do conhecimento, entre o técnico e o humano.

A análise da prática social como produtora de conhecimento, no contexto da gestão escolar e educacional, implica, necessariamente, repensar a função da educação escolar.

Na perspectiva da gestão social e emancipatória, a gestão escolar e educacional requer que os diversos atores participantes desse processo atuem para não secundarizar a função social intrínseca à educação escolar. Nessa direção, Saviani (2008) defende que a escola deve orientar-se pelo propósito de contribuir com o desenvolvimento integral do ser humano. Para o referido autor, a educação escolar, a partir da concepção histórico-crítica,

[...] envolve a necessidade de se compreender a educação no seu desenvolvimento histórico-objetivo e, por consequência, a possibilidade de se articular uma proposta pedagógica cujo ponto de referência, cujo compromisso, seja a transformação da sociedade e não sua manutenção, a sua perpetuação (Saviani, 2008, p. 80).

Assim, tanto os desafios da gestão escolar e educacional quanto a implementação da prática social como produtora de conhecimento consistem em criar e em assegurar coletivamente as condições técnicas, pedagógicas e políticas que possibilitem o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos, tecnológicos, científicos e culturais.

Nesse sentido, é fundamental que a gestão escolar reflita sobre a importância da participação ativa dos diferentes sujeitos e segmentos da escola, promovendo-a, a partir do seu compromisso político como horizonte para a construção de uma realidade educacional transformadora (Saviani, 2008).

6.3.4 Indissociabilidade no processo educativo

A indissociabilidade no processo educativo se refere à inseparabilidade contida na expressão ensino-pesquisa-extensão, porquanto, partes de um mesmo processo, que deve permear toda a atividade educativa, a saber: ensino-pesquisa-extensão praticados como partes indissociáveis; integração dialética entre teoria e prática; não hierarquização dessas dimensões no processo educativo.

Na política de formação de profissionais da Educação Profissional e Tecnológica, o princípio da indissociabilidade no processo educativo requer a integração ensino, pesquisa e extensão como dimensões do conhecimento para promover uma formação acadêmica voltada para a realidade social e, portanto, em diálogo constante com a comunidade.

A indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa, desde a educação básica, é essencial para proporcionar uma educação mais abrangente, estimulante e conectada com a realidade. Essa integração fortalece a formação dos/as educandos/as, instiga a produção de conhecimento e promove o desenvolvimento social e econômico, contribuindo para o progresso da educação e da sociedade.

A indissociabilidade, a partir do desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras em oposição às tradicionais práticas fragmentadoras do saber, requer soluções ético-políticas institucionais, com definição de finalidades educacionais emancipadoras, capazes de promover a autonomia dos sujeitos envolvidos no processo educacional (Araujo; Frigotto, 2015).

A articulação ensino, pesquisa e extensão – sem afastar as especificidades de cada uma dessas atividades – é um princípio orientador que possibilita a construção da perspectiva de educação humana integral. Tal processo deve considerar a realidade social, econômica, tecnológica e cultural na qual cada instituição está inserida, em cumprimento às suas finalidades e aos seus objetivos estabelecidos no plano de desenvolvimento institucional.

A materialização da integração entre ensino, pesquisa e extensão, na prática acadêmico-científica e cultural, todavia, não se restringe às atividades desenvolvidas entre professores/as e estudantes, pois a indissociabilidade deve ser entendida como atribuição institucional e, portanto, requer o envolvimento dos múltiplos sujeitos que integram cada instituição educacional, especialmente daqueles/as que atuam na

gestão e na condução das políticas institucionais. Nessa linha interpretativa, Araújo e Frigotto (2015, p. 64) consideram que, para que se desenvolvam práticas pedagógicas integradoras, são necessárias não somente soluções didáticas, mas também políticas, as quais são fundamentais para que o projeto de ensino integrado se efetive com a plenitude do seu significado político de transformação.

Colocar em prática o princípio da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, desde as ações de gestão, portanto, impõe um esforço institucional que visa a superar o modelo educacional alicerçado no trabalho fragmentado entre os segmentos que planejam/decidem e os que executam as atividades que visam ao alcance dos objetivos e das finalidades da educação.

As ações de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão contribuem para o desenvolvimento socioeconômico do país. Isso porque a produção de conhecimento, a formação de profissionais qualificados e o trabalho em parceria com a sociedade geram impactos que promovem o crescimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das pessoas (Gonçalves, 2015).

A integração entre ensino, pesquisa e extensão como conceitos indissociáveis fortalece o sistema educacional. Ao integrar teoria e prática, promover a produção de conhecimento e se envolver ativamente com a comunidade, as instituições de ensino se tornam mais relevantes e conectadas com as necessidades e com as demandas da sociedade. Isso contribui para elevar a qualidade socialmente referenciada da educação, propiciar a valorização do ensino, da pesquisa e da extensão e impulsionar o desenvolvimento educacional do país (Severino, 2009).

Nessa perspectiva, também a relação entre conhecimentos técnicos e propedêuticos em percursos formativos distintos está sujeita a um movimento de superação com base na indissociabilidade entre os conhecimentos que sustentam a preparação para as funções intelectuais, voltados para ação de planejamento e de supervisão, e os conhecimentos instrumentais, que sustentam a prática das atividades de execução.

O reconhecimento da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão requer a promoção de uma nítida articulação entre essas atividades, para além da dimensão pedagógica. Todavia, tal integração não se faz sem o envolvimento e a efetiva participação das múltiplas instâncias de gestão escolar e educacional.

Para alcançar maior amplitude na indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, requer-se a institucionalização do trabalho coletivo e participativo na e da gestão escolar e educacional, com vistas ao acompanhamento das atividades de planejamento e de desenvolvimento da educação. Conforme orientam Maciel, Jacomeli e Brasileiro (2017, 483-484),

a gestão organizacional, integrada à gestão pedagógica, deve estar embasada, além dos imprescindíveis conhecimentos pedagógicos, em uma orientação teórica que possibilite a gestão administrativa e política da escola. Nesse sentido, a gestão organizacional não pode se reduzir a uma pura e simples execução de políticas federais, estaduais e municipais. A compreensão de uma gestão profissionalizada [...] não está em contradição com a democratização da escola, em particular com seus processos decisórios, mas em sintonia com as novas demandas da complexidade da gestão educacional.

Para esse fim, portanto, compreende-se que é atribuição da gestão escolar e educacional encarregar-se do planejamento e do acompanhamento das condições políticas, administrativas, de infraestrutura e de financiamento para atendimento das demandas pedagógicas, técnicas e tecnológicas, como meios que possibilitam o alcance do princípio de indissociabilidade.

Assim, o currículo do Curso de Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica busca contribuir para a percepção dos/as gestores/as da necessária superação da dicotomia entre ensino, pesquisa e extensão, teoria e prática e conhecimentos técnicos e propedêuticos, de forma a buscar um constante diálogo com a sociedade e com o mundo do trabalho.

6.3.5 Educando/a como produtor/a do conhecimento

A pesquisa como princípio pedagógico trabalha a relação e a articulação dos saberes para a produção de conhecimento e para a intervenção social, com vistas a contribuir com o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Tratar a pesquisa numa ótica pedagógica é compreendê-la como agente possibilitador de emancipação humana, que propicia ao/à estudante a produção de novos conhecimentos, a compreensão da sua realidade e a construção e o fortalecimento de sua autonomia.

O fomento à pesquisa como uma prática diária entre estudantes e educadores/as é uma atividade reflexiva e investigativa, num movimento de ação-reflexão-ação, que proporciona o conhecimento teórico e empírico acerca das temáticas a serem investigadas, repercutindo no processo educativo e formativo do sujeito.

O ato de pesquisar baseia-se em dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência; e o princípio pedagógico, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade. O desafio colocado à pesquisa é ir além da descoberta científica, pois o seu compromisso com a humanidade deve representar a conjugação do saber, do fazer e do transformar. Os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas deverão estar colocados a favor dos processos locais e regionais numa perspectiva de reconhecimento e de valorização no plano nacional e global.

A pesquisa como princípio pedagógico deve ser um dos pilares da atividade acadêmica na EPT. Nesse sentido, tem-se como um dos objetivos da EPT a formação de pessoas voltadas à investigação, à inovação e à difusão de conhecimentos de forma crítica e reflexiva, buscando, com responsabilidade, o desenvolvimento científico, social, econômico, ambiental e tecnológico, do âmbito local ao internacional.

Entendida como elemento articulador do currículo e como um caminho didático e investigativo para aprendizagem, a adoção da pesquisa como princípio pedagógico estabelece uma nova dinâmica em sala de aula. É uma perspectiva que visa à autonomia do/a estudante, tornando o processo de ensino dialógico, e a aprendizagem mais significativa, democrática e comprometida com sua formação integral. Cabe aos/às gestores/as mobilizar os/as demais educadores/as para que contribuam com o desenvolvimento de atitudes de pesquisador nos/as estudantes, tendo a pesquisa como fonte de saber e de transformação do ambiente acadêmico em um espaço dinâmico. Por meio da pesquisa, o/a professor/a pode

desenvolver uma ação pedagógica diferenciada, aplicando o princípio da ação-reflexão-ação e relacionando a teoria e a prática de forma dialógica, contextualizada, interdisciplinar e flexível.

Além disso, os/as gestores/as devem promover o debate para a organização de um currículo que garanta, em seu espaço e nos seus movimentos, a pesquisa como princípio educativo, de modo que este não seja apenas uma prática e/ou iniciativa individual de cada docente, e sim uma dinâmica fundamental em toda organização curricular.

Apoiados no entendimento advindo das Diretrizes Curriculares Nacionais para EPT sobre a pesquisa como princípio pedagógico, do ponto de vista da organização curricular, são necessárias novas formas de seleção e de organização dos conteúdos.

Esses processos devem contemplar o diálogo entre as áreas de conhecimento, supondo a primazia da qualidade do conhecimento construído na relação com o/a estudante sobre a quantidade de conteúdos apropriados de forma mecânica e a preferência do significado social do conhecimento ante os critérios formais inerentes à lógica disciplinar.

O desenvolvimento do trabalho das instituições educativas, na perspectiva da formação humana integral, tendo a pesquisa como princípio pedagógico, com vistas à sua emancipação, é fundamental para a constituição do/a educando/a como produtor/a do conhecimento.

Tal perspectiva de gestão escolar e educacional tem como pressuposto o desenvolvimento de práticas institucionais que visam a contribuir com os fins da EPT, para incentivar a pesquisa e a autonomia dos/as educandos/as. A finalidade dessa articulação é que essa concepção na e da EPT deve ter como fundamento as características e as especificidades do processo de trabalho/produção pedagógico escolar (Paro, 1986; 2010), na qual o/a educando/a ocupa espaço central como sujeito produtor do conhecimento. É, pois, nesse contexto, que os/as gestores/as na e da EPT devem refletir sobre a criação e o aperfeiçoamento das condições administrativas concretas para o desenvolvimento do/a educando/a como produtor/a do conhecimento.

Nessa direção, a pesquisa entendida como princípio pedagógico, com integração entre os saberes que os/as educandos/as já detêm e o conhecimento científico histórico e socialmente produzido, possibilita a intervenção social, com vistas a contribuir para o desenvolvimento individual e coletivo.

Como é possível perceber, os princípios que regem a Política Nacional de Formação de Profissionais da EPT sustentam transversalmente o currículo do Curso de Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, articulando os conceitos e sua relação com a prática da gestão na e da EPT.

Para tanto, as unidades temáticas e os conhecimentos a serem discutidos em cada uma delas estão organizados para buscar a superação da dicotomia teoria e prática, bem como da dicotomia entre os conteúdos técnicos e propedêuticos na formação técnica, encaminhando para a construção de saberes que sustentam a concepção de gestão democrática, participativa, inclusiva e emancipatória nas instituições de EPT.

6.4. INDICADORES METODOLÓGICOS

Neste projeto pedagógico de curso, a metodologia é entendida como um conjunto de procedimentos empregados com o fim de atingir os objetivos propostos para a formação continuada assegurando uma formação integral dos/as estudantes. Para a sua concretude, é recomendado considerar as características específicas dos/as estudantes, seus interesses, condições de vida e de trabalho, e seus conhecimentos prévios, orientando-os/as na (re)construção dos conhecimentos acadêmicos, bem como na especificidade dos conteúdos/saberes trabalhados ao longo do curso. Neste alcance, metodologicamente, faz-se necessário:

- problematizar o conhecimento, buscando confirmação em diferentes fontes;
- reconhecer a tendência ao erro e à ilusão;
- entender a totalidade como uma síntese das múltiplas relações que o homem estabelece na sociedade;
- reconhecer a existência de identidades comuns dos seres humanos, sem esquecer de considerar os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade de cada sujeito estudante;
- adotar a pesquisa como um princípio educativo;
- articular e integrar os conhecimentos das diferentes áreas sem sobreposição de saberes;
- adotar atitude interdisciplinar nas práticas educativas;
- contextualizar os conhecimentos sistematizados, valorizando as experiências dos/as estudantes, sem perder de vista a (re)construção do saber acadêmico-científico;
- organizar um ambiente educativo que articule múltiplas atividades voltadas às diversas dimensões de formação dos/as jovens e adultos/as, favorecendo a construção e reconstrução de conhecimentos diante das situações reais de vida;
- diagnosticar as necessidades de aprendizagem dos/as estudantes a partir do levantamento dos seus conhecimentos prévios;
- elaborar materiais didáticos a serem trabalhados em aulas expositivas dialogadas e atividades em grupo;
- elaborar e executar o planejamento, registro e análise das aulas realizadas;
- elaborar projetos com objetivo de articular e inter-relacionar os saberes, tendo como princípios a contextualização e a interdisciplinaridade;
- utilizar recursos tecnológicos para subsidiar as atividades pedagógicas;

- sistematizar trabalhos coletivos que possibilitem aos/às estudantes e professores/as refletir, repensar e tomar decisões referentes ao processo ensino-aprendizagem de forma significativa; e
- ministrar aulas interativas, por meio do desenvolvimento de projetos, seminários, debates, atividades individuais e outras atividades em grupo.

A natureza e o formato do curso de especialização exigem metodologias interdisciplinares com estratégias participativas, laboratoriais e oficinas práticas, que permitam vivenciar e atuar de modo teórico-prático, fazendo interagir as concepções da experiência interdisciplinar, que emergem e são ressignificadas no diálogo com o campo conceitual e prático.

Nesse sentido, no Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, o processo de produção de conhecimentos privilegia formas diversificadas de interação pedagógica que contribuam com o desenvolvimento pleno dos/as estudantes. As atividades pedagógicas a serem desenvolvidas pelos docentes, em consonância com o paradigma de EPT que orienta o curso, estarão baseadas na metodologia dialética, privilegiando a relação parte-todo, a relação teoria e prática, o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico.

Com base na pedagogia histórico-crítica de Saviani (2008), a proposta metodológica sinaliza que o desenvolvimento pedagógico dos conteúdos previstos nas unidades temáticas se dê por meio de “tempos curriculares”, conforme orienta Ramos (2017):

[...] **tempos de problematização** (a prática social e produtiva ainda como síntese); **tempos de instrumentalização** (o ensino de conteúdos necessários para compreender o processo problematizado); **tempos de experimentação** (o enfrentamento, pelo estudante, de questões práticas, mediante as quais ele se sente desafiado a valer-se do conhecimento apreendido e, então, a consolidá-los e/ou a identificar insuficiência e limites dos conhecimentos apreendidos); **tempos de orientação** (o acompanhamento, pelos professores, dos enfrentamentos dos estudantes, visando organizar aprendizados e/ou colocar novas questões); **tempos de sistematização** (síntese/revisão de questões, de conteúdos e de relações); e, **tempos de consolidação** (avaliações com finalidades formativas) (Ramos, 2017, p. 43, grifos nossos).

Dessa forma, o/a estudante, profissional da EPT envolvido na gestão, terá participação ativa na construção do conhecimento, privilegiando a relação e a reflexão sobre a sua prática, a partir dos conhecimentos científicos abordados. Esse movimento, para a relação e a problematização da prática e da teoria, deve considerar, ainda, o esforço interdisciplinar em relação ao currículo proposto.

Nesse percurso formativo, coerente com a concreticidade da vida social dos sujeitos, as contradições são tidas como relevantes e trabalhadas mediante uma análise crítica do conhecimento e da sociedade (Ramos, 2017, p. 37).

Assim, o/a docente, partindo da **problematização** da realidade concreta, auxilia o/a estudante a levantar questões sobre os problemas enfrentados na prática cotidiana da gestão na EPT para, na sequência, com base na **instrumentalização**, discuti-los à luz dos conceitos teóricos, elucidando-os e analisando-os criticamente. Importante que a discussão e as atividades propostas ao longo da unidade temática levem à **experimentação**, preferencialmente articulada ao Plano de Formação do discente. A experimentação contribuirá para o estudante realizar o enfrentamento da problematização levantada, introduzindo questões práticas, com base nos conhecimentos apreendidos.

Esse movimento contribuirá para que os conhecimentos abordados tomem significado e se materializem na prática de gestão de forma ressignificada, transformando a realidade. Ao longo desse processo, é de fundamental importância o acompanhamento e orientação do/a docente, no que se refere aos objetivos da unidade temática, bem como do/a orientador/a, articulando a reflexão crítica com a problematização e propósitos do Plano de Formação do/a estudante.

É desejável que o/a docente estabeleça as devidas relações entre os conhecimentos abordados na unidade temática sob sua responsabilidade com os demais conceitos discutidos em outras unidades temáticas, especialmente de um mesmo módulo, buscando garantir a relação parte-todo e teoria e prática, com uma abordagem interdisciplinar. A orientação do/a docente e do/a orientador/a contribuirá para a organização das novas aprendizagens e para o necessário enfrentamento das questões postas pelos/as estudantes, criando formas e processos inovadores de gestão na e da EPT. Essa proposta metodológica possibilitará que o/a estudante realize a **sistematização** do conhecimento teórico-prático, promovendo a síntese dos conceitos e suas relações.

A **consolidação** do processo se dará por meio das avaliações com caráter processual, formativo e emancipatório. Tal concepção avaliativa exigirá, portanto, do/a docente e orientador/a, o acompanhamento do/a estudante ao longo do processo, redefinindo a orientação, as leituras e as ações, tanto dos/as docentes quanto dos/as discentes.

Dessa forma, a avaliação deixa de se dar a partir da medição do desempenho final do/a estudante na unidade temática, por meio de instrumentos avaliativos estanques, deslocados do processo de ensino e de aprendizagem, mas passa a ser o fio condutor de todo o processo.

Faz-se necessário destacar que essa proposta de procedimentos pedagógicos estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como eixo central do processo de ensino e de

aprendizagem. No contexto da unidade temática, a pesquisa como princípio pedagógico contribui para a problematização da prática social e estabelece a possibilidade de criação de propostas inovadoras, participativas e democráticas no âmbito da gestão na e da EPT.

A extensão, entendida como diálogo constante entre teoria e prática, materializa-se por meio do Plano de Formação do/a discente, com a proposição de novos formatos de planejamento, ações e processos construídos coletivamente com os demais atores vinculados ao seu contexto de trabalho, voltados às necessidades e às demandas evidenciadas pela comunidade escolar e pela sociedade em geral.

Nessa perspectiva, a extensão no Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica deve interligar o currículo e suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da escola de EPT, numa perspectiva de relação entre teoria e prática, bem como de socialização do conhecimento. Socializar o conhecimento construído, além de fortalecer a parceria mútua no campo do conhecimento, também instiga os/as estudantes a participarem com responsabilidade e compromisso em projetos que busquem melhoria dos processos de gestão. Caracteriza-se, portanto, como observação de demandas concretas dos espaços de EPT, proposta de ação e de socialização dos resultados.

Tais procedimentos pedagógicos fundamentam-se na perspectiva de que a construção do conhecimento se dá por meio da mediação e da comunicação, nas relações dialógicas e colaborativas e na compreensão de que as relações sociais e a vida humana são mediadas por ferramentas, instrumentos e técnicas construídos coletiva e socialmente.

Como este curso foi concebido para ser oferecido na modalidade EaD, a atuação de professores/as, alunos/as e equipe de acompanhamento se reveste de características específicas, sobretudo quanto aos cuidados com as interações por meio das mensagens emitidas e recebidas, ao estímulo às problematizações e à participação ativa, à observância da ética emancipatória, ao emprego de materiais pedagógicos coerentes e aos processos avaliativos comprometidos com a aprendizagem.

Fóruns, *chats* e o Memorial, entendidos como espaços dialógicos, foram concebidos para oportunizar as interações entre professores/as, formadores/as, tutores/as, estudantes e equipe de acompanhamento, de forma a garantir a participação de todos/as, a exposição e o esclarecimento de dúvidas, a complementação de aspectos de conteúdo, o incentivo às discussões, as orientações necessárias para o bom andamento do curso e os registros de experiências. Especialmente, o Memorial deve iniciar a partir da primeira unidade temática do núcleo comum e **ser transversal a todo o curso**, para que, dessa forma, possa se constituir em um espaço de diálogo para a construção do Plano de Formação e do Relatório de Formação.

As unidades temáticas serão desenvolvidas de forma assíncrona, mas a cada início de unidade uma atividade síncrona será desenvolvida visando à introdução do tema e das questões que ela traz, estimulando a problematização e as convergências de interesses do/a docente e dos/as discentes acerca daquele tema.

6.4.1 ORIENTAÇÕES PRÁTICAS AOS DOCENTES

A cada unidade temática, o/a docente a apresenta e, no seu final, propõe uma síntese como fechamento, buscando explorar possibilidades de questões teóricas e práticas para serem aprofundadas pelos/as discentes, considerando os seus Planos de Formação.

Sugere-se ampla utilização das indicações de bibliografia básica e complementar, a ser aprofundada pelos/as discentes em função de seus interesses. Preferencialmente, todas deverão ser disponibilizadas na biblioteca virtual.

Deve-se manter a atenção à diversidade e à heterogeneidade dos/as discentes, o que requer a seleção de materiais orientados à inclusão educacional como uma das formas de se garantir a participação de todos/as os/as discentes, independentemente de suas características físicas, étnicas e culturais.

Considerando essa heterogeneidade, em particular no que se refere aos sujeitos de diferentes culturas e saberes, coloca-se como necessária a valorização de procedimentos de ensino e de aprendizagem coletivos, que incentivem a comunicação entre colegas e que favoreçam as trocas e os diálogos de modo a tomar essas diferenças, que dão identidade aos sujeitos discentes, não só algo a ser valorizado como também uma oportunidade de crescimento compartilhado.

Considerando ainda a finalidade de promoção da autonomia e da capacidade crítica dos/as estudantes, recomenda-se a busca por estratégias problematizadoras da realidade e das teorias e ideias expostas, bem como a valorização da auto-organização discente em meio ao seu processo formativo.

O trabalho coletivo, a problematização e a auto-organização podem ser, portanto, as estratégias básicas do processo de ensino-aprendizagem, cujas características possibilitam promover as capacidades de compreensão da realidade da gestão na EPT e inspirar novas práticas gestoras, mais dialógicas e efetivas.

6.4.2 ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES E ORIENTAÇÃO

No início do Módulo 3, o/a coordenador/a do curso fará a designação de um/a orientador/a para cada discente, na proporção de cinco ou dez cursistas para cada docente orientador/a, ficando a critério de cada instituição essa definição.

O/a orientador/a terá a tarefa de acompanhar o/a discente desde o início do Módulo 3, incentivando-o/a à consolidação do seu Plano de Formação e ao desenvolvimento de suas atividades, com vistas à elaboração do Relatório de Formação. Para isso, deverá indicar leituras, propor procedimentos de levantamento de materiais teóricos ou de dados empíricos, orientar quanto aos procedimentos de análise dos elementos levantados e revisar o texto do relatório de formação.

Importante registrar que as Unidades Temáticas que subsidiarão a elaboração do Plano de Formação (OTCC1) e o Relatório de Formação (OTCC2 e OTCC3) serão acompanhadas pelo/a professor/a formador/a e pelos/as tutores/as, seguindo a dinâmica das demais Unidades Temáticas. No entanto, no início do Módulo 3, de acordo com os termos apresentados anteriormente, além da Unidade Temática do TCC 3, que terá um/a professor/a formador/a e os/as tutores/as, o/a Coordenação do Curso designará também os/as Orientadores/as de TCC, em conformidade com os parâmetros definidos na Instrução Normativa nº 2/2017.

6.4.3 MATERIAIS DIDÁTICOS

Serão selecionados, produzidos e disponibilizados às Coordenações do Curso, aos/as professores formadores/as, tutores/as, orientadores/as de TCC e estudantes materiais didáticos em conformidade com as especificidades da Educação Profissional e Tecnológica e de um curso no formato EaD. Esse acervo ficará acessível aos estudantes, e sua indicação e mediação de uso será feita pelos/as professores/as formadores/as e tutores/as, considerando as temáticas trabalhadas e as atividades propostas na oferta do curso.

Como parte dos materiais didáticos, serão elaborados recursos educacionais abertos (REAs) correspondentes às unidades temáticas do curso. Trata-se de materiais hipermidiáticos que trazem a síntese do diálogo e do trabalho de múltiplas especialidades envolvidas no seu processo coletivo de produção, fruto de uma relação orgânica entre pensar e fazer orientados às finalidades últimas da política de formação para EPT.

Esses materiais, criados especialmente para essa política de formação para subsidiar a sua implementação, estão sendo concebidos e desenvolvidos por uma equipe de docentes e de pesquisadores/as especialistas em EPT em parceria com a Setec/MEC e pela Equipe Multidisciplinar do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Tecnologia Ético-Crítica (Prosa) e do Laboratório de Novas Tecnologias (Lantec), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), os quais serão indexados em uma plataforma on-line, para uso de modo assíncrono, em coerência com o presente projeto pedagógico.

O propósito desses materiais didáticos é promover um processo formativo emancipatório, que possibilite a identificação de desafios práticos a serem problematizados, a sistematização de conceitos e de ideias que instrumentalizam releituras crítico-totalizadoras da realidade profissional vivenciada e que inspire a autonomia coletiva para realização de práticas profissionais alinhadas aos princípios da Educação Profissional e Tecnológica.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO

Os seguintes indicadores de desempenho deverão ser seguidos na oferta do curso:

- Número máximo de estudantes da turma: 40;
- Produção científica: os/as estudantes deverão elaborar um trabalho de conclusão de curso e apresentá-lo a uma banca examinadora;
- Média mínima de desempenho de estudantes: 60%;
- Infraestrutura mínima, conforme o Projeto de Autorização e Funcionamento do Curso - PAF.

8. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A proposta pedagógica do curso prevê uma avaliação contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada no processo ensino-aprendizagem, as funções diagnóstica, formativa e somativa, que devem ser utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades e que funcione como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Nessa perspectiva, a avaliação dá significado ao trabalho e à relação professor/a- estudante, como ação transformadora e de promoção social em que todos/as devem ter direito a aprender, refletindo a sua concepção de sociedade, de educação, de ser humano e de cultura.

Avalia-se, portanto, para constatar os conhecimentos dos/as estudantes em nível conceitual, procedimental e atitudinal, para detectar erros, corrigi-los, não se buscando simplesmente registrar desempenho insatisfatório ao final do processo. Avaliar está relacionado com a busca de uma aprendizagem significativa para quem aprende e também para atender às necessidades do contexto atual.

Para tanto, o/a estudante deve saber o que será trabalhado em ambientes de aprendizagem, os objetivos para o estudo de temas e de conteúdo e as estratégias que são necessárias para que possa superar as dificuldades apresentadas no processo.

Assim, essa avaliação tem como função priorizar a qualidade e o processo de aprendizagem, isto é, o desempenho do/a estudante ao longo do período letivo, na efetivação das atividades propostas, logo, deve dispor de variedade nas formas de elaboração e aplicação, a fim de que corresponda com a diversidade de apreensões e compreensões que abrangem o/a aprendiz.

Nesse sentido, a avaliação deve ser desenvolvida numa perspectiva processual e contínua, buscando a (re)construção do conhecimento e o desenvolvimento de hábitos e atitudes coerentes com a formação de cidadãos/ãs. Além disso, precisa contemplar a (re)orientação nos aspectos menos expressivos da aprendizagem demonstrada, lembrando que os/as estudantes, enquanto adultos/as, evidenciam um processo de apreensão dos saberes pautado na contextualização e na significância.

Assim, a avaliação deverá permitir ao/à docente identificar os elementos indispensáveis à análise tanto dos diferentes aspectos do desenvolvimento do/a estudante quanto do seu planejamento pedagógico a fim de que os resultados alcançados possam servir às observações e possíveis alterações necessárias em um ou em outro desses contextos.

A proposta pedagógica do curso prevê atividades avaliativas que funcionem como instrumentos colaboradores na verificação da aprendizagem, contemplando os seguintes aspectos:

- adoção de procedimentos de avaliação contínua e cumulativa;
- prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- inclusão de atividades contextualizadas;
- manutenção de diálogo permanente com o/a estudante;
- consenso dos critérios de avaliação a serem adotados e cumprimento do estabelecido;
- disponibilização de apoio pedagógico para aqueles/as que têm dificuldades;
- adoção de estratégias cognitivas e metacognitivas como aspectos a serem considerados nas avaliações;

- adoção de procedimentos didático-pedagógicos visando à melhoria contínua da aprendizagem;
- discussão, em sala de aula, dos resultados obtidos pelos/as estudantes nas atividades desenvolvidas; e
- observação das características dos/as estudantes, seus conhecimentos prévios integrando-os aos saberes sistematizados do curso, consolidando o perfil do trabalhador-cidadão/ã, com vistas à (re) construção do saber escolar.

Os instrumentos de avaliação, que poderão ser utilizados no decorrer do curso, são: estudos dirigidos, análises textuais, temáticas e interpretativas, provas, seminários, estudos de caso, elaboração de *papers*, dentre outros que contribuam para o aprofundamento dos conhecimentos.

A avaliação do desempenho acadêmico é feita por disciplinas, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento, conforme as diretrizes da LDB, Lei nº. 9.394/96. A assiduidade diz respeito à frequência às aulas teóricas, aos trabalhos acadêmicos, aos exercícios de aplicação e atividades práticas. O aproveitamento acadêmico é avaliado através de acompanhamento contínuo dos/as estudantes e dos resultados por eles obtidos nas atividades avaliativas.

Os critérios de verificação do desempenho acadêmico dos/as estudantes são tratados pela Organização Didática do IFRN.

Nesse contexto, destacamos que a avaliação será processual e, para tanto, o/a docente utilizará instrumentos diversificados no decurso do ensino e da aprendizagem. Os instrumentos de avaliação deverão estar em consonância com as finalidades de contribuir com o Plano de Formação do/a discente e da produção do seu Relatório de Formação.

A avaliação contínua da aprendizagem deve ser realizada como mais uma forma de estimular os/as discentes a reconhecerem o que precisam fazer para alcançar os objetivos propostos no seu Plano de Formação. Para os/as professores/as formadores/as e tutores/as, resulta como meio para confirmar se os/as alunos/as aprenderam e reajustar o processo de ensino-aprendizagem durante o curso.

Durante cada unidade temática, além do que está proposto no material didático disponibilizado, os/as professores/as formadores/as poderão propor exercícios, pesquisas bibliográficas, fichas de leitura, resenhas críticas, estudos de caso, dentre outros instrumentos que considerem necessários para a consecução dos objetivos de sua unidade temática.

A proposta de avaliação do ensino e da aprendizagem terá, portanto, caráter processual e de compromisso com a perspectiva emancipatória. Assim, os instrumentos a serem utilizados para tal finalidade em cada unidade temática deverão considerar, além do olhar do/a docente, a reflexão do/a próprio/a estudante sobre seu processo de aprendizagem.

As avaliações propostas pelos/as docentes deverão considerar e contribuir com as reflexões do/a estudante contidas no seu Plano de Formação e no Relatório de Formação, considerando, sempre, a relação teoria e prática. Para auxiliar nesse processo, um dos instrumentos de avaliação deverá ser o Memorial, no qual os/as discentes terão registrado seu percurso de estudos.

Coerentemente com o paradigma que orienta a concepção proposta para o curso, alguns dos critérios a serem considerados para a avaliação serão: a relação teoria e prática; a coerência teórica unitária e emancipatória; os avanços na capacidade de problematizar e de se posicionar com autonomia e crítica frente aos problemas identificados; a compreensão crítica da relação da EPT com o mundo do trabalho; as proposições de caráter democrático, participativo e inclusivo; a visão indissociada de ensino, pesquisa e extensão; e as indicações para a implantação de políticas institucionais emancipatórias.

Orientados/as por tais critérios de avaliação, caberá aos/às docentes acompanhar a participação dos/as estudantes nas atividades propostas, verificando dificuldades e avanços tanto no processo de ensino quanto de aprendizagem, bem como os entraves institucionais postos no processo vivido.

Os/as estudantes deverão registrar suas vivências e observações em seu Memorial, referência importante para o seu Relatório de Formação, o TCC. Caberá ao/à professor/a fazer seus registros da avaliação nos instrumentos previstos pelo regimento da instituição ofertante.

Para a avaliação somativa referente a cada unidade temática, devem-se considerar os aspectos de assiduidade e aproveitamento, com prevalência dos aspectos qualitativos frente aos aspectos quantitativos.

9. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E DE CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS

No âmbito deste projeto pedagógico de curso, compreende-se o **aproveitamento de estudos** como a possibilidade de aproveitamento de disciplinas estudadas em outro curso superior de pós-graduação; e a **certificação de conhecimentos** como a possibilidade de certificação de saberes adquiridos através de experiências previamente vivenciadas, inclusive fora do ambiente escolar, com o fim de alcançar a dispensa de disciplinas integrantes da matriz curricular do curso, por meio de uma avaliação teórica ou teórico-prática, conforme as características da disciplina.

Os aspectos operacionais relativos ao aproveitamento de estudos e à certificação de conhecimentos, adquiridos através de experiências vivenciadas previamente ao início do curso, são tratados pela Organização Didática do IFRN.

10. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deve ser realizada anualmente, tendo por referência os resultados da Avaliação Institucional e da Avaliação das Condições de Ensino, assim como as constatações das visitas *in loco* a serem realizadas por componentes do Núcleo Central Estruturante (NCE), vinculado ao curso, em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso em cada *campus*.

O NCE constitui-se em um órgão de assessoramento, vinculado à Diretoria de Avaliação e Regulação do Ensino da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), sendo composto por comissão permanente de especialistas, assessores/as aos processos de criação, implantação, consolidação e avaliação de cursos na área de sua competência. Nessa perspectiva, a atuação do supracitado Núcleo tem como objetivo geral garantir a unidade da ação pedagógica e do desenvolvimento do currículo no IFRN, com vistas a manter um padrão de qualidade do ensino, em acordo com o Projeto Político-Pedagógico Institucional e o Projeto Pedagógico de Curso.

Por outro lado, o NDE constitui-se como órgão consultivo e de assessoramento, vinculado ao Colegiado de Curso, constituído de um grupo de docentes que exercem liderança acadêmica, percebida no desenvolvimento do ensino, na produção de conhecimentos na área e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

A avaliação e eventuais correções de rumos necessárias ao desenvolvimento do Projeto Pedagógico de Curso deverão ser definidas a partir dos critérios expostos a seguir:

- a) Justificativa do curso – deve observar a pertinência no âmbito de abrangência, destacando: a demanda da região, com elementos que sustentem a criação e manutenção do curso; o desenvolvimento econômico da região, que justifiquem a criação e manutenção do curso; a descrição da população da educação básica local; a oferta já existente de outras instituições de ensino da região; a política institucional de expansão que abrigue a oferta e/ou manutenção do curso; a vinculação com o PPP e o PDI do IFRN;
- b) Objetivos do curso – devem expressar a função social e os compromissos institucionais de formação humana e tecnológica, bem como as demandas da região e as necessidades emergentes no âmbito da formação docente para a educação básica;
- c) Perfil profissional do/a egresso/a– deve expressar as competências profissionais do/a egresso/a do curso;

- d) Número de vagas ofertadas – deve corresponder à dimensão (quantitativa) do corpo docente e às condições de infraestrutura no âmbito do curso;
- e) Estrutura curricular – deve apresentar flexibilidade, interdisciplinaridade, atualização com o mundo do trabalho e articulação da teoria com a prática;
- f) Conteúdos curriculares – devem possibilitar o desenvolvimento do perfil profissional, considerando os aspectos de competências do/a egresso/a e de cargas horárias;
- g) Práticas do curso – devem estar comprometidas com a interdisciplinaridade, a contextualização, com o desenvolvimento do espírito crítico-científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos/ãs;
- h) Programas sistemáticos de atendimento ao/à discente – devem considerar os aspectos de atendimento extraclasse, apoio psicopedagógico e atividades de nivelamento;
- i) Pesquisa e inovação tecnológica – deve contemplar a participação do/a discente e as condições para desenvolvimento de atividades de pesquisa e inovação tecnológica.

O acompanhamento do desenvolvimento do curso deve ser contínuo e permanente, pois se trata de uma importante prática de gestão, necessária ao incentivo da participação de todos os envolvidos e ao aperfeiçoamento das suas atividades ao indicar as diferenças entre os resultados encontrados e os esperados. Ela poderá oferecer dados para analisar a consistência do currículo com os objetivos declarados do curso, o perfil dos/as discentes, a fundamentação teórico-metodológica, a adequação, atualização e relevância das unidades temáticas e da bibliografia indicada.

A avaliação do curso será realizada conforme proposta de autoavaliação da instituição ofertante e terá como base o relatório a ser produzido pela Coordenação do Curso, apreciado pelo seu Colegiado.

10. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIA

O Quadro 2 apresenta a estrutura física necessária ao funcionamento do Curso de Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade a distância. Os Quadros 3 a 4 evidenciam a relação detalhada dos laboratórios específicos. Além disso, considerando a modalidade a distância, apresentamos as instalações físicas e virtuais que serão necessárias para a implantação e funcionamento integral do curso, contando com o suporte da estrutura dos polos e do *Moodle*, ambiente virtual de aprendizagem, plataformas digitais, dentre outros.

Quadro 2– Quantificação e descrição das instalações necessárias ao funcionamento do curso

Qtde.	Espaço Físico	Descrição
06	Salas de Aula	Com 40 carteiras, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de computador e projetor multimídia.
1	Sala de Audiovisual ou Projeções	Com 40 cadeiras, projetor multimídia, computador, televisor
3	Sala de videoconferência	Com 40 cadeiras, equipamento de videoconferência, computador e televisor.
1	Auditório	Com 100 lugares, projetor multimídia, computador, sistema de caixas acústicas e microfones.
1	Biblioteca	Com espaço de estudos individual e em grupo, e acervo bibliográfico e de multimídia específicos.
3	Laboratório de Informática	Com 30 máquinas, softwares e projetor multimídia.
1	Laboratório de Línguas estrangeiras	Com 40 carteiras, projetor multimídia, computador, televisor, e equipamento de som amplificado.
1	Laboratório de Estudos de Informática	Com computadores, para apoio ao desenvolvimento de trabalhos por estudantes

O Curso utiliza a plataforma virtual de aprendizagem *Moodle* como principal meio de contato entre o aluno e a instituição. Serão elaboradas, por meio dessa plataforma, as ferramentas específicas de interação com os professores, tutores e alunos, tais como fóruns, *chats* e correio eletrônico.

O conteúdo das disciplinas deverá ser sistematizado em diferentes formatos, a seguir especificados bem como recursos para interlocução poderão ser utilizados:

- Ambiente Virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- Vídeoaulas;
- Vídeo e Webconferências;
- e-mail; e sistemas de comunicação baseado na internet, síncronos e assíncronos.
- material impresso, relacionado com o conteúdo disposto na plataforma (um roteiro de estudo para cada módulo);
- textos em formato eletrônico (.doc ou .pdf), em número não especificado por módulo;
- teleaulas, sendo uma por módulo, que serão encaminhadas aos polos em mídia eletrônica (DVD);
- videoconferências, sendo uma por módulo, previamente agendadas com os alunos.
- material bibliográfico básico complementar nos polos de ensino.

O IFRN goza de plenos direitos para ofertar cursos de especialização na modalidade a distância concedidos pela Portaria de autorização nº 871, de 07 de abril de 2006, do Ministério da Educação. Ademais, aliada a sua experiência em EaD, na produção de teleaulas para o curso à distância do Programa de Iniciação Tecnológica e Cidadania - Proitec, dispõe dos recursos apresentados no quadro 2 e em sua infraestrutura física para realização de cursos na modalidade a distância também possui:

- provedor de Internet;
- Rednet;
- um estúdio de produção multimídia;
- videoteca;
- biblioteca;
- uma sala de treinamento;
- uma sala de reuniões e estudo;
- uma sala de produção de material multimídia;
- uma sala de coordenação.

As experiências de educação a distância mostram que o processo de ensino e aprendizagem são mais ricos quando podem contar com polos de atendimento. Um indicador importante é a queda nos índices de evasão quando se dispõe desses ambientes de estudo, onde podem contar com uma infraestrutura de atendimento e local para estudos, além de orientação e apoio efetivo dos tutores. Assim, os polos estabelecem e mantêm o vínculo dos estudantes com a entidade executora e deverão, portanto, funcionar como laboratórios pedagógicos com equipamentos que serão utilizados ao longo do processo ensino e aprendizagem.

Em relação ao processo ensino-aprendizagem, nos polos, serão realizadas aulas presenciais ou via videoconferência, videoaulas, tutoria presencial, estudos individuais ou em grupo, avaliações presenciais de conteúdo e institucionais. Para dar suporte a esse processo ensino-aprendizagem a infraestrutura dos polos deverá contar com computadores com acesso à conexão de Internet banda larga e webcam (acessório que permitirá ao educando não apenas a assistir às videoconferências, mas também a interagir com os orientadores à distância), além de telefone ou outros meios que venham a ser necessários para que possa ocorrer a tutoria à distância.

LABORATÓRIO: de Informática		Capacidade de atendimento (estudantes)
		31
Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)		
31 bancadas com 31 cadeiras, incluindo a do professor		
Equipamentos (hardwares instalados e/ou outros)		
Qtde	Especificações	
.		
30	Computadores completos (gabinete, monitor, estabilizador, mouse e teclado)	
5	Estabilizadores de 5KVA	
1	Switch gerenciável	
1	Rack de parede fechado	

Quadro 4– Equipamentos para o Laboratório 2 de Informática

LABORATÓRIO: prático de estudos		Capacidade de atendimento (estudantes)
		31
Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)		
31 bancadas/mesas e 31 cadeiras		
Equipamentos (hardwares instalados e/ou outros)		
Qtde	Especificações	
.		
30	Computadores completos (gabinete, monitor, estabilizador, mouse e teclado)	
5	Estabilizadores de 5KVA	
1	Switch gerenciável	
1	Rack de parede fechado	

10.1. BIBLIOTECA

A Biblioteca é um ambiente de desenvolvimento de ações que contribuem para os processos de ensino-aprendizagem e uma unidade informacional com o objetivo de organizar e disseminar a informação junto à comunidade em apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Funciona com um sistema automatizado, facilitando a busca ao acervo que além de estar informatizado, está tombado junto ao patrimônio da instituição.

O acervo é organizado por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, como exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as áreas de abrangência do curso e de livre acesso para todos/as os/as usuários/as, respeitando-se as normas vigentes. Oferece serviços de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas às bases de dados e ao acervo, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos, orientação bibliográfica e visitas orientadas.

Dessa forma, de modo a atender aos indicadores de padrões de qualidade e as recomendações do Ministério da Educação para autorização e/ou reconhecimento de cursos, nos programas de cada componente curricular que compõem o curso, estão previstos no mínimo 3 (três) títulos na bibliografia básica e no mínimo 5 (cinco) títulos na bibliografia complementar. Para os títulos da bibliografia básica estão disponíveis para consulta e empréstimo, um exemplar dos livros indicados para cada 5 (cinco) vagas autorizadas, além de mais um exemplar como reserva técnica. E, para os títulos da bibliografia complementar estão disponíveis para consulta e empréstimo 2 exemplares, além de mais um exemplar como reserva técnica.

A listagem com o acervo bibliográfico (básico e complementar) necessário ao desenvolvimento do curso é apresentada no Apêndice II.

Cada polo de apoio presencial conta com estrutura básica de acervo e espaço físico para estudos e pesquisas, conforme detalhado no item anterior. Todavia, para os propósitos deste curso, todo o material bibliográfico será disponibilizado eletronicamente na plataforma utilizada para oferta dos cursos a distância das instituições. Links e demais informações de acesso a referências constam no material disponibilizado em cada unidade curricular. Todo o material didático poderá ser impresso pelo aluno, já que será disponibilizado em formato “PDF”.

Ademais, os alunos também terão acesso às bibliotecas virtuais do Cefor/IFES e/ou das instituições ofertantes. As informações sobre acesso podem ser obtidas no link: <https://cefor.ifes.edu.br/index.php/component/content/article/2-uncategorised/17150bibliotecas-virtuais>.

Ainda no que se refere a bibliotecas, também é disponibilizado o serviço de acesso às normas da ABNT e Mercosul para toda a comunidade acadêmica, por meio da plataforma Target GEDWeb e, também, via Sistema Pergamum. Além dessas, os estudantes podem ter acesso a outras bibliotecas virtuais, como, por exemplo, à Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Biblioteca Domínio Público; Biblioteca Digital Mundial; o Repositório online ProEdu; Biblioteca Digital e Sonora; Public Library of Science; The National Academies Press; Project Gutenberg; Google Book. Os estudantes do curso ainda contam com acesso ao Portal de Periódicos da CAPES. Todas essas plataformas digitais estarão disponibilizadas para os alunos no AVA, por meio de links de acesso, conforme demanda das disciplinas.

11. PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O corpo docente deverá ser constituído preferencialmente por professores/as com titulação de mestre/a ou de doutor/a obtida em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pelo

Ministério da Educação. No entanto, caso necessário poderá seguir o que trata o Artigo 9º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018: “[...] no mínimo, 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, cujos títulos tenham sido obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente.”

Quadro 5 – Pessoal docente necessário ao funcionamento do curso.

Descrição	Qtde.
Professor/a com pós-graduação <i>stricto sensu</i> e com graduação na área de pedagogia	04
Professor/a com pós-graduação <i>stricto sensu</i> e com graduação na área de humanas	01
Professor/a com pós-graduação <i>stricto sensu</i> e graduação na área de educação inclusiva; com graduação em Letras Libras	01
Total de professores necessários	06

Quadro 6 – Pessoal técnico-administrativo necessário ao funcionamento do curso.

Descrição	Qtde.
Apoio Técnico	
Profissional de nível superior na área de Pedagogia, para assessoria técnica ao/à coordenador/a de curso e professores/as, no que diz respeito às políticas educacionais da Instituição, e acompanhamento didático-pedagógico do processo de ensino aprendizagem.	01
Profissional técnico de nível médio/intermediário em qualquer área para manter, organizar e definir demandas dos laboratórios específicos do Curso. – Tutor Presencial	01 (um por polo de apoio presencial)
Profissional de nível superior com formação na área da disciplina para auxiliar o professor (um para cada grupo formador no atendimento aos alunos – Tutor à distância	01 (um para cada grupo de 50 alunos)
Profissional de nível superior em qualquer área de licenciatura, com curso de formação em EaD, para assessorar e coordenar as atividades dos laboratórios de apoio ao Curso. – Coordenador 01 de polo	01
Profissional de nível superior na área de Educação ou informática, com curso de formação em EaD, para assessoria técnica ao coordenador de curso e professores, no que diz respeito às 01 políticas educacionais da instituição, e acompanhamento didático pedagógico do processo de ensino aprendizagem, no que diz respeito a coordenação da tutoria.	01
Apoio Administrativo	
Profissional de nível médio/intermediário para prover a organização e o apoio administrativo da secretaria do Curso.	01
Total de técnicos-administrativos necessários	06

Além disso, é necessária a existência de um/a professor/a Coordenador/a de Curso, com pós-graduação *stricto sensu* e com graduação na área de Pedagogia, ou Educação e/ou Ensino Profissionalizante, responsável pela organização, decisões, encaminhamentos e acompanhamento do Curso.

12. CERTIFICADOS

Após a integralização das disciplinas que compõem o Curso de Especialização em Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica e da defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, será conferido ao/à egresso/a o Certificado de **Especialista em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica**.

O tempo máximo para integralização curricular deste Curso será **de até 06 meses a mais** que a duração prevista neste PPC, de acordo com as normas institucionais vigentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB. **Lei n. 9.394/96 e suas atualizações**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso 12 abril 2021. Brasília/DF: 2021.

_____. **Lei nº 11.892/2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

_____. **Decreto nº 9.057**, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20238603/do1-2017-05-26-decreto-n-9-057-de-25-de-maio-de-2017-20238503 . Acesso 08 setembro 2021. Brasília/DF: 2017.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES. **Tabela de Áreas de Conhecimento**. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/TabelaAreasConhecimento_072012_atualizada_2017_v2.pdf . Acesso 08 setembro 2021. Brasília/DF: 2017.

Conselho Nacional de Educação-CNE. Ministério da Educação. **Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018**. Que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acesso 12 abril 2021. Brasília/DF. 2018.

_____. **Parecer CNE/CES nº 476**, de 08 de agosto de 2018, que propõe alteração do inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/95971-pces476-18/file>. Acesso 12 abril 2021. Brasília/DF. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Resolução nº 38/2012-CONSUP/IFRN**, de 26 de março de 2012. Institui o Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva. Disponível em: <http://www.ifrn.edu.br/>. Natal/RN: IFRN, 2012.

_____. **Organização Didática do IFRN**. Disponível em <http://www.ifrn.edu.br/> . Natal/RN: IFRN, 2012.

MEC/Ministério da Educação. **Portaria Normativa MEC nº. 02/2007**. Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância. Brasília/DF. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/portaria2.pdf> . Acesso 08 setembro 2021. Brasília/DF: 2007.

MEC/Ministério da Educação. **Portaria Normativa MEC nº. 1050/2008**. Credencia em caráter experimental, exclusivamente para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância,

aprovados no âmbito do "Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB", as instituições públicas de ensino superior listadas, na forma de APÊNDICE. Disponível em: http://www.abed.org.br/site/pt/midioteca/noticias_ead/365/2008/09/portaria_n_1.050_de_22_de_agosto_de_2008 . Acesso 08 setembro 2022. Brasília/DF: 2008.

MEC/Ministério da Educação. **Portaria Normativa MEC nº. 1369/2010**. Credencia o IFRN (Instituição e polos) a ofertar cursos na modalidade da educação a distância. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/LEGISLACAO-NORMAS-COGRAD/Portaria%20Normativa%20MEC%201369-2010%20-%20credenciamento%20EAD%20seguida%20de%20credenciamento%20anterior.pdf> . Acesso 08 setembro 2022. Brasília/DF: 2010.

APÊNDICE I – EMENTAS E PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS

Curso:	Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica		
Disciplina:	Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica	Carga-Horária:	30h (40h/a)
Pré-Requisito(s):	-	Número de créditos	02 créditos

EMENTA

Comunicação e interação mediadas por tecnologias digitais. Alfabetização e letramento digitais. Educação Profissional e Tecnológica e cultura digital ética, reflexiva, crítica e criativa. Implicações da cultura digital para a prática pedagógica e a gestão na Educação Profissional e Tecnológica. Inclusão digital e acessibilidade na Educação Profissional e Tecnológica.

PROGRAMA

Objetivos

Compartilhar experiências pessoais e profissionais na utilização de recursos digitais. Analisar princípios epistemológicos, éticos e políticos da atuação crítica e criativa e de caráter emancipatório no contexto da cultura digital. Resgatar as contribuições da cultura digital para a atuação dos profissionais da Educação Profissional e Tecnológica como autores, produtores e disseminadores de conhecimentos e transformadores da realidade e do seu entorno.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- Comunicação e interação mediadas por tecnologias digitais.
- Alfabetização e letramento digitais.
- Educação Profissional e Tecnológica e cultura digital ética, reflexiva, crítica e criativa.
- Implicações da cultura digital para a prática pedagógica e a gestão na Educação Profissional e Tecnológica.
- Inclusão digital e acessibilidade na Educação Profissional e Tecnológica.

Procedimentos Metodológicos

Realização de aulas síncronas e assíncronas no ambiente virtual, disponibilização de materiais digitais, incluindo textos e vídeos, e encaminhamento de atividades diversas online, incluindo chats, envio de atividades, jogos online, questionários, etc.

Recursos Didáticos

Material didático, vídeos, textos complementares.

Avaliação

O processo avaliativo ocorrerá de forma contínua e somatória com avaliações realizadas na plataforma, distribuídas por trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas).

Bibliografia Básica

BIANCHETTI, Cleber (org.). **Cultura Digital: novas relações pedagógicas para aprender e ensinar**. Curitiba: Bagai, v. 2, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585258>. Acesso em: 03 mar. 2024.

BOERES, Sonia. O letramento e a organização da informação digital aliados ao aprendizado ao longo da vida. **Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 483-500, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8651507/pdf>. Acesso em: 03 mar. 2024.

OLIVEIRA, Achilles Alves de; SILVA, Yara Fonseca de Oliveira. Mediação pedagógica e tecnológica: conceitos e reflexões sobre o ensino na cultura digital. **Rev. Educ. Questão**, Natal, v. 60, n. 64, e-28275, abr. 2022. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-77352022000200203&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 mar. 2024.

PENHA, Jonas Marques da; ALMEIDA, Larissa Germana Martins de. Cibercultura e Educação Profissional e Tecnológica: letramento digital como potencialidade no ensino médio integrado. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 2, p. 80-97, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/542>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ROSA, Cristiane de Oliveira; MILL, Daniel; MEDEIROS, Fernandina Fernandes de Lima. Letramento, educação e cultura digital: uma breve revisão bibliográfica. In: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias|Encontro de Pesquisadores em Educação e Tecnologias|Congresso de Ensino Superior a Distância|Congresso Internacional de Ensino Superior a Distância, 2022, São Carlos. **Anais do CIET: CIESUD:2022**, São Carlos, set. 2022.

Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/view/2000/1637>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SILVA, Iasmin Ferreira da; FELÍCIO, Cinthia Maria. Mediação de práticas educativas na educação profissional com Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação: considerações a partir da teoria histórico-cultural. **Educitec: Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 8, e191222, 2022. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1912>. Acesso em: 03 mar. 2024.

VILLELA, Ana Paula; PRADO, Jesus Vanderli do; BORGES, Rosimeire Aparecida Soares. Tecnologias digitais nos processos de ensino aprendizagem e inclusão de estudantes com deficiência. *In*: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias|Encontro de Pesquisadores em Educação e Tecnologias|Congresso de Ensino Superior a Distância|Congresso Internacional de Ensino Superior a Distância. **Anais do CIET:CIESUD:2022**, São Carlos, set. 2022. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/download/2108/1923/>. Acesso em: 03 mar. 2024.

Bibliografia Complementar

BOMFIM, Lucilene da Silva Santos.; THEODORO, Yasmine Braga. Letramento crítico a partir de práticas interdisciplinares no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Natal, v. 7, n. 24, 2021. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3642>. Acesso em: 03 mar. 2024.

KLEIMAN, Angela Bustos.; MARQUES, Ivoneide. B. de A. S. Letramentos e tecnologias digitais na educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 2, n. 15, e7514, 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7514>. Acesso em: 03 mar. 2024.

MENEZES, Karina Moreira; COUTO, Raqueline de Almeida; SANTOS, Sheila Carine Souza. **Alfabetização, letramento e tecnologias**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019. E-book. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/553784>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SOUSA, Wênia Keila Lima de; LOUREIRO, Robson Carlos; DAVID, Priscila Barros. Integração das TDICs com a docência na educação profissional e tecnológica: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Educar Mais**, Pelotas, v. 7, p. 202-220, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/3020>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SOUSA, Wênia Keila Lima de; VASCONCELOS, Francisco Herbert Lima. Educação profissional e tecnológica e a utilização das tecnologias digitais no processo de ensino: uma revisão sistemática da literatura. **Devir Educação**, Lavras, v. 7, n. 1, 2023. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/632>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ZANK, Cláudia.; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa; BEHAR, Patricia Alejandra. Limites para a alfabetização crítica das mídias digitais na educação profissional. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 2, n. 2, p. 24-38, 5 out. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeduclings/article/view/6353>. Acesso em: 03 mar. 2024.

Software(s) de Apoio:

Curso:	Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica	
Disciplina:	Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I	Carga-Horária: 30h
Pré-Requisito(s):	-	(40h/a) Número de 02 créditos

EMENTA

As vicissitudes dos legados históricos de regulação da Educação Profissional e Tecnológica brasileira: conquistas, reveses e resistências. Trabalho, Educação Profissional e Tecnológica, diversidades, lutas, reivindicações e direitos: gênero, geração, necessidades específicas, etnias, comunidades tradicionais e migrantes. Diferenças de perspectivas na Educação Profissional e Tecnológica: pedagogia histórico-crítica versus pragmatismo, teoria do capital humano e lógica das competências.

PROGRAMA

Objetivos

Discutir as marcas, os desafios e os avanços da relação entre trabalho e educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- As vicissitudes dos legados históricos de regulação da Educação Profissional e Tecnológica brasileira: conquistas, reveses e resistências.
- Trabalho, Educação Profissional e Tecnológica, diversidades, lutas, reivindicações e direitos: gênero, geração, necessidades específicas, etnias, comunidades tradicionais e migrantes.
- Diferenças de perspectivas na Educação Profissional e Tecnológica: pedagogia histórico-crítica *versus* pragmatismo, teoria do capital humano e lógica das competências.

Procedimentos Metodológicos

Realização de aulas síncronas e assíncronas no ambiente virtual, disponibilização de materiais digitais, incluindo textos e vídeos, e encaminhamento de atividades diversas online, incluindo chats, envio de atividades, jogos online, questionários, etc.

Recursos Didáticos

Material didático, vídeos, textos complementares.

Avaliação

O processo avaliativo ocorrerá de forma contínua e somatória com avaliações realizadas na plataforma, distribuídas por trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas).

Bibliografia Básica

FISCHER, Maria Clara Bueno; FRANZOI, Naira Lisboa. Formação Humana e Educação Profissional: Diálogos Possíveis. Educação, Sociedade & Cultura, Portugal, v. 29, n. 1, p. 35-51, 2009. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC29/29ClaraFNairaF.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. Perspectiva, v. 19, n. 1, p. 71-87, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador: o trabalho como elemento pedagógico na formação profissional. Cad. Pesqui., São Paulo, n. 47, p. 38-45, 1983. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741983000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 jan. 2024.

GUIMARÃES, Nadya de Araújo. Qualificação como relação social. In: Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/index.html>. Acesso em: 21 jan. 2024.

IANNI, Octávio. O mundo do trabalho. São Paulo em Perspectiva, v.8, n.1, p.2-12, jan.-mar. 1994. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01_01.pdf. Acesso em: 21 jan. 2024.

KUENZER, Acácia Zeneida. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. Boletim Técnico do Senac, v. 25, n. 2, p. 18-29, maio-ago. 1999. Disponível em: <https://bts.senac.br/bts/article/view/596>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. A luta dos trabalhadores pelo direito à educação e à formação profissional, em defesa da escola pública: um relato de experiência. Revista Trabalho Necessário, v. 21, n. 44, p. 1-38, 2023. <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57854>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e EPT: dualidade histórica e perspectivas de integração. *Holos*, [s.l.], v. 2, p. 4-30, 2008. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 16 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ramon de. A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira. *Boletim Técnico do Senac*, v. 27, n. 1, p. 26-37, 2001. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/560>. Acesso em: 21 jan. 2024.

PELISSARI, Lucas Barbosa. A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. *Educação em Revista*, n. 39, e37056, 2023. <https://doi.org/10.1590/0102-469837056>. Acesso em: 21 jan 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. É possível uma pedagogia das competências contra-hegemônica?: relações entre pedagogia das competências, construtivismo e neopragmatismo. *Trab. educ. saúde [Internet]*, v. 1, n. 1, p. 93–114, mar. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100008>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Da inspiração à formulação da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Os três momentos da PHC que toda teoria verdadeiramente crítica deve conter. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 21, n. 62, p. 711–724, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0001>. Acesso em: 21 jan. 2024.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. A reforma do ensino médio do Governo Temer, a educação básica mínima e o cerco ao futuro dos jovens pobres. *Revista Holos*, [s.l.], v. 8, p. 219-232, 2018. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7065>. Acesso em: 21 jan. 2024.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. *Boletim Técnico do Senac*, v. 36, n. 2, p. 51-63, 2010. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/218>. Acesso em: 21 jan. 2024.

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem. *Boletim Técnico do Senac*, v. 38, n. 2, p. 27-40, 2012. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/164>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CAETANO, Maria Raquel; LOPONTE, Luciana Neves. *Histórias e Memórias em Educação Profissional e Tecnológica*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. Disponível em: <https://pedrojoaoeditores.com.br/produto/historias-e-memorias-em-educacao-profissional-e-tecnologica/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CLOVES, Alexandre de Castro; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; SCHENKEL, Cladecir Alberto. História socioespacial do trabalho no Brasil, educação profissional tecnológica e a questão regional. In: *Revista Labor*, v. 1, n. 24, p. 331-355, 19 out. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44200>. Acesso em: 16 jan. 2024.

CLOVES, Alexandre de Castro; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; MEDEIROS, Ivonete Telles. Educação Tecnológica no Brasil: A Geopolítica e a Geografia Política do processo histórico. *Metodologias e Aprendizado*, v. 6, p. 516-533, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/3983>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria. A produção do conhecimento sobre a configuração do campo da educação profissional e tecnológica. *Holos*, [s. l.], v. 6, p. 33–49, 2016. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5013>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Ensino médio e técnico profissional: disputa de concepções e precariedade. 2013. In: *EMdiálogoamazonia: ENSINO MÉDIO EM FOCO*. Disponível em: <http://emdiálogoamazonia.blogspot.com.br/2013/03/ensino-medio-e-tecnico-profissional.html>. Acesso em: 21 jan. 2024.

LIMA FILHO, Domingos Leite; QUELUZ, Gilson Leandro. A tecnologia e a educação tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual. *Educ. Tecnol.*, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.19-28, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/71>. Acesso em: 21 jan. 2024.

POCHMANN, Márcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. *Ciência e coletiva*, v. 25, n.1, dez. 2019-jan. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n1/89-99/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5). Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. A integração saberes e conhecimentos escolares em processos formativos: o que dizem as pesquisas e as escolas. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 7, n. 12, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/3062>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SILVA, Luciane Teixeira da; NOSELLA, Paolo. A “cultura extrema” enquanto estratégia de hegemonia: uma análise a partir dos escritos de Antonio Gramsci. *Revista Labor*, Fortaleza, v. 1, n. 22, p. 19-31, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51499/1/2019_art_ltsilvapnosella.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024.

Software(s) de Apoio:

LEITURAS BRASILEIRAS. Dermeval Saviani / A Pedagogia Histórico-Crítica. Youtube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=13ojrNgMChk&t=341s>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SCHIEDECK, Silvia; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. A origem de uma nova institucionalidade em EPT: narrativas e memórias sobre os Institutos Federais. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/433129>. Acesso em: 8 jan. 2024.

BASTOS, Rafael. Gaudêncio Frigotto / A educação como capital humano - parte I. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VnL8tGw6LNA>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BASTOS, Rafael. Gaudêncio Frigotto / A educação como capital humano - parte II. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4i1Y59zy7SY>. Acesso em: 26 jan. 2024.

IndustriALL_GU. Episódio 1 Transformações e Desafios no Mundo do Trabalho. Youtube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jS_OzdTFwqM. Acesso em: 26 jan. 2024.

Curso:	Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica	
Disciplina:	Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos II	Carga-Horária: 30h (40h/a)
Pré-Requisito(s):	-	Número de créditos 2 créditos

EMENTA

O princípio pedagógico do trabalho, potencialidades e possibilidades de efetivação da escola unitária, da omnilateralidade e da politecnia. Ensino integrado: definições, obstáculos, tensões e avanços teóricos e práticos. Práxis transformadora: perspectivas e oportunidades emancipatórias frente ao panorama atual do mundo do trabalho, implicações, protagonismos e contribuições da prática docente, da gestão e da EaD.

PROGRAMA

Objetivos

Propiciar, em continuidade à introdução da Unidade Temática I, discussões e reflexões que envolvam as marcas, os desafios e os avanços da relação entre trabalho e educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- O princípio pedagógico do trabalho, potencialidades e possibilidades de efetivação da escola unitária, da omnilateralidade e da politecnia.
- Ensino integrado: definições, obstáculos, tensões e avanços teóricos e práticos.
- Práxis transformadora: perspectivas e oportunidades emancipatórias frente ao panorama atual do mundo do trabalho.
- Implicações, protagonismos e contribuições da prática docente, da gestão e da EaD.

Procedimentos Metodológicos

Realização de aulas síncronas e assíncronas no ambiente virtual, disponibilização de materiais digitais, incluindo textos e vídeos, e encaminhamento de atividades diversas online, incluindo chats, envio de atividades, jogos online, questionários, etc.

Recursos Didáticos

Material didático, vídeos, textos complementares.

Avaliação

O processo avaliativo ocorrerá de forma contínua e somatória com avaliações realizadas na plataforma, distribuídas por trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas).

Bibliografia Básica

Bibliografia básica:

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos?. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan-abr. 2014 Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Politecnia, escola unitária e trabalho: lições do passado e do presente.

Revista Trabalho Necessário, ano 13, n. 20, p. 234-251, 2015. Disponível em:

<https://doi.org/10.22409/tn.13i20.p8620>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. O trabalho como referência para a formação e a democracia. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, Natal, v.1, n.26, 2023. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15167>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, Educação e Escola Unitária. Educação e Pesquisa, v. 47, p. e226099, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226099>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. Natal: Holos, v. 2, p. 1-27, 2007. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio integrado: da conceituação à operacionalização. Revista Cadernos de Pesquisa em Educação, ano 11, v. 19, n. 39, p. 15-29, jan./jun. 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/10243>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Filosofia da Práxis e práticas pedagógicas de formação de trabalhadores. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, MG, v. 23, n. 1, p. 207-218, jan./abr. 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9306>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt>. Acesso em: 03 jan. 2024.

Bibliografia Complementar

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; SÁ, Giedre Teresinha Ragnini de. Políticas educacionais e pesquisa acadêmica: uma reflexão sobre a escola unitária em Antonio Gramsci enquanto um objeto de investigação. *Série- Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, n.40, p. 223-237, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/876>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ALVES, Leandro Marcos Salgado; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; FARIA, Filipe Pereira; ROHR, Michel Luís. Retalhos de experiências exitosas em educação profissional e tecnológica. *Debates em Educação*, Maceió, v. 11, n. 24, maio-ago. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/ojs2-somente-consulta/index.php/debateseducacao/article/view/6910>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *Revista Trabalho Necessário*, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CHISTÉ, Priscila de Souza. Educação Profissional no Brasil: reflexões sobre o ensino médio integrado. *Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica*, v. 4, n. 2, p. 86 - 113, 2014. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/dect/article/view/78>. Acesso em: 02 fev. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. A politécnia nos debates pedagógicos soviéticos das décadas de 20 e 30. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 1, n.18, 2020, p. 1-26. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9575/2568>. Acesso em 8 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. A organização curricular do ensino médio integrado a partir do eixo estruturante: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. *Revista Labor*, v.1, n.7, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/23326/1/2012_art_drmoura.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ramon de. Ensino médio integrado: desafios para os que lutam por uma escola emancipatória. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [s. l.], v. 1, n. 23, p. e14688, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14688>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Escola Unitária. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, pp. 341-347, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Práxis e pragmatismo: referências contrapostas dos saberes profissionais. In: SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de; FARTES, Vera Lúcia Bueno (Orgs.). *Currículo, formação e saberes profissionais: a (re) valorização epistemológica da experiência*. Salvador: EDUFBA, p. 221, 2010. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39226>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, v. 15, n. 45, p. 422-590, set./dez 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/yXjXQvzWfhSp5VNhX6KqKLh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2024.

SILVA, Deise Rosálio. A perspectiva pedagógica de Antonio Gramsci. In: BOTO, C. *Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados* [online]. Uberlândia: EDUFU, História, Pensamento, Educação Collection. *Novas Investigações series*, v. 9. pp. 141-170, 2019. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/fjnhs/pdf/boto-9786558240273-08.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Software(s) de Apoio:

BRAGA, Osório Esdras Guimarães; PRATES, Admilson Eustáquio. O trabalho como princípio educativo no Ensino Médio Integrado do IFNMG. Montes Claros: IFNMG/ProfEPT. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YIGGbzhirg>. Acesso em: 08 jan. 2024.

SILVA, Marilene Veiga da; BRASILEIRO, Beatriz Gonçalves. Os Sentidos do Trabalho e os Conceitos Essenciais da EPT: Um Guia Para Estudantes, Professores e Gestores, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740867>. Acesso em: 09 jan. 2024.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e o trabalhador hoje no Brasil. Youtube, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UMYovnOhk_A. Acesso em: 30 jan 2024.

Curs	Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica	Carga-Horária:	30h (40h/a)
o:	Políticas Públicas e Legislação para a Educação Profissional e Tecnológica	Númer	02 créditos
Disciplina:	XXX	o de	

EMENTA

Concepções e bases conceituais sobre Estado e políticas educacionais no Brasil. Produção histórica das políticas e das bases legais da educação profissional e tecnológica. Reforma do Estado e influências dos organismos multilaterais na definição das políticas públicas de Educação no Brasil nos anos de 1990. Políticas contemporâneas de educação (os anos 2000). A EPT nas Conferências de Educação, no Plano Nacional de Educação e na LDB.

PROGRAMA

Objetivos

Conhecer os conceitos e as abordagens que orientam as políticas públicas no Brasil, tendo como recorte a EPT. Compreender e refletir sobre a influência dos organismos multilaterais na definição das políticas públicas de Educação no Brasil. Entender os impactos das políticas e do financiamento sobre a qualidade da educação.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- Concepções e bases conceituais sobre Estado e políticas educacionais no Brasil.
- Produção histórica das políticas e das bases legais da educação profissional e tecnológica.
- Reforma do Estado e influências dos organismos multilaterais na definição das políticas públicas de Educação no Brasil nos anos de 1990.
- Políticas contemporâneas de educação (os anos 2000).
- A EPT nas Conferências de Educação, no Plano Nacional de Educação e na LDB.

Procedimentos Metodológicos

Realização de aulas síncronas e assíncronas no ambiente virtual, disponibilização de materiais digitais, incluindo textos e vídeos, e encaminhamento de atividades diversas online, incluindo chats, envio de atividades, jogos online, questionários, etc.

Recursos Didáticos

Material didático, vídeos, textos complementares.

Avaliação

O processo avaliativo ocorrerá de forma contínua e somatória com avaliações realizadas na plataforma, distribuídas por trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas).

Bibliografia Básica

Bibliografia básica:

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação profissional tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem? Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, maio/ago., 2012. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/164>. Acesso em: 17 jan. 2024.

PACHECO, Eliezer. Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Brasília/São Paulo: Fundação Santillana, Editora Moderna, 2011. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>. Acesso em: 08 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, Coleção formação pedagógica, v. 5, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.

Bibliografia Complementar

Bibliografia complementar:

DAMASCENA, Edilza Alves; MOURA, Dante Henrique. Formação de professores para a Educação Profissional: sobre políticas e perspectivas. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 14, n. 30, p. 178 - 199, out./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/4367>. Acesso em: 17 jan. 2024.

MAGALHÃES, Álcio Crisóstomo; CRUZ, José Adelson. O 'pacto pela educação' e o mistério do 'todos': Estado social e contrarreforma burguesa no Brasil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 34, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698169491>. Acesso em: 26 abr. 2024.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique; BENACHIO, Eliseu Costacurta. Reforma do ensino médio: subordinação da formação da classe trabalhadora ao mercado de trabalho periférico. *Revista Trabalho Necessário*, Niterói, v. 19, n. 39, p. 163-187, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47479>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva. Políticas educacionais e verticalização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (séculos XX e XXI). *Vértices*, v.24, n.2, p. 23, 236-266, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/16973/16091>. Acesso em: 17 jan. 2024.

PIOLLI, Evaldo; SALA, Mauro. Reforma do Ensino Médio e a formação técnica e profissional. *Revista USP*, São Paulo, n. 127, p. 69-86, out./nov./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i127p69-86>. Acesso em: 23 jan. 2024.

Software(s) de Apoio:

COSTA, Alexandre Pereira; DANTAS, Aleksandre Saraiva. Curso de Extensão: Marcos Legais da EPT e suas bases conceituais. Mossoró, RN: IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/717769>. Acesso em: 09 jan. 2024.

MAZUR, Luciana de Souza; MARTIARENA DE OLIVEIRA, Maria Augusta. A Educação Profissional entre os anos de 1942-1961: contribuições das leis orgânicas do ensino para a compreensão da educação no período. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2021. Disponível em: <https://dspace.ifrs.edu.br/handle/123456789/488>. Acesso em: 09 jan. 2024.

SILVA, Maicom Juliano Sesterheim da; TESSMANN, Martha Helena; LOPONTE, Luciana. Introdução ao orçamento público: a EPT no orçamento federal. Camaquã, RS: IFSul/ProfEPT, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/644729/2/Apostila.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2024.

Curs o:	Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica Gestão Educacional	Carga-Horária:	30h
Disciplina:	-	(40h/a) Número de	02 créditos
Pré-	-	créditos	

EMENTA

Fundamentos e princípios da gestão educacional. Estrutura organizacional de uma instituição escolar. Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Político Pedagógico e os Planos de Gestão. Dimensões da gestão educacional: gestão pedagógica, financeira, administrativa e de pessoas. Atribuições dos coordenadores pedagógicos das escolas. Relações interpessoais dos envolvidos no processo educativo: ética no exercício profissional dos gestores, professores e demais profissionais da educação.

PROGRAMA

Objetivos

Conhecer a estrutura organizacional de uma instituição escolar. Compreender o plano de desenvolvimento institucional, o projeto político pedagógico e os planos de gestão como instrumentos de gestão democrática da escola. Refletir sobre as dimensões da gestão escolar (pedagógica, financeira, administrativa, de pessoas). Conhecer e compreender as atribuições dos profissionais que exercem funções de gestão nas instituições educativas. Compreender a relevância das relações interpessoais dos envolvidos no processo educativo.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- Fundamentos e princípios da gestão educacional.
- Estrutura organizacional de uma instituição escolar.
- Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Político Pedagógico e os Planos de Gestão.
- Dimensões da gestão educacional: gestão pedagógica, financeira, administrativa e de pessoas.
- Atribuições dos coordenadores pedagógicos das escolas.
- Relações interpessoais dos envolvidos no processo educativo: ética no exercício profissional dos gestores, professores e demais profissionais da educação.

Procedimentos Metodológicos

Realização de aulas síncronas e assíncronas no ambiente virtual, disponibilização de materiais digitais, incluindo textos e vídeos, e encaminhamento de atividades diversas online, incluindo chats, envio de atividades, jogos online, questionários, etc.

Recursos Didáticos

Material didático, vídeos, textos complementares.

Avaliação

O processo avaliativo ocorrerá de forma contínua e somatória com avaliações realizadas na plataforma, distribuídas por trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas).

Bibliografia Básica

Bibliografia básica:

GRABOWSKI, Gabriel. Gestão e planejamento da educação profissional e tecnológica. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Gestao-e-planejamento-da-educacao-profissional-e-tecnologica.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024.

PARO, Vitor Henrique. Formação de gestores escolares: a atualidade de José Querino Ribeiro. Educação & Sociedade, Campinas, v. 30, n. 107, p. 453-467, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/formacaodegestoresescolares.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

PARO, Vitor Henrique. A estrutura didática e administrativa da escola e a qualidade do ensino fundamental. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 24, n. 1, p. 127-133, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/aestruturadidaticaeadministrativadaescolaeaquidadedoensinofundamental.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/01/PPP-segundo-Ilma-Passos.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

Bibliografia Complementar

Bibliografia complementar:

ANA, Wallace Pereira Sant; ANDRADE, Lucas Manoel; NOZAKI, Lauce Noriyo de Moraes; CASTRO, Mad Ana Desiree Ribeiro de; DIAS, Luciana Campos de Oliveira. Reflexões sobre organização e gestão na educação profissional e tecnológica: uma análise dos elementos históricos e sociológicos. *Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico*, Manaus, v. 4, n. 8, 2018. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/426>. Acesso em: 24 jan. 2024.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Gestão da educação com justiça social. Que gestão dos injustiçados? *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)*, v. 36, n. 2, p. 768 – 788, mai./ ago. 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/100820/58121>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. *RBPEA*, v. 23, n.3, p. 483-495, set/dez. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19144>. Acesso em: 17 jan. 2024.

LÜCK, Heloísa. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. *Em Aberto*, v. 17, n. 72, 2008. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2634>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. Disponível em: <https://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2018/11/gaudencio-frigotto-ESP-LPPUERJ.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023

PARO, Vitor Henrique. A estrutura didática e administrativa da escola e a qualidade do ensino fundamental. *RBPAE*, v.24, n.1, p. 127-133, jan./abr. 2008. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt_05_18.pdf. Acesso em: 16 jan. 2024.

Software(s) de Apoio:

AGNOLIN, Sandra Lígia; ESCOTT, Clarice Monteiro. *Reformulação de Proposta Curricular de Cursos do Ensino Médio Integrado: um caminho possível para a integração curricular*. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/741169>. Acesso em: 09 jan. 2024.

KELLER, Fabiana de Oliveira; ESCOTT, Clarice Monteiro. *Vamos avaliar? proposta de avaliação institucional participativa e emancipatória da política institucional para os cursos de ensino médio integrado do IFRS*. Porto Alegre, RS: IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/741166>. Acesso em: 09 jan. 2024.

MÜLLER, Liliane Krebs Bessel; RAVÁSIO, Marcele Teixeira Homrich. *Guia de orientações pedagógicas para o trabalho docente*. Santo Ângelo: IFFar/ProfEPT, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/433803>. Acesso em: 09 jan. 2024.

Curs	Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica	Carga-Horária:	30h (40h/a)
o:	Gestão Democrática na Educação Profissional e Tecnológica	Númer	02 créditos
Disciplina:		o de	

EMENTA

Conceito de democracia em suas dimensões histórica, política, econômica, educacional e cultural; o papel social da escola e sua contribuição para a construção da cidadania, bem como na reprodução da divisão social de classes. A gestão democrática na e da Educação Profissional e Tecnológica, bem como as instâncias colegiadas e representativas como lócus de construção colegiada. A gestão social como espaço representativo, a partir da ação dialógica e da participação ativa dos sujeitos sociais nos processos decisórios. Os documentos institucionais como expressão da vontade coletiva e orientadores do projeto político-pedagógico da instituição de Educação Profissional e Tecnológica.

PROGRAMA

Objetivos

Conhecer o conceito de democracia e sua relação com a gestão na e da Educação Profissional e Tecnológica, bem como a importância das instâncias representativas e colegiadas para a construção e consolidação do projeto político-pedagógico.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- Conceito de democracia em suas dimensões histórica, política, econômica, educacional e cultural.
- O papel social da escola e sua contribuição para a construção da cidadania, bem como na reprodução da divisão social de classes.
- A gestão democrática na e da Educação Profissional e Tecnológica, bem como as instâncias colegiadas e representativas como lócus de construção colegiada.
- A gestão social como espaço representativo, a partir da ação dialógica e da participação ativa dos sujeitos sociais nos processos decisórios.
- Os documentos institucionais como expressão da vontade coletiva e orientadores do projeto político-pedagógico da instituição de Educação Profissional e Tecnológica.

Procedimentos Metodológicos

Realização de aulas síncronas e assíncronas no ambiente virtual, disponibilização de materiais digitais, incluindo textos e vídeos, e encaminhamento de atividades diversas online, incluindo chats, envio de atividades, jogos online, questionários, etc.

Recursos Didáticos

Material didático, vídeos, textos complementares.

Avaliação

O processo avaliativo ocorrerá de forma contínua e somatória com avaliações realizadas na plataforma, distribuídas por trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas).

Bibliografia Básica

Bibliografia básica:

MACHADO, Lucília Regina de Souza. O trabalho como referência para a formação e a democracia. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [s. l.], v. 1, n. 23, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15167>. Acesso em: 08 jan. 2024.

MARKOF, John. Democracia: transformações passadas, desafios presentes e perspectivas futuras. Sociologias, ano 15, n.º 32, p. 18-50, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/tW43qxPJdJhqQzWX37FySWp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 jan. 2024.

PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/z3kMwmdfKMTGM6pb6ZKzXjt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2024.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: uma perspectiva conceitual. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7754>. Acesso em: 16 jan. 2024.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. A trajetória do Programa de estudos em gestão social (Pegs). Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.40, n.6, p. 1145-62, nov./dez., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/tTy8F6rnJWG75RfwzZrGLDp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2024.

Bibliografia Complementar

Bibliografia complementar:

APOLINÁRIO, José Antônio Feitosa; SOUZA, Diego Kehrlé. Algumas considerações sobre a interdependência entre democracia e educação no pensamento ocidental. Filosofia e Educação, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 208–244, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635378>. Acesso em: 5 jan. 2024.

BASTOS, Eliana Nunes Maciel; LUZ, Iussara Any da Silva; ARTUSO, Alysson Ramos. A gestão democrática na Educação Profissional e Tecnológica. Além dos Muros da Universidade (ALEMUR), v.6, n.2, p. 01-11, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/alemur/article/view/4520>. Acesso em: 23 jan. 2024.

GADOTTI, Moacir. Gestão Democrática com Participação Popular no Planejamento e na Organização da Educação Nacional. CONAE, 2014. Disponível em: <https://www.jaciara.mt.gov.br/arquivos/anexos/05062013105125.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

NETO, Antônio Cabral. Democracia: velhas e novas controvérsias. Estudos de Psicologia, v. 2, n.2, 287-312, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/mggTDX8wXtRq5X5mKLkKBwb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ivana Campos; VASQUES-MENEZES, Ione. Revisão de literatura: o conceito de gestão. Caderno de Pesquisa, v. 48, n.169, mai./ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/h8K6zLFps4LjXwjknBGPYD#>. Acesso em: 16 jan. 2024.

SANTOS, Gidair Lopes; SILVA, Assis Leão. A organização dos espaços pedagógicos em educação profissional e tecnológica: aproximações da literatura acadêmica. Anais do 8º EPePe - Encontro de pesquisa educacional em Pernambuco. Campina Grande: Editora Realize, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/epepe/2021/TRABALHO_EV167_MD1_SA105_ID79_17092021071800.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva. Políticas educacionais e verticalização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (séculos XX e XXI). Vértices, v.24, n.2, p. 23, 236-266, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/16973>. Acesso em: 23 jan. 2024.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 14 ed. Campinas: Papirus, 2018. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=dneADwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=projeto+pol%C3%ADtico+pedag%C3%B3gico%3B&ots=MCGeyVfpdG&sig=fNuiaxw2eVeCWMs7whnZI3BjvJY#v=onepage&q=projeto%20pol%C3%ADtico%20pedag%C3%B3gico%3B&f=false>. Acesso em: 16 jan. 2024.

Software(s) de Apoio:

ALENCAR, Rendrikson Gonçalves; GOMES, Jarbas Maurício. Gestão Democrática na EPT: espaços de participação de pais ou responsáveis. Maceió: IFAL/ProfEPT, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740836>. Acesso em: 09 jan. 2024.

FRANZINI, Rafaela Gandolfi; REIS, Márcio José dos. Guia Orientativo para a utilização do vídeo "IFSP: uma vivência para a democracia". São Paulo: IFSP/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574623>. Acesso em: 09 jan. 2024.

OLIVEIRA, Sheila Almeida; DUARTE NETO; José Henrique. Proposta de Gestão Democrática Escolar. Pernambuco: IFPE/ProfEPT, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/553345>. Acesso em: 09 jan. 2024.

Curs	Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica	Carga-Horária:	30h (40h/a)
o:	Planejamento Educacional e Avaliação Institucional na Educação Profissional e Tecnológica	Número de	02 créditos
Disciplina:	-		

EMENTA

Planejamento em instituições educativas com ênfase no planejamento participativo como base para a gestão democrática no âmbito da educação profissional e tecnológica. Contribuição da avaliação institucional, em especial a autoavaliação institucional na perspectiva da avaliação educacional e emancipatória. Cultura da autoavaliação como promotora da autonomia institucional. O trabalho da gestão escolar e educacional na relação entre planejamento participativo e autoavaliação institucional, bem como sua contribuição para a construção e consolidação do projeto institucional, assim como dos documentos institucionais que os sustentam.

PROGRAMA

Objetivos

Analisar a relação entre o planejamento e a avaliação institucional em uma perspectiva participativa e emancipatória e sua contribuição para o plano de desenvolvimento institucional e para o projeto político-pedagógico na e da Educação Profissional e Tecnológica.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- Planejamento em instituições educativas.
- Planejamento participativo e gestão democrática no âmbito da educação profissional e tecnológica.
- Avaliação institucional e autoavaliação institucional na perspectiva da avaliação educacional e emancipatória.
- Cultura da autoavaliação como promotora da autonomia institucional.
- O trabalho da gestão escolar e educacional na relação entre planejamento participativo e autoavaliação institucional
- Construção e consolidação do projeto institucional, assim como dos documentos institucionais que os sustentam.

Procedimentos Metodológicos

Realização de aulas síncronas e assíncronas no ambiente virtual, disponibilização de materiais digitais, incluindo textos e vídeos, e encaminhamento de atividades diversas online, incluindo chats, envio de atividades, jogos online, questionários, etc.

Recursos Didáticos

Material didático, vídeos, textos complementares.

Avaliação

O processo avaliativo ocorrerá de forma contínua e somatória com avaliações realizadas na plataforma, distribuídas por trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas).

Bibliografia Básica

Bibliografia básica:

AFONSO, Almerindo Janela. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável: crítica à accountability baseada em testes padronizados e rankings escolares. *Revista Lusófona de Educação*, n. 13, p. 13-29, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/349/34912395002.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.

NEZ, Egeslaine de; SOUZA, Warley Carlos de. Planejamento Participativo: elementos para o debate em ação. *Educação, Cultura e Sociedade*, v. 8, n. 2, p. 495-509, jul./dez., 2018. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/8435>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SAUL, Ana Maria. Na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação: por uma educação democrática e emancipatória. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1299-1311, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/3nMScNcgg4HFXrrMTTtsGtc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2024.

SORDI, Mara Regina Lemes de; OLIVEIRA, Sara Badra de; SILVA, Margarida Montejano da; BERTAGNA, Regiane Helena; DALBEN, Adilson. Indicadores de qualidade social da escola pública: avançando no campo avaliativo. *Est. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 27, n. 66, p. 716-753, set./dez. 2016. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/4073/3271>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SORDI, Mara Regina Lemes de; BERTAGNA, Regiane Helena; SILVA, Margarida Montejano da. A avaliação institucional participativa e os espaços políticos de participação construídos, reinventados, conquistados na escola.

Cad. Cedes, Campinas, v. 36, n. 99, p. 175-192, maio-ago., 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/gxfgJfvP5KP6XNF4PNRmRYh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2024.

Bibliografia Complementar

Bibliografia complementar:

AFONSO, Almerindo Janela. Questões, objetos e perspectivas em avaliação. Avaliação, Campinas; Sorocaba/SP, v. 19, n. 2, p. 487-507, jul. 2014. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/aval/a/GVKXmvt8nrpmCkGk7dGH5Rv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2024.

BORGES, Nieysila Simara da Silva Castro; SALAZAR, Deuzilene Marques. Avaliação institucional interna na perspectiva dos atores escolares da Educação Profissional e Tecnológica. VI CONEDU, v. 1, 2020. Disponível em:
<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/65300>. Acesso em: 09 jan. 2024.

CAMPOS, Adriana Mari de Almeida Maia, CARNEIRO, Tereza Gomes. Possibilidades de articulação entre as Bases Conceituais da EPT e o PDI nos Institutos Federais. Cadernos de Educação Básica, 2020. Disponível em:
<https://www.semanticscholar.org/paper/POSSIBILIDADES-DE-ARTICULA%C3%87%C3%83O-ENTRE-AS-BASES-DA-EPT-Campos-Carneiro/dc6f199050336aea7bee8113508e2e817872ce94>. Acesso em: 23 jan. 2024.

CARVALHO, Maria João de; FOLGADO, Cristina. A autoavaliação na construção da escola democrática. Revista Lusófona de Educação, Portugal, n. 35, p. 83-99, 2017. Disponível em:
<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/5916>. Acesso em: 23 jan. 2024.

LEITE, Carlinda; FERNANDES, Preciosa; RODRIGUES, Lurdes. Trajetórias para a institucionalização de uma cultura de autoavaliação nas escolas – entre possibilidades e limites. Revista de Estudos Curriculares, Aveiro/Portugal, v. 11, n. 1, 2020. Disponível em:
<https://www.nonio.uminho.pt/rec/index.php?journal=rec&page=article&op=view&path%5B%5D=98>. Acesso em: 23 jan. 2024.

NERY, Patricia Haeser Ferreira; RIBEIRO, Josina Maria Pontes. Projeto Político Pedagógico: uma discussão sobre identidade e identidades na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Revista Conexão na Amazônia, v. 2, edição especial, 2021. Disponível em:
<https://periodicos.ifac.edu.br/index.php/revistarca/article/view/88/72>. Acesso em: 23 jan. 2024.

PACHECO, Eliezer. Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Brasília/São Paulo: Fundação Santillana/Editora Moderna, 2011. Disponível em:
<https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>. Acesso em: 08 jan. 2024.

PELLISSARI, Lucas Barbosa. O fetiche da tecnologia e a Educação Profissional Técnica de nível médio: tentativa de explicação do abandono escolar. 35ª Reunião Anual da Anped, GT9 – Educação e Trabalho, 2012. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt09-1951_int.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

PEREIRA, Maria Simone Ferraz; SORDI, Mara Regina Lemes de. Avaliação institucional participativa e a busca da qualidade da escola: limites e potencialidades da participação estudantil. Olhar de professor. Ponta Grossa, v. 23, p. 1-20, 2020. Disponível em:
<https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/15576/209209213380>. Acesso em: 23 jan. 2020.

PERUCH, Marilda; MILAK, Roseli Rosseti; PERES, Maria Gisele. Desafios e perspectivas nos modelos de gestão da EPT no CEDUP Abílio Paulo em Criciúma/SC. Repositório IFSC. Disponível em:
<https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/1420/Artigo%20Final-%20Roseli%20e%20Marilda.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SANTOS, Claudinete Maria dos; FERRI, Lúcia Maria Correa Gomes; MACEDO, Mara Elisa Capovilla Martins de. O planejamento participativo da escola como prática inovadora. Cadernos de Educação, Pelotas/RS, n. 41, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/2098>. Acesso em: 09 jan. 2024.

SANTOS, João Alberto Neves dos; SEPULVEDA, Fernando A. Miranda; SERRA VALE, Alberto França. Implementação do Planejamento Estratégico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de

Janeiro. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2012. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/66216886.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SOUZA, Valesca Rodrigues; MENDES, Maria Aparecida Colares. Reflexões sobre a Avaliação Institucional nos Institutos Federais: formação ou regulação? 3º Simpósio Avaliação da Educação Superior. Florianópolis, SC, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179394/101_00798%20-%20ok.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 23 jan. 2024.

Software(s) de Apoio:

BORGES, Nieysila Simara da Silva Castro; SALAZAR, Deuzilene Marques. Proposta de avaliação institucional interna para a EPTNM. Manaus: IFAM/ProfEPT, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/552778>. Acesso em: 09 jan. 2024.

FAGUNDES, Fabiana Centeno; ESCOTT, Clarice Monteiro. Guia de Autoavaliação Institucional para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT): contribuições para um percurso democrático, participativo e institucional. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/421>. Acesso em: 08 jan. 2024.

SERRÃO, Yoli Glenda da Silva, LIMA, Maria Francisca Morais de. Planejamento participativo: como implementá-lo na educação profissional e tecnológica. Manaus: IFAM/ProfEPT. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/573284>. Acesso em: 09 jan. 2024.

Curs	Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica	Carga-Horária:	30h (40h/a)
o:	Gestão da Escola de Educação Profissional e Tecnológica	Númer	02 créditos
Disciplina:	Integral e Integrada	o de	

EMENTA

Gestão da Educação Profissional e Tecnológica para a contribuição institucional aos processos de formação humana integral e o currículo integrado. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para um projeto educativo que dialogue com a sociedade e com o mundo do trabalho. O trabalho da gestão na proposição de políticas institucionais para o desenvolvimento e a consolidação da educação humana integral e da escola integral.

PROGRAMA

Objetivos

Conhecer e analisar os pressupostos da gestão em EPT com vistas a potencializar os processos de formação humana integral e o currículo integrado, bem como as possibilidades de instituição de políticas que sustentem as práticas indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão no currículo integrado e integral.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

Gestão da Educação Profissional e Tecnológica

Processos de formação humana integral e o currículo integrado.

Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para um projeto educativo e as relações com a sociedade e com o mundo do trabalho.

O trabalho da gestão na proposição de políticas institucionais para o desenvolvimento e a consolidação da educação humana integral e da escola integral.

Procedimentos Metodológicos

Realização de aulas síncronas e assíncronas no ambiente virtual, disponibilização de materiais digitais, incluindo textos e vídeos, e encaminhamento de atividades diversas online, incluindo chats, envio de atividades, jogos online, questionários, etc.

Recursos Didáticos

Material didático, vídeos, textos complementares.

Avaliação

O processo avaliativo ocorrerá de forma contínua e somatória com avaliações realizadas na plataforma, distribuídas por trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas).

Bibliografia Básica

Bibliografia básica:

ARAÚJO, Carlos Wagner Costa; BARCELOS, Renata Gerhardt; CÉLIA, Luciana dos Santos; MOLL, Jaqueline. Aspectos da educação integral no Brasil: disputas conceituais, ideológicas e políticas. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 12, n. 1, p. 421-440, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/66468/35147>. Acesso em: 17 jan. 2024.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 41, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gmGjD689HxfJhy5bgyzk6qr/?format=pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional. Curitiba/ PR: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2024.

RAYS, Oswaldo Alonso. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. *Revista Educação Especial*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 71-85, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5034>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Em defesa do projeto de formação humana integral para a classe trabalhadora. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 1, n. 22, e13666, mar. 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13666/pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.

Bibliografia Complementar

Bibliografia complementar:

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. Revista Educação em Questão, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956/5723>. Acesso em: 17 jan. 2024.

COSTA, Patrícia Furtado Fernandes; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Referências históricas e teóricas para a análise crítica da produção do conhecimento no Brasil sobre currículo integrado e ensino médio integrado. Revista Trabalho Necessário, v. 18, n. 35, jan-abr, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/40495>. Acesso em: 09 jan. 2024.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. Perspectiva, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2015v33n3p1229>. Acesso em: 09 jan. 2024.

FERREIRA, Helen Betane; REES, Dilys Karen. Educação Integral e Escola de Tempo Integral em Goiânia. Educação e Realidade, v. 40, n. 1, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/ZKxqwKtncwhwVSgfCpvd8qF/?lang=pt>. Acesso em: 09 jan. 2024.

MARQUES, Maristela Beck; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão na prática profissional do ensino médio integrado à educação profissional. ScientiaTec: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS, v. 7, n. 1, Edição Especial 4º Seminário de Pós-Graduação do IFRS, p: 187-202, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/4131/2616>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SANTOS, Romário Farias Pedrosa dos. Uma breve retrospectiva histórica da educação integral no Brasil e os marcos legais para sua implantação nos estados da federação. Conedu, VII Congresso Nacional de Educação, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV151_MD1_SA121_ID8774_29072021153757.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

Software(s) de Apoio:

COUTO, Andressa Freire Ramos; CAVALARI JÚNIOR, Octávio. O guia indissociável entre ensino, pesquisa e extensão: dialogando sobre uma prática integradora. ES: Ifes/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585582>. Acesso em: 09 jan. 2024.

FERREIRA, Rosângela; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; SONZA, Andréa Poletto. Curricularização da Extensão: um olhar institucional. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/717686>. Acesso em: 09 jan. 2024.

MARQUES, Maristela Beck; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Prática profissional integrada: ensino pesquisa e extensão no ensino médio integrado. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574846>. Acesso em: 09 jan. 2024.

Curs o:	Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica Gestão para a Inclusão e Diversidade	Carga-Horária:	30h
Disciplina:	-	(40h/a) Número de	02 créditos
Pré-	-	créditos	

EMENTA

Retrospectiva histórica, legislação e políticas públicas de inclusão, diversidade e ações afirmativas no Brasil. Educação e trabalho como direitos fundamentais. Gestão e cumprimento das legislações acerca das políticas de valorização da diversidade e das ações afirmativas, considerando as desigualdades dos grupos que padeceram de injustiças históricas pela escravização, como é o caso dos povos indígenas, população negra e comunidades quilombolas, bem como das pessoas com deficiência, mulheres, população LGBTQIA+, refugiados, entre outros, considerando as interseccionalidades e as singularidades na EPT. A gestão na organização dos serviços e da infraestrutura institucional como condição para inclusão e valorização da diversidade. O trabalho da gestão nas dimensões de acessibilidade. Acessibilidade curricular.

PROGRAMA

Objetivos

Discutir o papel da gestão no cumprimento das legislações acerca das políticas de valorização da diversidade e das ações afirmativas, considerando as desigualdades dos grupos que padeceram de injustiças históricas pela escravização, como é o caso dos povos indígenas, população negra e comunidades quilombolas, assim como as pessoas com deficiência, mulheres, população LGBTQIA+, refugiados, entre outros, considerando as interseccionalidades e as singularidades educacionais específicas na EPT.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

Retrospectiva histórica, legislação e políticas públicas de inclusão, diversidade e ações afirmativas no Brasil. Educação e trabalho como direitos fundamentais.

Gestão e cumprimento das legislações: políticas de valorização da diversidade e das ações afirmativas.

Grupos que vivenciaram injustiças históricas e escravização: povos indígenas, população negra e comunidades quilombolas, pessoas com deficiência, mulheres, população LGBTQIA+, refugiados, entre outros, considerando as interseccionalidades e as singularidades na EPT.

A gestão na organização dos serviços e da infraestrutura institucional como condição para inclusão e valorização da diversidade.

O trabalho da gestão nas dimensões de acessibilidade.

Acessibilidade curricular.

Procedimentos Metodológicos

Realização de aulas síncronas e assíncronas no ambiente virtual, disponibilização de materiais digitais, incluindo textos e vídeos, e encaminhamento de atividades diversas online, incluindo chats, envio de atividades, jogos online, questionários, etc.

Recursos Didáticos

Material didático, vídeos, textos complementares.

Avaliação

O processo avaliativo ocorrerá de forma contínua e somatória com avaliações realizadas na plataforma, distribuídas por trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas).

Bibliografia Básica

Bibliografia básica:

BRASIL. Lei 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Lei 12.288 de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em: 23 jan. 2022.

CANAU, Vera Maria Ferrão. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. Educação e Sociedade, n. 33, set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/phjDZW7SVBf3FnfNL4mJywL/#>. Acesso em: 17 jan. 2024.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro Brasileiro Indaga e Desafia as Políticas Educacionais. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [s.l.], v. 11, ed. especial, p. 141-162, maio 2019. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/687>. Acesso em: 23 jan. 2024.

PLETSCH, Márcia Denise. O que há de especial na educação especial brasileira? Momento: diálogos em educação, Rio Grande, v. 29, n. 1, p. 57-70, jan./abr., 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9357>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SCHERER, Renata Porcher. Diferenciação curricular no Ensino Médio Integrado: recursos acessíveis, mediação pedagógica e trabalho colaborativo. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v1, n. 22, e11492, 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11492>. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, Distrito Federal, out. 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf. Acesso em: 25 abr. 2024.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, Claudilena Corrêa; FERNANDES, Déa Nunes. Proposta Didática para Estudo de Gênero-Trabalho-Poder na EPT. Maranhão: IFMA/ProfEPT, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/703071>. Acesso em: 11 jan. 2024.

CONCEIÇÃO, Antônio Marcos Soares; MACHADO, Veruska Ribeiro. BOAS PRÁTICAS: a inclusão e a permanência do estudante com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, DF.: IFB/ProfEPT, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740501>. Acesso em: 10 jan. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/WskqTPrZgct8k56XHvr8XBz/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jan. 2024.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. Direito & Práxis, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MONTEIRO, Catia Maria Alves, PLÁCIDO, Reginaldo Leandro. Acolher para Incluir: o acolhimento como prática na cultura escolar inclusiva. Blumenau: IFC/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574365>. Acesso em: 17 jan. 2024.

OLIVEIRA, Helder Felipe de; PRESTES, Liliane Madruga. Juventudes negras, educação profissional e mundo do trabalho: guia de atividades com oficinas de letramento racial para a promoção de uma educação antirracista no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Porto Alegre, RS: IFRS/ProfEPT, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/732698>. Acesso em: 11 jan. 2024. p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1eTHcEJm7oykouKkg5-GFBKATAIEUWXp1/view>. Acesso em: 10 jan. 2024.

PASSOS, Pamela; MULICO, Leslie. Educação em Direitos Humanos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. João Pessoa: PB, IFPB, 2019. Disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/242>. Acesso em: 23 jan. 2021.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas da perspectiva dos Direitos Humanos. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/3bz9Ddq8YpxP87fXnhMZcJS/?lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2021.

RODRIGUES, Tatiane C.; ABRAMOWICZ, Anete. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 15-30, jan./mar. 2013. SANTOS, Keysiani; MENDES, Eniceia. Ensinar a todos e a cada um em escolas inclusivas: a abordagem do ensino diferenciado. Revista Teias - ProPed UERJ, v. 22, n. 66, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/57138/38786>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SEFFNER, Fernando. Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade: o delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir. Retratos da escola, Brasília, v. 14, n. 28, p. 75-90, 2020. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1095>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SILVA, Marcos Antonio Batista da. Educação antirracista no contexto político e acadêmico: tensões e deslocamentos. Educação e Pesquisa, v. 47, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/186955>. Acesso em: 24 jan. 2024.

SONZA, Andréa Poletto; GEMELLI, Catia Eli; NUNES, Lauren de Lacerda; TAVARES, Olívia Pereira. Letramento de gênero e sexualidade: aqui não é um tabu e aí? Porto Alegre, RS: 2ks Agência Digital, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/999>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SONZA, Andréa; ORTIZ, Helen; CORSINO, Luciano; SANTOS, Marlise; FERREIRA, Rosângela; CARDOSO, Sandro (org.). Afirmar a inclusão e as diversidades no IFRS: ações e reflexões. Bento Gonçalves: IFRS, 2020. 352

Software(s) de Apoio

ARAÚJO, Claudilena Corrêa; FERNANDES, Déa Nunes. Proposta Didática para Estudo de Gênero-Trabalho-Poder na EPT. Maranhão: IFMA/ProfEPT, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/703071>. Acesso em: 11 jan. 2024.

CONCEIÇÃO, Antônio Marcos Soares; MACHADO, Veruska Ribeiro. BOAS PRÁTICAS: a inclusão e a permanência do estudante com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, DF.: IFB/ProfEPT, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740501>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MONTEIRO, Catia Maria Alves, PLÁCIDO, Reginaldo Leandro. Acolher para Incluir: o acolhimento como prática na cultura escolar inclusiva. Blumenau: IFC/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574365>. Acesso em: 17 jan. 2024.

OLIVEIRA, Helder Felipe de; PRESTES, Liliane Madruga. Juventudes negras, educação profissional e mundo do trabalho: guia de atividades com oficinas de letramento racial para a promoção de uma educação antirracista no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Porto Alegre, RS: IFRS/ProfEPT, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/732698>. Acesso em: 11 jan. 2024.

Curs o:	Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica Gestão para a permanência e o êxito	Carga-Horária:	30h
Disciplina:	-	(40h/a) Número de	02 créditos
Pré-	-	créditos	

EMENTA

Permanência e êxito na EPT e sua relação com os fatores individuais, internos aos estudantes, os fatores internos à instituição escolar, bem como os fatores externos. A gestão no processo de institucionalização de uma proposta educacional que considere o desenvolvimento humano integral na articulação entre as dimensões individuais, laborais, científica e cultural para a permanência e o êxito dos estudantes. O trabalho da gestão no planejamento e no acompanhamento da organização do currículo, das práticas pedagógicas e dos modelos e instrumentos de avaliação como forma de contribuir com a permanência e o êxito dos estudantes na EPT.

PROGRAMA

Objetivos

Aprofundar o estudo dos fatores institucionais e das atividades de gestão que podem promover a permanência e o êxito dos estudantes na EPT, bem como as possibilidades de institucionalização de uma proposta educacional para o combate à evasão.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- Permanência e êxito na EPT e sua relação com os fatores individuais, internos aos estudantes, os fatores internos à instituição escolar, bem como os fatores externos.
- A gestão no processo de institucionalização de uma proposta educacional que considere o desenvolvimento humano integral na articulação entre as dimensões individuais, laborais, científica e cultural para a permanência e o êxito dos estudantes.
- O trabalho da gestão no planejamento e no acompanhamento da organização do currículo, das práticas pedagógicas e dos modelos e instrumentos de avaliação como forma de contribuir com a permanência e o êxito dos estudantes na EPT.

Procedimentos Metodológicos

Realização de aulas síncronas e assíncronas no ambiente virtual, disponibilização de materiais digitais, incluindo textos e vídeos, e encaminhamento de atividades diversas online, incluindo chats, envio de atividades, jogos online, questionários, etc.

Recursos Didáticos

Material didático, vídeos, textos complementares.

Avaliação

O processo avaliativo ocorrerá de forma contínua e somatória com avaliações realizadas na plataforma, distribuídas por trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas).

Bibliografia Básica

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evasao-retencao-vfinal&category_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 jan. 2024.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/jgRKBkHs5GrxxwkNdNNtFM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2024.

HEIJMANS, Rosemary Dore; FINI, Roberto; LÜSCHER, Ana Zuleima. Insucesso, fracasso, abandono, evasão... Um debate multifacetado. In: CUNHA, Daisy Moreira; FIDALGO, Fernando Selmar Rocha; SOUZA JR., Hormindo Pereira, OLIVEIRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). Formação/profissionalização de professores e formação profissional e tecnológica: fundamentos e reflexões contemporâneas. MG: PUC Minas, 2013. Disponível em: <http://rimepes.fae.ufmg.br/galeria/artigos/3-DORE-Cap-livro-FormaProfiss-2013.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FORNARI, Liamara Teresinha. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. REP - Revista Espaço Pedagógico, Passo Fundo, v. 17, n. 1, p. 112-124, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/2027>. Acesso em: 23 jan. 2024.

KUENZER, Acácia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/sB3XN4nBLFPRrhZ5QNx4fRr>. Acesso em: 23 jan. 2024.

TIMÓTEO, Marcela de Oliveira. Estratégias de diversidade, inclusão e equidade de gênero e raça em órgãos da administração pública federal: avanços e desafios. *Revista do TCU*, v. 1, n. 150, p.1-23, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1841>. Acesso em: 17 abr. 2024.

REIS, Cacilda Ferreira; SOUZA, Marcilene Garcia de; SANTOS, Valdeluce Nascimento. Ações Afirmativas no Instituto Federal da Bahia: um olhar a partir da Diretoria Sistêmica de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis. *Periferia: Educação, Cultura & Comunicação*. v. 15, p.1-22, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/70531>. Acesso em: 25 abr. 2024.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, Adilson Cesar de; MENDES, Josué de Sousa (Orgs.). *Evasão na Educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento*. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014. Disponível em: <http://rimepes.fae.ufmg.br/livros/Dore%20et%20al.%20-%20202014%20-%20Evasao%20na%20educacao%20-%20estudos,%20politicass%20e%20propostas.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024.

COELHO, Alexsandra Joelma Dal Pizzol; GARCIA, Nilson Marcos Dias. Direito à Educação: analisando políticas públicas de apoio à permanência escolar na educação profissional e tecnológica. In: VASCONCELOS, Adaylson Wagner Sousa de (Org.). *Processos de transformação do mundo do trabalho*. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/processos-de-transformacao-do-mundo-do-trabalho>. Acesso em: 23 jan. 2024.

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; ESCOTT, Clarice Monteiro; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Permanência e êxito de mulheres na EJA-EPT: possibilidades de desafios do IFRS. *Plurais – Revista Multidisciplinar*, Salvador, v. 7, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/14053/9704>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; MACHADO, Lucília Regina de Souza; ESCOTT, Clarice Monteiro. Trabalho, educação e cultura nas fronteiras entre o urbano e o campo. *Educação, Sociedade & Culturas*, Portugal, n. 64, 2023. Disponível em: <https://www.up.pt/revistas/index.php/esc-ciie/article/view/482>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FRANÇA, Suzane Bezerra de; SOUZA, Daniela Pedrosa de. Evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos: um estudo na rede estadual de ensino de Pernambuco. *Revista Educação e Emancipação*, São Luís, v. 14, n. 3, set./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicoseltronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/18194/9801>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SACRAMENTO, Laura Neta Dias do; ALBUQUERQUE, Monck Charles Nunes de; CYPRIANI, Carlos Alex Cantuário. Estudo sobre evasão e permanência no Ensino Técnico de Nível Médio Integrado: um mapeamento sistemático de literatura. *Revista Labor*, Fortaleza, v. 1, n. 26, p. 76-99, jul./dez. 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/65575/1/2021_art_Indsacramentomcnalbuquerque.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

SOUZA, Vanessa Faria de; ROCHA, Tiago Rios da; MANICA Edimar; LAVARDA, Roger Luis Holf; ROSA, Ronaldo Serda da. Reformulação curricular como ação para permanência e êxito: uma experiência colaborativa no Campus Ibirubá. In: LORENZET, Deloíse et al. *Permanência e êxito no IFRS: Reflexões e práticas*. São Paulo, SP: Pimenta Cultural, 2021. Disponível em: <https://dspace.ifrs.edu.br/xmlui/handle/123456789/465>. Acesso em: 17 jan. 2024.

Software(s) de Apoio:

GARCIA, Fernanda Corrêa; SPESSATTO, Marizete Bortolanza. *Guia de redução da evasão na EPT*. Florianópolis: Instituto Federal de Santa Catarina/CERFEAD, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574306>. Acesso em: 10 jan. 2024.

NITSCHKE, Alessandra. PLÁCIDO, Reginaldo Leandro. Utilização de informações de e sobre egressos para o acompanhamento, avaliação e reformulação de cursos de ensino médio integrado. Blumenau: IFC/ProfEPT, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/600482>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SOUSA, Maria da Graça do Nascimento de; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. Manual de prevenção à evasão dos estudantes dos cursos médio técnico da rede federal de ensino: conhecer para permanecer. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/575059>. Acesso em: 10 jan. 2024

Curs o:	Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica	Carga-Horária:
Disciplina:	Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso I	15h (20h/a) Número
Pré-	-	01 crédito créditos

Reflexões teórico-práticas de questões sobre as temáticas do curso de especialização com foco na gestão na EPT e situações reais, considerando os conteúdos das atividades executadas no processo de formação com intervenções na prática profissional. Estrutura e roteiro do Plano de Formação e articulação com saberes teóricos e práticos, articulados em torno de um objetivo individual-coletivo de formação. Exercícios de problematização, de análise, de síntese e de proposição.

PROGRAMA

Objetivos

Aprimorar os processos de revisão das atividades/textos desenvolvidas nas demais disciplinas do núcleo temático e que podem servir de subsídio para elaboração do plano de formação, em articulação com o percurso formativo e uma situação real e socialmente relevante da EPT.

Conhecer as orientações iniciais do Plano de Formação.

Conhecer os aspectos introdutórios do Relatório de Formação.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

Reflexões dos conteúdos das unidades temáticas e os processos de formação com intervenções na prática profissional.

Estrutura e roteiro do plano de formação.

Problematização de situações reais na gestão EPT.

Procedimentos Metodológicos

Realização de aulas síncronas e assíncronas no ambiente virtual, disponibilização de materiais digitais, incluindo textos e vídeos, e encaminhamento de atividades diversas online, incluindo chats, envio de atividades, jogos online, questionários, etc.

Recursos Didáticos

Material didático, vídeos, textos complementares.

Avaliação

O processo avaliativo ocorrerá de forma contínua e somatória com avaliações realizadas na plataforma, distribuídas por trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas).

Bibliografia Básica

MELLÃO, M; RIBEIRO, D. G; PINHA, M. L. S. Observações em sala de aula, algumas percepções.

Colloquium Humanarum, v. 11, n. Especial, p. 1042-1049. jul./dez. 2014.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia Complementar

DTE. Design Thinking para educadores. Disponível em <<http://www.dtparaeducadores.org.br>>. Acesso em 10 jul. 2017.

FERREIRA, Ilane Cavalcante; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento. A experiência da pesquisa na formação docente: unindo teoria à prática. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [s. l.], v. 1, n. 12, p. 16–35, 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5730>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FREITAS, Rony. Produtos educacionais na área de ensino da Capes: o que há além da forma? Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 5, n. 2, p. 5-20, 2021. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1229>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PINHEIRO, Silvia Siqueira. Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. Cadernos de Educação, n. 45, p. 57-67, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/3822>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. A integração saberes e conhecimentos escolares em processos formativos: o que dizem as pesquisas e as escolas. Revista Humanidades e Inovação, v. 7, n. 12, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/3062>. Acesso em: 21 jan. 2024.

VALER, Salete; BROGNOLI, Ângela; LIMA, Laura. A pesquisa como princípio pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio para a Constituição do ser social e profissional. Forum linguistic, Florianópolis, v. 14, n. 4, p. 2785- 2803, out./dez. 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2017v14n4p2785/35788>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VIANNA, H. M. Pesquisa em educação: observação. Brasília: Plano, 2003.

Software(s) de Apoio:

Curs o:	Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica	Carga-Horária:
Disciplina:	Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso II	15h (20h/a) Número
Pré-	-	01 crédito

Reflexões teórico-práticas de questões sobre as questões discutidas nas unidades temáticas do curso de especialização com foco na gestão na EPT e situações reais, bem como projeto de intervenção, considerando os conteúdos das atividades executadas no processo de formação com intervenções na prática profissional. Estrutura e roteiro do relatório de formação e o gênero memorial.

PROGRAMA

Objetivos

Elaborar um breve inventário dos estudos já realizados sobre o tema, privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído.
Produzir o Plano de Formação considerando o inventário construído e as sistematizações a serem realizadas.
Conhecer a estrutura do relatório de formação.
Conhecer a estrutura do memorial.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

Reflexões dos conteúdos das unidades temáticas e os processos de formação com intervenções na prática profissional.
Estrutura e roteiro do plano de formação.
Problematização de situações reais na gestão EPT.
Implementação do Projeto de intervenção.
Revisão das principais atividades desenvolvidas ao longo do curso para subsídio à elaboração do relatório de formação.
Procedimentos, técnicas e métodos sintonizados à formação profissional.
Introdução ao relatório de atividades.

Procedimentos Metodológicos

Realização de aulas síncronas e assíncronas no ambiente virtual, disponibilização de materiais digitais, incluindo textos e vídeos, e encaminhamento de atividades diversas online, incluindo chats, envio de atividades, jogos online, questionários, etc.

Recursos Didáticos

Material didático, vídeos, textos complementares.

Avaliação

O processo avaliativo ocorrerá de forma contínua e somatória com avaliações realizadas na plataforma, distribuídas por trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas).

Bibliografia Básica

Bibliografia básica:

MELLÃO, M; RIBEIRO, D. G; PINHA, M. L. S. Observações em sala de aula, algumas percepções.

Colloquium Humanarum, v. 11, n. Especial, p. 1042-1049. jul./dez. 2014.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia Complementar

DTE. Design Thinking para educadores. Disponível em <<http://www.dtparaeducadores.org.br>>. Acesso em 10 jul. 2017.

FERREIRA, Ilane Cavalcante; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento. A experiência da pesquisa na formação docente: unindo teoria à prática. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [s. l.], v. 1, n. 12, p. 16–35, 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5730>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FREITAS, Rony. Produtos educacionais na área de ensino da Capes: o que há além da forma? Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 5, n. 2, p. 5-20, 2021. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1229>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PINHEIRO, Silvia Siqueira. Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. Cadernos de Educação, n. 45, p. 57-67, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/3822>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. A integração saberes e conhecimentos escolares em processos formativos: o que dizem as pesquisas e as escolas. Revista Humanidades e Inovação, v. 7, n. 12, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/3062>. Acesso em: 21 jan. 2024.

VALER, Saete; BROGNOLI, Ângela; LIMA, Laura. A pesquisa como princípio pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio para a Constituição do ser social e profissional. Forum linguistic, Florianópolis, v. 14, n. 4, p. 2785- 2803, out./dez. 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2017v14n4p2785/35788>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VIANNA, H. M. Pesquisa em educação: observação. Brasília: Plano, 2003.

Software(s) de Apoio:

Curso:	Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica	
Disciplina:	Orientação de Trabalho de Conclusão de	Carga-
Curso III		Horária:
Requisito(s):	-	Número de

Produção acadêmica com as competências e as habilidades desenvolvidas (ou os conhecimentos adquiridos) pelos/as estudantes durante o período de formação, considerando a verticalização dos conhecimentos construídos no plano de formação e relatório realizados ao longo do curso com o aprofundamento em pesquisas acadêmico-científicas com foco na temática de gestão em EPT.

PROGRAMA

Objetivos

Refletir com base nos conteúdos das aprendizagens anteriores, valores, cultura e, sobretudo, conduzir uma discussão sobre os aprendizados nas Unidades Temáticas e suas experiências vivenciadas, sobretudo, nas relações com a sua prática em sala de aula.

Elaborar o relatório de formação.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

Realizar reflexões dos conteúdos das unidades temáticas e os processos de formação com intervenções na prática profissional, considerando o percurso formativo, problematizações, achados e experiências vivenciadas
Estrutura e roteiro do relatório de formação: aspectos estruturais, estilo, aspectos linguísticos e temáticos.
Problematização de situações reais na gestão EPT.
Revisão das principais atividades desenvolvidas ao longo do curso para o relatório de atividades.
Memorial.

Procedimentos Metodológicos

Realização de aulas síncronas e assíncronas no ambiente virtual, disponibilização de materiais digitais, incluindo textos e vídeos, e encaminhamento de atividades diversas online, incluindo chats, envio de atividades, jogos online, questionários, etc.

Recursos Didáticos

Material didático, vídeos, textos complementares.

Avaliação

O processo avaliativo ocorrerá de forma contínua e somatória com avaliações realizadas na plataforma, distribuídas por trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas).

Bibliografia Básica

Bibliografia básica:

- ALENCAR, Rendrikson Gonçalves; GOMES, Jarbas Mauricio. **Gestão Democrática na EPT: espaços de participação de pais ou responsáveis**. Maceió: IFAL/ProfEPT, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740836>. Acesso em: 09 jan. 2024.
- MELLÃO, M; RIBEIRO, D. G; PINHA, M. L. S. Observações em sala de aula, algumas percepções. *Colloquium Humanarum*, v. 11, n. Especial, p. 1042-1049. jul./dez. 2014.
- PIMENTA, Selma Garrido. *O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?* 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia Complementar

- PINHEIRO, Silvia Siqueira. Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. *Cadernos de Educação*, n. 45, p. 57-67, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/3822>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- FERREIRA, Ilane Cavalcante; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento. A experiência da pesquisa na formação docente: unindo teoria à prática. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [s. l.], v. 1, n. 12, p. 16–35, 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5730>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FREITAS, Rony. Produtos educacionais na área de ensino da Capes: o que há além da forma? **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 5, n. 2, p. 5-20, 2021. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1229>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VALER, Salete; BROGNOLI, Ângela; LIMA, Laura. A pesquisa como princípio pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio para a Constituição do ser social e profissional. **Forum linguistic**, Florianópolis, v. 14, n. 4, p. 2785-2803, out./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2017v14n4p2785/35788>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VIANNA, H. M. Pesquisa em educação: observação. Brasília: Plano, 2003.

Software(s) de Apoio:

APÊNDICE II – BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR:

DESCRIÇÃO (Autor, Título, Editora, Ano)	DISCIPLINA(S) CONTEMPLADA(S)	QTDE. DE EXEMPLARES
Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica		
<p>BIANCHESSI, Cleber (org.). Cultura Digital: novas relações pedagógicas para aprender e ensinar. Curitiba: Bagai, v. 2, 2020. <i>E-book</i>. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585258. Acesso em: 03 mar. 2024.</p> <p>BOERES, Sonia. O letramento e a organização da informação digital aliados ao aprendizado ao longo da vida. Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 16, n. 2, p. 483-500, maio/ago. 2018. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8651507/pdf. Acesso em: 03 mar. 2024.</p> <p>OLIVEIRA, Achilles Alves de; SILVA, Yara Fonseca de Oliveira. Mediação pedagógica e tecnológica: conceitos e reflexões sobre o ensino na cultura digital. Rev. Educ. Questão, Natal, v. 60, n. 64, e-28275, abr. 2022. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-77352022000200203&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 mar. 2024.</p> <p>PENHA, Jonas Marques da; ALMEIDA, Larissa Germana Martins de. Cibercultura e Educação Profissional e Tecnológica: letramento digital como potencialidade no ensino médio integrado. Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 4, n. 2, p. 80-97, 2020. Disponível em: https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/542. Acesso em: 03 mar. 2024.</p> <p>ROSA, Cristiane de Oliveira; MILL, Daniel; MEDEIROS, Fernandina Fernandes de Lima. Letramento, educação e cultura digital: uma breve revisão bibliográfica. <i>In</i>: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias Encontro de Pesquisadores em Educação e Tecnologias Congresso de Ensino Superior a Distância Congresso Internacional de Ensino Superior a Distância, 2022, São Carlos. Anais do CIET: CIESUD:2022, São Carlos, set. 2022. Disponível em: https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/view/2000/1637. Acesso em: 03 mar. 2024.</p> <p>SILVA, Iasmin Ferreira da; FELÍCIO, Cinthia Maria. Mediação de práticas educativas na educação profissional com Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação: considerações a partir da teoria histórico-cultural. Educitec: Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico, v. 8, e191222, 2022. Disponível em: https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1912. Acesso em: 03 mar. 2024.</p> <p>VILLELA, Ana Paula; PRADO, Jesus Vanderli do; BORGES, Rosimeire Aparecida Soares. Tecnologias digitais nos processos de ensino aprendizagem e inclusão de estudantes com deficiência. <i>In</i>: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias Encontro de Pesquisadores em Educação e Tecnologias Congresso de Ensino Superior a Distância Congresso Internacional de Ensino Superior a Distância. Anais do CIET: CIESUD:2022, São Carlos, set. 2022. Disponível em:</p>	Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica	05

<p>https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/download/2108/1923/. Acesso em: 03 mar. 2024.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>BOMFIM, Lucilene da Silva Santos.; THEODORO, Yasmine Braga. Letramento crítico a partir de práticas interdisciplinares no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar, Natal, v. 7, n. 24, 2021. Disponível em: https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3642. Acesso em: 03 mar. 2024.</p>		
<p>KLEIMAN, Angela Bustos.; MARQUES, Ivoneide. B. de A. S. Letramentos e tecnologias digitais na educação profissional e tecnológica. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, Natal, v. 2, n. 15, e7514, 2018. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7514. Acesso em: 03 mar. 2024.</p>		
<p>MENEZES, Karina Moreira; COUTO, Raqueline de Almeida; SANTOS, Sheila Carine Souza. Alfabetização, letramento e tecnologias. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019. E-book. Disponível em: http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/553784. Acesso em: 03 mar. 2024.</p>		
<p>SOUSA, Wênia Keila Lima de; LOUREIRO, Robson Carlos; DAVID, Priscila Barros. Integração das TDICs com a docência na educação profissional e tecnológica: uma revisão sistemática da literatura. Revista Educar Mais, Pelotas, v. 7, p. 202-220, 2023. Disponível em: https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/3020. Acesso em: 03 mar. 2024.</p>		05
<p>SOUSA, Wênia Keila Lima de; VASCONCELOS, Francisco Herbert Lima. Educação profissional e tecnológica e a utilização das tecnologias digitais no processo de ensino: uma revisão sistemática da literatura. Devir Educação, Lavras, v. 7, n. 1, 2023. Disponível em: https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/632. Acesso em: 03 mar. 2024.</p>		
<p>ZANK, Cláudia.; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa; BEHAR, Patricia Alejandra. Limites para a alfabetização crítica das mídias digitais na educação profissional. Revista Educação e Linguagens, Campo Mourão, v. 2, n. 2, p. 24-38, 5 out. 2020. Disponível em: https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeduclings/article/view/6353. Acesso em: 03 mar. 2024.</p>		
Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I		
<p>Bibliografia básica: FISCHER, Maria Clara Bueno; FRANZOI, Naira Lisboa. Formação Humana e Educação Profissional: Diálogos Possíveis. Educação, Sociedade & Cultura, Portugal, v. 29, n. 1, p. 35-51, 2009. Disponível em: https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC29/29ClaraFNairaF.pdf. Acesso em: 21 jan. 2024.</p>		
<p>FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. <i>Perspectiva</i>, v. 19, n. 1, p. 71–87, 2001. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463. Acesso em: 21 jan. 2024.</p>		05

<p>FRIGOTTO, Gaudêncio. Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador: o trabalho como elemento pedagógico na formação profissional. Cad. Pesqui., São Paulo, n. 47, p. 38-45, 1983. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741983000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 jan. 2024.</p> <p>GUIMARÃES, Nadya de Araújo. Qualificação como relação social. In: Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Disponível em: http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/index.html. Acesso em: 21 jan. 2024.</p> <p>IANNI, Octávio. O mundo do trabalho. São Paulo em Perspectiva, v.8, n.1, p.2-12, jan.-mar. 1994. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01_01.pdf. Acesso em: 21 jan. 2024.</p> <p>KUENZER, Acácia Zeneida. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. Boletim Técnico do Senac, v. 25, n. 2, p. 18-29, maio-ago. 1999. Disponível em: https://bts.senac.br/bts/article/view/596. Acesso em: 18 jan. 2024.</p> <p>MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. A luta dos trabalhadores pelo direito à educação e à formação profissional, em defesa da escola pública: um relato de experiência. Revista Trabalho Necessário, v. 21, n. 44, p. 1-38, 2023. https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57854. Acesso em: 21 jan. 2024.</p> <p>MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e EPT: dualidade histórica e perspectivas de integração. Holos, [s.l.], v. 2, p. 4-30, 2008. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11. Acesso em: 16 jan. 2024.</p> <p>OLIVEIRA, Ramon de. A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira. Boletim Técnico do Senac, v. 27, n. 1, p. 26-37, 2001. Disponível em: https://www.bts.senac.br/bts/article/view/560. Acesso em: 21 jan. 2024.</p> <p>PELLISSARI, Lucas Barbosa. A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. Educação em Revista, n. 39, e37056, 2023. https://doi.org/10.1590/0102-469837056. Acesso em: 21 jan 2024.</p> <p>RAMOS, Marise Nogueira. É possível uma pedagogia das competências contra-hegemônica?: relações entre pedagogia das competências, construtivismo e neopragmatismo. Trab. educ. saúde [Internet], v. 1, n. 1, p. 93-114, mar. 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100008. Acesso em: 21 jan. 2024.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. Da inspiração à formulação da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Os três momentos da PHC que toda teoria verdadeiramente crítica deve conter. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 21, n. 62, p. 711-724, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0001. Acesso em: 21 jan. 2024.</p>	<p>Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I</p>	
<p>Bibliografia Complementar</p>		

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. A reforma do ensino médio do Governo Temer, a educação básica mínima e o cerco ao futuro dos jovens pobres. Revista Holos, [s.l.], v. 8, p. 219-232, 2018. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7065>. Acesso em: 21 jan. 2024.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. Boletim Técnico do Senac, v. 36, n. 2, p. 51-63, 2010. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/218>. Acesso em: 21 jan. 2024.

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem. Boletim Técnico do Senac, v. 38, n. 2, p. 27-40, 2012. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/164>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CAETANO, Maria Raquel; LOPONTE, Luciana Neves. Histórias e Memórias em Educação Profissional e Tecnológica. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/historias-e-memorias-em-educacao-profissional-e-tecnologica/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CLOVES, Alexandre de Castro; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; SCHENKEL, Cladecir Alberto. História socioespacial do trabalho no Brasil, educação profissional tecnológica e a questão regional. In: Revista Labor, v. 1, n. 24, p. 331-355, 19 out. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44200>. Acesso em: 16 jan. 2024.

CLOVES, Alexandre de Castro; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; MEDEIROS, Ivonete Telles. Educação Tecnológica no Brasil: A Geopolítica e a Geografia Política do processo histórico. Metodologias e Aprendizado, v. 6, p. 516-533, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/3983>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria. A produção do conhecimento sobre a configuração do campo da educação profissional e tecnológica. Holos, [s. l.], v. 6, p. 33-49, 2016. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5013>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Ensino médio e técnico profissional: disputa de concepções e precariedade. 2013. In: EMdiálogoamazonia: ENSINO MÉDIO EM FOCO. Disponível em: <http://emdiologoamazonia.blogspot.com.br/2013/03/ensino-medio-e-tecnico-profissional.html>. Acesso em: 21 jan. 2024.

LIMA FILHO, Domingos Leite; QUELUZ, Gilson Leandro. A tecnologia e a educação tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual. Educ. Tecnol., Belo Horizonte, v.10, n.1, p.19-28, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/71>. Acesso em: 21 jan. 2024.

POCHMANN, Márcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. Ciência e coletiva, v. 25, n.1, dez. 2019-jan. 2020.

<p>Disponível em: https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n1/89-99/. Acesso em: 21 jan. 2024.</p> <p>RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5). Disponível em: https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf. Acesso em: 16 jan. 2024.</p> <p>RODRIGUES, Doriedson do Socorro. A integração saberes e conhecimentos escolares em processos formativos: o que dizem as pesquisas e as escolas. Revista Humanidades e Inovação, v. 7, n. 12, 2020. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3062. Acesso em: 21 jan. 2024.</p> <p>SILVA, Luciane Teixeira da; NOSELLA, Paolo. A “cultura extrema” enquanto estratégia de hegemonia: uma análise a partir dos escritos de Antonio Gramsci. Revista Labor, Fortaleza, v. 1, n. 22, p. 19-31, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51499/1/2019_art_lsilvavnoseilla.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024.</p>		
<p>Bibliografia básica:</p> <p>CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos?. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan-abr. 2014 Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303. Acesso em: 21 jan. 2024.</p> <p>MACHADO, Lucília Regina de Souza. Politecnia, escola unitária e trabalho: lições do passado e do presente. Revista Trabalho Necessário, ano 13, n. 20, p. 234-251, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.22409/tn.13i20.p8620. Acesso em: 21 jan. 2024.</p> <p>MACHADO, Lucília Regina de Souza. O trabalho como referência para a formação e a democracia. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, Natal, v.1, n.26, 2023. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15167. Acesso em: 20 jan. 2024.</p> <p>MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, Educação e Escola Unitária. Educação e Pesquisa, v. 47, p. e226099, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226099. Acesso em: 20 jan. 2024.</p> <p>MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. Natal: Holos, v. 2, p. 1-27, 2007. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11. Acesso em: 20 jan. 2024.</p> <p>RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio integrado: da conceituação à operacionalização. Revista Cadernos de Pesquisa em Educação, ano 11, v. 19, n. 39, p. 15-29, jan./jun. 2014. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/10243. Acesso em: 20 jan. 2024.</p> <p>RAMOS, Marise Nogueira. Filosofia da Práxis e práticas pedagógicas de formação de trabalhadores. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, MG, v. 23, n. 1, p. 207-218, jan./abr. 2014. Disponível em:</p>		05

<p>https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9306. Acesso em: 20 jan. 2024.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt. Acesso em: 03 jan. 2024.</p>		
Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos II		
Bibliografia Complementar		
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; SÁ, Giedre Teresinha Ragnini de. Políticas educacionais e pesquisa acadêmica: uma reflexão sobre a escola unitária em Antonio Gramsci enquanto um objeto de investigação. Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, n.40, p. 223–237, jul./dez. 2015. Disponível em: https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/876. Acesso em: 20 jan. 2024.</p> <p>ALVES, Leandro Marcos Salgado; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; FARIA, Filipe Pereira; ROHR, Michel Luís. Retalhos de experiências exitosas em educação profissional e tecnológica. Debates em Educação, Maceió, v. 11, n. 24, maio-ago. 2019. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/ojs2-somente-consulta/index.php/debateseducacao/article/view/6910. Acesso em: 20 jan. 2024.</p> <p>CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. Revista Trabalho Necessário, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122. Acesso em: 20 jan. 2024.</p> <p>CHISTÉ, Priscila de Souza. Educação Profissional no Brasil: reflexões sobre o ensino médio integrado. Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica, v. 4, n. 2, p. 86 - 113, 2014. Disponível em: https://ojs.ifes.edu.br/index.php/dect/article/view/78. Acesso em: 02 fev. 2024.</p> <p>MACHADO, Lucília Regina de Souza. A politecnia nos debates pedagógicos soviéticos das décadas de 20 e 30. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, n.18, 2020, p. 1-26. Disponível em: http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9575/2568. Acesso em 8 jan. 2024.</p> <p>MOURA, Dante Henrique. A organização curricular do ensino médio integrado a partir do eixo estruturante: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Revista Labor, v.1, n.7, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/23326/1/2012_art_drmoura.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.</p> <p>OLIVEIRA, Ramon de. Ensino médio integrado: desafios para os que lutam por uma escola emancipatória. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [s. 1.], v. 1, n. 23, p. e14688, 2023. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14688. Acesso em: 20 jan. 2024.</p>	Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos II	05

<p>RAMOS, Marise Nogueira. Escola Unitária. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, pp. 341-347, 2012. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.</p> <p>RAMOS, Marise Nogueira. Práxis e pragmatismo: referências contrapostas dos saberes profissionais. In: SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de; FARTES, Vera Lúcia Bueno (Orgs.). Currículo, formação e saberes profissionais: a (re) valorização epistemológica da experiência. Salvador: EDUFBA, p. 221, 2010. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39226. Acesso em: 20 jan. 2024.</p> <p>SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. Revista Brasileira de Educação, Campinas, v. 15, n. 45, p. 422-590, set./dez 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/yXjXQvzWfhSp5VNHX6KqKLh/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 16 jan. 2024.</p> <p>SILVA, Deise Rosálio. A perspectiva pedagógica de Antonio Gramsci. In: BOTO, C. Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados [online]. Uberlândia: EDUFU, História, Pensamento, Educação Collection. Novas Investigações series, v. 9. pp. 141-170, 2019. Disponível em: http://books.scielo.org/id/fjnhs/pdf/boto-9786558240273-08.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.</p>		
Políticas Públicas e Legislação para a Educação Profissional e Tecnológica		
<p>Bibliografia básica:</p> <p>AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação profissional tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem? Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, maio/ago., 2012. Disponível em: https://www.bts.senac.br/bts/article/view/164. Acesso em: 17 jan. 2024.</p> <p>PACHECO, Eliezer. Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Brasília/São Paulo: Fundação Santillana, Editora Moderna, 2011. Disponível em: https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120. Acesso em: 08 jan. 2024.</p> <p>RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, Coleção formação pedagógica, v. 5, 2014. Disponível em: https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.</p>	Políticas Públicas e Legislação para a Educação Profissional e Tecnológica	05
Bibliografia Complementar		
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>DAMASCENA, Edilza Alves; MOURA, Dante Henrique. Formação de professores para a Educação Profissional: sobre políticas e perspectivas. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 14, n. 30, p. 178 - 199, out./dez. 2018. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/4367. Acesso em: 17 jan. 2024.</p>		05

<p>MAGALHÃES, Álcio Crisóstomo; CRUZ, José Adelson. O ‘pacto pela educação’ e o mistério do ‘todos’: Estado social e contrarreforma burguesa no Brasil. <i>Educação em Revista</i>, Belo Horizonte, v. 34, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-4698169491. Acesso em: 26 abr. 2024.</p> <p>MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. <i>Educação & Sociedade</i>, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47–69, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf. Acesso em: 24 jan. 2024.</p> <p>MOURA, Dante Henrique; BENACHIO, Eliseu Costacurta. Reforma do ensino médio: subordinação da formação da classe trabalhadora ao mercado de trabalho periférico. <i>Revista Trabalho Necessário</i>, Niterói, v. 19, n. 39, p. 163-187, 2021. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47479. Acesso em: 10 mar. 2024.</p> <p>SOUZA, Francisco das Chagas Silva. Políticas educacionais e verticalização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (séculos XX e XXI). <i>Vértices</i>, v.24, n.2, p. 23, 236-266, maio/ago. 2022. Disponível em: https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/16973/16091. Acesso em: 17 jan. 2024.</p> <p>PIOLLI, Evaldo; SALA, Mauro. Reforma do Ensino Médio e a formação técnica e profissional. <i>Revista USP</i>, São Paulo, n. 127, p. 69-86, out./nov./dez. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i127p69-86. Acesso em: 23 jan. 2024.</p>		
Gestão escolar		
<p>Bibliografia básica:</p> <p>GRABOWSKI, Gabriel. <i>Gestão e planejamento da educação profissional e tecnológica</i>. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Gestao-e-planejamento-da-educacao-profissional-e-tecnologica.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.</p> <p>PARO, Vitor Henrique. Formação de gestores escolares: a atualidade de José Querino Ribeiro. <i>Educação & Sociedade</i>, Campinas, v. 30, n. 107, p. 453-467, maio/ago. 2009. Disponível em: https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/formacaodegestoresescolares.pdf. Acesso em: 16 jan. 2024.</p> <p>PARO, Vitor Henrique. A estrutura didática e administrativa da escola e a qualidade do ensino fundamental. <i>Revista Brasileira de Política e Administração da Educação</i>, v. 24, n. 1, p. 127-133, jan./abr. 2008. Disponível em: https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/aestruturadidaticaeadministrativadaescolaequalidadedoensinofundamental.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos da (org.). <i>Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível</i>. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35. Disponível em: https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/01/PPP-segundo-Ilma-Passos.pdf. Acesso em: 16 jan. 2024.</p>	Gestão escolar	05
Bibliografia Complementar		

<p>Bibliografia complementar:</p> <p>ANA, Wallace Pereira Sant; ANDRADE, Lucas Manoel; NOZAKI, Lauce Noriyo de Moraes; CASTRO, Mad Ana Desiree Ribeiro de; DIAS, Luciana Campos de Oliveira. Reflexões sobre organização e gestão na educação profissional e tecnológica: uma análise dos elementos históricos e sociológicos. <i>Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico</i>, Manaus, v. 4, n. 8, 2018. Disponível em: https://sistemasmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/426. Acesso em: 24 jan. 2024.</p> <p>ARROYO, Miguel Gonzalez. Gestão da educação com justiça social. Que gestão dos injustiçados? <i>Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)</i>, v. 36, n. 2, p. 768 – 788, mai./ago. 2020. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/100820/58121. Acesso em: 10 mar. 2024.</p> <p>CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. <i>RBPEA</i>, v. 23, n.3, p. 483-495, set/dez. 2007. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19144. Acesso em: 17 jan. 2024.</p> <p>LÜCK, Heloísa. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. <i>Em Aberto</i>, v. 17, n. 72, 2008. Disponível em: http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2634. Acesso em: 17 jan. 2024.</p> <p>FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. Disponível em: https://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2018/11/gaudencio-frigotto-ESP-LPPUERJ.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023</p> <p>PARO, Vitor Henrique. A estrutura didática e administrativa da escola e a qualidade do ensino fundamental. <i>RBPAE</i>, v.24, n.1, p. 127-133, jan./abr. 2008. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt_05_18.pdf. Acesso em: 16 jan. 2024.</p>		05
Gestão Democrática na Educação Profissional e Tecnológica		
<p>Bibliografia básica:</p> <p>MACHADO, Lucília Regina de Souza. O trabalho como referência para a formação e a democracia. <i>Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica</i>, [s. l.], v. 1, n. 23, 2023. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15167. Acesso em: 08 jan. 2024.</p> <p>MARKOF, John. Democracia: transformações passadas, desafios presentes e perspectivas futuras. <i>Sociologias</i>, ano 15, n.º 32, p. 18-50, jan./abr. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/tW43qxPJdJhqQzWX37FySWp/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 03 jan. 2024.</p> <p>PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. <i>Educação e Pesquisa</i>, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010. Disponível em:</p>	Gestão Democrática na Educação Profissional e Tecnológica	05

<p>https://www.scielo.br/j/ep/a/z3kMwmdfKMTGM6pb6ZKzXjt/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 16 jan. 2024.</p> <p>TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: uma perspectiva conceitual. <i>Revista de Administração Pública</i>, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7754. Acesso em: 16 jan. 2024.</p> <p>TENÓRIO, Fernando Guilherme. A trajetória do Programa de estudos em gestão social (Pegs). <i>Revista de Administração Pública</i>, Rio de Janeiro, v.40, n.6, p. 1145-62, nov./dez., 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/tTy8F6rnJWG75RfWzrGLDp/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 16 jan. 2024.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>APOLINÁRIO, José Antônio Feitosa; SOUZA, Diego Kehrlé. Algumas considerações sobre a interdependência entre democracia e educação no pensamento ocidental. <i>Filosofia e Educação</i>, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 208–244, 2014. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635378. Acesso em: 5 jan. 2024.</p> <p>BASTOS, Eliana Nunes Maciel; LUZ, Iussara Any da Silva; ARTUSO, Alysson Ramos. A gestão democrática na Educação Profissional e Tecnológica. <i>Além dos Muros da Universidade (ALEMUR)</i>, v.6, n.2, p. 01-11, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufop.br/alemur/article/view/4520. Acesso em: 23 jan. 2024.</p> <p>GADOTTI, Moacir. <i>Gestão Democrática com Participação Popular no Planejamento e na Organização da Educação Nacional</i>. CONAE, 2014. Disponível em: https://www.jaciara.mt.gov.br/arquivos/anexos/05062013105125.pdf. Acesso em: 16 jan. 2024.</p> <p>NETO, Antônio Cabral. Democracia: velhas e novas controvérsias. <i>Estudos de Psicologia</i>, v. 2, n.2, 287-312, 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/j/epsic/a/mggTDX8wXtRq5X5mKlKKBwb/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 23 jan. 2024.</p> <p>OLIVEIRA, Ivana Campos; VASQUES-MENEZES, Ione. Revisão de literatura: o conceito de gestão. <i>Caderno de Pesquisa</i>, v. 48, n.169, mai./ago. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/h8K6zLFps4LjXwjknBGPYD#. Acesso em: 16 jan. 2024.</p> <p>SANTOS, Gidair Lopes; SILVA, Assis Leão. A organização dos espaços pedagógicos em educação profissional e tecnológica: aproximações da literatura acadêmica. <i>Anais do 8º EPePe - Encontro de pesquisa educacional em Pernambuco</i>. Campina Grande: Editora Realize, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/epepe/2021/TRABALHO_E_V167_MD1_SA105_ID79_17092021071800.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.</p> <p>SOUZA, Francisco das Chagas Silva. Políticas educacionais e verticalização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (séculos XX e XXI). <i>Vértices</i>, v.24, n.2, p. 23, 236-266, maio/ago. 2022. Disponível em:</p>		05

<p>https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/16973. Acesso em: 23 jan. 2024.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 14 ed. Campinas: Papirus, 2018. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=dneADwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=projeto+pol%C3%ADtico+pedag%C3%B3gico%3B&ots=MCGeyVfpdG&sig=fNuiaxw2eVeCWms7whnZI3BjvJY#v=onepage&q=projeto%20pol%C3%ADtico%20pedag%C3%B3gico%3B&f=false. Acesso em: 16 jan. 2024.</p>		
Planejamento Educacional e Avaliação Institucional na Educação Profissional e Tecnológica		
<p>Bibliografia básica:</p> <p>AFONSO, Almerindo Janela. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável: crítica à accountability baseada em testes padronizados e rankings escolares. Revista Lusófona de Educação, n. 13, p. 13-29, 2009. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/349/34912395002.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.</p> <p>NEZ, Egeslaine de; SOUZA, Warley Carlos de. Planejamento Participativo: elementos para o debate em ação. Educação, Cultura e Sociedade, v. 8, n. 2, p. 495-509, jul./dez., 2018. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/8435. Acesso em: 17 jan. 2024.</p> <p>SAUL, Ana Maria. Na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação: por uma educação democrática e emancipatória. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1299-1311, dez. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/3nMScNcgg4HFXrrMTTtsGtc/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 16 jan. 2024.</p> <p>SORDI, Mara Regina Lemes de; OLIVEIRA, Sara Badra de; SILVA, Margarida Montejano da; BERTAGNA, Regiane Helena; DALBEN, Adilson. Indicadores de qualidade social da escola pública: avançando no campo avaliativo. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 27, n. 66, p. 716-753, set./dez. 2016. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/4073/3271. Acesso em: 23 jan. 2024.</p> <p>SORDI, Mara Regina Lemes de; BERTAGNA, Regiane Helena; SILVA, Margarida Montejano da. A avaliação institucional participativa e os espaços políticos de participação construídos, reinventados, conquistados na escola. Cad. Cedes, Campinas, v. 36, n. 99, p. 175-192, maio-ago., 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/gxfgJfvP5KP6XNF4PNRmRYh/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 23 jan. 2024.</p>	Planejamento Educacional e Avaliação Institucional na Educação Profissional e Tecnológica	05
Bibliografia Complementar		
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>AFONSO, Almerindo Janela. Questões, objetos e perspectivas em avaliação. Avaliação, Campinas; Sorocaba/SP, v. 19, n. 2, p. 487-507, jul. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aval/a/GVKXmvt8nrpmCkGk7dGH5Rv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 23 jan. 2024.</p>		05

BORGES, Nieysila Simara da Silva Castro; SALAZAR, Deuzilene Marques. Avaliação institucional interna na perspectiva dos atores escolares da Educação Profissional e Tecnológica. VI CONEDU, v. 1, 2020. Disponível em:
<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/65300>. Acesso em: 09 jan. 2024.

CAMPOS, Adriana Mari de Almeida Maia, CARNEIRO, Tereza Gomes. Possibilidades de articulação entre as Bases Conceituais da EPT e o PDI nos Institutos Federais. Cadernos de Educação Básica, 2020. Disponível em:
<https://www.semanticscholar.org/paper/POSSIBILIDADES-DE-ARTICULA%C3%87%C3%83O-ENTRE-AS-BASES-DA-EPT-Campos-Carneiro/dc6f199050336aea7bee8113508e2e817872ce94>. Acesso em: 23 jan. 2024.

CARVALHO, Maria João de; FOLGADO, Cristina. A autoavaliação na construção da escola democrática. Revista Lusófona de Educação, Portugal, n. 35, p. 83-99, 2017. Disponível em:
<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/5916>. Acesso em: 23 jan. 2024.

LEITE, Carlinda; FERNANDES, Preciosa; RODRIGUES, Lurdes. Trajetórias para a institucionalização de uma cultura de autoavaliação nas escolas – entre possibilidades e limites. Revista de Estudos Curriculares, Aveiro/Portugal, v. 11, n. 1, 2020. Disponível em:
<https://www.nonio.uminho.pt/rec/index.php?journal=rec&page=article&op=view&path%5B%5D=98>. Acesso em: 23 jan. 2024.

NERY, Patricia Haeser Ferreira; RIBEIRO, Josina Maria Pontes. Projeto Político Pedagógico: uma discussão sobre identidade e identidades na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Revista Conexão na Amazônia, v. 2, edição especial, 2021. Disponível em:
<https://periodicos.ifac.edu.br/index.php/revistarca/article/view/88/72>. Acesso em: 23 jan. 2024.

PACHECO, Eliezer. Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Brasília/São Paulo: Fundação Santillana/Editora Moderna, 2011. Disponível em:
<https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>. Acesso em: 08 jan. 2024.

PELLISSARI, Lucas Barbosa. O fetiche da tecnologia e a Educação Profissional Técnica de nível médio: tentativa de explicação do abandono escolar. 35ª Reunião Anual da Anped, GT9 – Educação e Trabalho, 2012. Disponível em:
https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt09-1951_int.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

PEREIRA, Maria Simone Ferraz; SORDI, Mara Regina Lemes de. Avaliação institucional participativa e a busca da qualidade da escola: limites e potencialidades da participação estudantil. Olhar de professor. Ponta Grossa, v. 23, p. 1-20, 2020. Disponível em:
<https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/15576/209209213380>. Acesso em: 23 jan. 2020.

<p>PERUCH, Marilda; MILAK, Roseli Rosseti; PERES, Maria Gisele. Desafios e perspectivas nos modelos de gestão da EPT no CEDUP Abílio Paulo em Criciúma/SC. Repositório IFSC. Disponível em: https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/1420/Artigo%20Final-%20Roseli%20e%20Marilda.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 23 jan. 2024.</p> <p>SANTOS, Claudinete Maria dos; FERRI, Lúcia Maria Correa Gomes; MACEDO, Mara Elisa Capovilla Martins de. O planejamento participativo da escola como prática inovadora. Cadernos de Educação, Pelotas/RS, n. 41, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/2098. Acesso em: 09 jan. 2024.</p> <p>SANTOS, João Alberto Neves dos; SEPULVEDA, Fernando A. Miranda; SERRA VALE, Alberto França. Implementação do Planejamento Estratégico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2012. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/66216886.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.</p> <p>SOUZA, Valesca Rodrigues; MENDES, Maria Aparecida Colares. Reflexões sobre a Avaliação Institucional nos Institutos Federais: formação ou regulação? 3º Simpósio Avaliação da Educação Superior. Florianópolis, SC, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179394/101_00798%20-%20ok.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 23 jan. 2024.</p>		
Gestão da Escola de Educação Profissional e Tecnológica Integral e Integrada		
<p>Bibliografia básica:</p> <p>ARAÚJO, Carlos Wagner Costa; BARCELOS, Renata Gerhardt; CÉLIA, Luciana dos Santos; MOLL, Jaqueline. Aspectos da educação integral no Brasil: disputas conceituais, ideológicas e políticas. Revista Educação e Políticas em Debate, v. 12, n. 1, p. 421-440, jan./abr. 2023. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/66468/35147. Acesso em: 17 jan. 2024.</p> <p>MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 41, maio/ago. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gmGjD689HxfJhy5bgykz6qr/?format=pdf. Acesso em: 15 jan. 2024.</p> <p>RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional. Curitiba/ PR: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf. Acesso em: 09 jan. 2024.</p> <p>RAYS, Oswaldo Alonso. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. Revista Educação Especial, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 71–85, 2003. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5034. Acesso em: 10 jan. 2024.</p>	Gestão da Escola de Educação Profissional e Tecnológica Integral e Integrada	05

<p>SAVIANI, Dermeval. Em defesa do projeto de formação humana integral para a classe trabalhadora. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, n. 22, e13666, mar. 2022. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13666/pdf . Acesso em: 17 jan. 2024.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. Revista Educação em Questão, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956/5723. Acesso em: 17 jan. 2024.</p> <p>COSTA, Patrícia Furtado Fernandes; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Referências históricas e teóricas para a análise crítica da produção do conhecimento no Brasil sobre currículo integrado e ensino médio integrado. Revista Trabalho Necessário, v. 18, n. 35, jan-abr, 2020. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/40495. Acesso em: 09 jan. 2024.</p> <p>GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. Perspectiva, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256, set./dez. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2015v33n3p1229. Acesso em: 09 jan. 2024.</p> <p>FERREIRA, Helen Betane; REES, Dilys Karen. Educação Integral e Escola de Tempo Integral em Goiânia. Educação e Realidade, v. 40, n. 1, jan./mar. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/ZKxqwKtncwhwVSgfcPvd8qF/?lang=pt. Acesso em: 09 jan. 2024.</p> <p>MARQUES, Maristela Beck; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão na prática profissional do ensino médio integrado à educação profissional. ScientiaTec: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS, v. 7, n. 1, Edição Especial 4º Seminário de Pós-Graduação do IFRS, p: 187-202, jun. 2020. Disponível em: https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/4131/2616. Acesso em: 17 jan. 2024.</p> <p>SANTOS, Romário Farias Pedrosa dos. Uma breve retrospectiva histórica da educação integral no Brasil e os marcos legais para sua implantação nos estados da federação. Conedu, VII Congresso Nacional de Educação, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV151_MD1_SA121_ID8774_29072021153757.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.</p>		05
Gestão para a Inclusão e Diversidade		
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BRASIL. Lei 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.</p>		05

BRASIL. Lei 12.288 de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em: 23 jan. 2022.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. *Educação e Sociedade*, n. 33, set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/phjDZW7SVBf3FnfNL4mJywL/#>. Acesso em: 17 jan. 2024.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro Brasileiro Indaga e Desafia as Políticas Educacionais. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [s.l.], v. 11, ed. especial, p. 141-162, maio 2019. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/687>. Acesso em: 23 jan. 2024.

PLETSCH, Márcia Denise. O que há de especial na educação especial brasileira? Momento: diálogos em educação, Rio Grande, v. 29, n. 1, p. 57-70, jan./abr., 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9357>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SCHERER, Renata Porcher. Diferenciação curricular no Ensino Médio Integrado: recursos acessíveis, mediação pedagógica e trabalho colaborativo. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v1, n. 22, e11492, 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11492>. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, Distrito Federal, out. 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf. Acesso em: 25 abr. 2024.

Bibliografia complementar:

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jan. 2024.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. *Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>. Acesso em: 10 jan. 2024.

PASSOS, Pamela; MULICO, Leslie. Educação em Direitos Humanos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. João Pessoa: PB, IFPB, 2019. Disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/242>.

**Gestão para a
Inclusão e
Diversidade**

<p>Acesso em: 23 jan. 2021.</p> <p>PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas da perspectiva dos Direitos Humanos. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, jan./abr. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/3bz9Ddq8YpxP87fXnhMZcJS/?lang=pt. Acesso em: 23 jan. 2021.</p> <p>SONZA, Andréa Poletto; GEMELLI, Catia Eli; NUNES, Lauren de Lacerda; TAVARES, Olívia Pereira. Letramento de gênero e sexualidade: aqui não é um tabu e aí? Porto Alegre, RS: 2ks Agência Digital, 2023. Disponível em: https://repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/999. Acesso em: 26 jan. 2024.</p> <p>RODRIGUES, Tatiane C.; ABRAMOWICZ, Anete. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 15-30, jan./mar. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/WskqTPrZgtc8k56XHvr8XBz/?lang=pt. Acesso em: 10 jan. 2024.</p> <p>SANTOS, Keysiani; MENDES, Eniceia. Ensinar a todos e a cada um em escolas inclusivas: a abordagem do ensino diferenciado. Revista Teias - ProPed UERJ, v. 22, n. 66, 2021. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/57138/38786. Acesso em: 10 jan. 2024.</p> <p>SEFFNER, Fernando. Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade: o delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir. Retratos da escola, Brasília, v. 14, n. 28, p. 75-90, 2020. Disponível em: http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1095. Acesso em: 23 jan. 2024.</p> <p>SILVA, Marcos Antonio Batista da. Educação antirracista no contexto político e acadêmico: tensões e deslocamentos. Educação e Pesquisa, v. 47, 2021. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/186955. Acesso em: 24 jan. 2024.</p> <p>SONZA, Andréa; ORTIZ, Helen; CORSINO, Luciano; SANTOS, Marlise; FERREIRA, Rosângela; CARDOSO, Sandro (org.). Afirmar a inclusão e as diversidades no IFRS: ações e reflexões. Bento Gonçalves: IFRS, 2020. 352 p. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1eTHcEJm7oykouKkg5-GFBKATAIEUWXp1/view. Acesso em: 10 jan. 2024.</p>		
Gestão para a permanência e êxito		
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evasao-retencao-vfinal&category_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 jan. 2024.</p>		05

<p>DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. <i>Cadernos de Pesquisa</i>, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789, set./dez. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/jgRKBkHs5GrxxwkNdNNtTfM/abstract/?lang=pt. Acesso em: 10 jan. 2024.</p> <p>HEIJMANS, Rosemary Dore; FINI, Roberto; LÜSCHER, Ana Zuleima. Insucesso, fracasso, abandono, evasão... Um debate multifacetado. In: CUNHA, Daisy Moreira; FIDALGO, Fernando Selmar Rocha; SOUZA JR., Hormindo Pereira, OLIVEIRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). <i>Formação/profissionalização de professores e formação profissional e tecnológica: fundamentos e reflexões contemporâneas</i>. MG: PUC Minas, 2013. Disponível em: http://rimepes.fae.ufmg.br/galeria/artigos/3-DORE-Cap-livro-FormaProfiss-2013.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.</p> <p>FORNARI, Liamara Teresinha. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. <i>REP - Revista Espaço Pedagógico</i>, Passo Fundo, v. 17, n. 1, p. 112-124, jan./jun. 2010. Disponível em: https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/2027. Acesso em: 23 jan. 2024.</p> <p>KUENZER, Acácia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. <i>Revista Educação & Sociedade</i>, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/sB3XN4nBLFPRrhZ5QNx4fRr. Acesso em: 23 jan. 2024.</p> <p>TIMÓTEO, Marcela de Oliveira. Estratégias de diversidade, inclusão e equidade de gênero e raça em órgãos da administração pública federal: avanços e desafios. <i>Revista do TCU</i>, v. 1, n. 150, p.1-23, jul./dez. 2022. Disponível em: https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1841. Acesso em: 17 abr. 2024.</p> <p>REIS, Cacilda Ferreira; SOUZA, Marcilene Garcia de; SANTOS, Valdeluce Nascimento. Ações Afirmativas no Instituto Federal da Bahia: um olhar a partir da Diretoria Sistêmica de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis. <i>Periferia: Educação, Cultura & Comunicação</i>. v. 15, p.1-22, 2023. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/70531. Acesso em: 25 abr. 2024.</p>	<p>Gestão para a permanência e êxito</p>	
<p>Bibliografia Complementar</p>		
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>ARAÚJO, Adilson Cesar de; MENDES, Josué de Sousa (Orgs.). <i>Evasão na Educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento</i>. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014. Disponível em: http://rimepes.fae.ufmg.br/livros/Dore%20et%20al.%20-%202014%20-%20Evasao%20na%20educacao%20-%20estudos,%20politicas%20e%20propostas.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.</p> <p>COELHO, Alexsandra Joelma Dal Pizzol; GARCIA, Nilson Marcos Dias. <i>Direito à Educação: analisando políticas públicas de apoio à permanência escolar na educação profissional e tecnológica</i>. In: VASCONCELOS, Adaylson Wagner Sousa de (Org.). <i>Processos de transformação do mundo do trabalho</i>. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Disponível em:</p>		<p>05</p>

<p>https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/processos-de-transformacao-do-mundo-do-trabalho. Acesso em: 23 jan. 2024.</p> <p>FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; ESCOTT, Clarice Monteiro; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Permanência e êxito de mulheres na EJA-EPT: possibilidades de desafios do IFRS. Plurais – Revista Multidisciplinar, Salvador, v. 7, p. 1-22, 2022. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/14053/9704. Acesso em: 17 jan. 2024.</p> <p>FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; MACHADO, Lucília Regina de Souza; ESCOTT, Clarice Monteiro. Trabalho, educação e cultura nas fronteiras entre o urbano e o campo. Educação, Sociedade & Culturas, Portugal, n. 64, 2023. Disponível em: https://www.up.pt/revistas/index.php/esc-ciie/article/view/482. Acesso em: 10 jan. 2024.</p> <p>FRANÇA, Suzane Bezerra de; SOUZA, Daniela Pedrosa de. Evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos: um estudo na rede estadual de ensino de Pernambuco. Revista Educação e Emancipação, São Luís, v. 14, n. 3, set./dez. 2021. Disponível em: https://periodicoselétronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/18194/9801. Acesso em: 23 jan. 2024.</p> <p>SACRAMENTO, Laura Neta Dias do; ALBUQUERQUE, Monck Charles Nunes de; CYPRIANI, Carlos Alex Cantuário. Estudo sobre evasão e permanência no Ensino Técnico de Nível Médio Integrado: um mapeamento sistemático de literatura. Revista Labor, Fortaleza, v. 1, n. 26, p. 76-99, jul./dez. 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/65575/1/2021_art_Indsacramentomcnalbuquerque.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.</p> <p>SOUZA, Vanessa Faria de; ROCHA, Tiago Rios da; MANICA Edimar; LAVARDA, Roger Luis Holf; ROSA, Ronaldo Serda da. Reformulação curricular como ação para permanência e êxito: uma experiência colaborativa no Campus Ibirubá. In: LORENZET, Deloíse et al. Permanência e êxito no IFRS: Reflexões e práticas. São Paulo, SP: Pimenta Cultural, 2021. Disponível em: https://dspace.ifrs.edu.br/xmlui/handle/123456789/465. Acesso em: 17 jan. 2024.</p>		
--	--	--

Documento Digitalizado Público

PPC Especialização Gestão EPT

Assunto: PPC Especialização Gestão EPT

Assinado por: -

Tipo do Documento: Projeto Político Pedagógico de Curso

Situação: Finalizado

Nível de Acesso: Público

Tipo do Conferência: Cópia Simples